

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A luta dos Palmares: da subcidadania à conquista da casa própria**

SARAH OLIVEIRA FERNANDES

**São Paulo**

**2017**

**SARAH OLIVEIRA FERNANDES**

**A luta dos Palmares: da subcidadania à conquista da casa própria**

Trabalho de graduação individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do bacharelado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Scifone

**São Paulo**

**2017**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Catalogação da Publicação**

**Serviço de Documentação**

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

FERNANDES, Sarah Oliveira.

A luta dos Palmares: da subcidadania à conquista da casa própria

Trabalho de graduação individual do curso de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- |        |                |                  |              |                       |
|--------|----------------|------------------|--------------|-----------------------|
| 1. ABC | 2. Santo André | 3. Vila Palmares | 4. Habitação | 5. Espoliação Urbana  |
|        |                |                  |              | 6. Movimentos Sociais |
|        |                |                  |              | 7. Autoconstrução     |

Trabalho de graduação individual  
apresentado ao Departamento de  
Geografia da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo para a  
obtenção do bacharelado em  
Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone  
Scifone

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

Nome: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Enquanto morar é um privilégio, ocupar é um direito*

(Autor desconhecido)

## Agradecimentos

É chegada a hora. Apresento este trabalho, fruto de uma pesquisa de dois anos, e novamente encerro um curso em nível superior. A Geografia não foi o primeiro devido apenas a ordem dos fatos, não à importância. Por isso, agradeço à vida por ter me guiado pelos satisfatórios caminhos da segunda graduação, que me levaram a um mundo novo e mais rico e que me instrumentalizaram para, no meu humilde ofício de repórter, fazer um jornalismo mais crítico e combativo, tal qual nossa sociedade precisa para seguir no caminho do desenvolvimento e da conquista de direitos.

Agradeço com todo coração à minha família. Pai, Mãe, Val, Alê e Deca (*in memorian*), obrigada por terem me apoiado nessa jornada, me encorajado e tornado meus dias mais leves e felizes. Mãe, obrigada por ter me mostrado o mundo com o melhor dos seus olhos e por ter me ensinado e valorizar e respeitar a diversidade. Obrigada por acreditar em mim, por me dar tantas oportunidades e por me incentivar a fazer o que eu quero, com toda liberdade. Pai, agradeço por sempre ter me feito voar mais e mais longe. Foi você me mostrou a importância de realizar os sonhos, sem nunca interferir no que eu escolhia para mim. Obrigada pelo seu olhar sensível, pela sua responsabilidade com o mundo e pelo carinho incondicional. Val e Alê, obrigada pela amizade, pela parceria, pelos ensinamentos e por todo amor. Minha vida é infinitamente mais feliz com vocês. Deca, à você eu devo minha inspiração e minha vontade de lutar por um mundo melhor. Dani, meu companheiro, agradeço pelo amor e pelo apoio sem igual. Obrigada por me fortalecer na caminhada. Tias, tios, primos, primas, avós e avôs (*in memorian*): vocês são os trabalhadores que constroem esse país. Obrigada terem me mostrado a alegria da luta diária. Obrigada por todo apoio.

Professora Simone, agradeço por ter me apresentado ao mundo da Geografia Urbana, por ter me acolhido como sua orientanda e, fundamentalmente, por ter que ajudado a crescer. Somos companheiras! À grande amiga Camila Galindo, que desde o primeiro “oi” caminhou cada passo ao meu lado, dentro e fora da universidade, todo meu agradecimento, admiração e amor. Sem você não teria sido possível. Tiago, Rita, Camila Franco, Fernando, Pietra, Alex, Marina, Maza, Mari, Lara, Thais, Luiz, Leon e

Klizmann: obrigada pela amizade, pelo companheirismo, pelo apoio, pela torcida, pelo carinho e por fazer dos meus dias mais felizes. Aos amigos de outras jornadas, Ayla, Desirée, Ana, Stella, Elis, Alê, Cyntia, Jéssica e Leandro, obrigada por acreditarem em mim, pelo carinho e por tanto companheirismo.

Agradeço muito aos vizinhos e antigos vizinhos que acolheram minha proposta de pesquisa com entusiasmo, me disponibilizaram materiais e me concederam entrevistas: obrigada Sônia, PD, Padre Rubens, Tijolo, Gilmar, Gilberto e principalmente ao seu Francisco, que realizou os trabalhos de campo comigo. Agradeço sobretudo aos moradores de Vila Palmares, em especial aos do Quilombo dos Palmares, que encararam com coragem uma dura batalha para que eu tivesse a oportunidade de viver em um lugar melhor. Este trabalho é dedicado à eles, em especial as mulheres da Vila, e à minha Deca.

## **Resumo**

FERNANDES, Sarah Oliveira. A luta dos Palmares: da subcidadania à conquista da casa própria. 2016. 160. Trabalho de graduação individual em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Desde a industrialização de Santo André, no ABC Paulista, principalmente a partir da década de 1950, os trabalhadores do município vivem em um contexto de desemprego, rebaixamento de salários, especulação imobiliária e ausência de programas públicos de moradia. Sem retaguarda, são obrigados a se lançar no jogo da especulação imobiliária e acabam aglomerados em favelas, até que a área onde estão se torne interessante para o capital e eles sejam expulsos para locais ainda piores por não conseguirem pagar o novo preço da terra valorizada. O caminho para quebrar essa lógica é um só: resistir. Foi o que fizeram os moradores da favela Quilombo dos Palmares, na Vila Palmares. Organizados na Sociedade Civil Quilombo dos Palmares e no Movimento de Defesa dos Favelados, eles articularam uma negociação inédita do país, que resultou na compra da área por todos os moradores, no seu loteamento e na autoconstrução das moradias, que hoje se misturam homogeneousmente ao bairro.

**Palavras-chave:** Santo André, ABC, Vila Palmares, Quilombo dos Palmares, Espoliação Urbana, Moradia, Favela, Movimentos Sociais

## **Abstract**

FERNANDES, Sarah Oliveira. Palmares's struggle: to undercitizenship from the achievement of own home. 2016. 160. Individual final paper of graduation conclusion on Geography – School of Philosophy, Letters and Social Sciences, University of São Paulo, 2016.

Since Santo André industrialization, mainly in the 1950<sup>th</sup>, the workers had lived with unemployment, reduction of wages, gentrification and no public housing programs. Alone, they become victims of capital and were forced to move from slums, where can pay the land's price. The way for the poor works survive is only one: resist! It was doing by the people who lived in slam Quilombo dos Palmares, in Vila Palmares. Organized in the Sociedade Civil Quilombo dos Palamares and in the Movimento de Defesa dos Favelados, they dealt the land together and urbanized it, constructing well houses and infrastructure.

## **Listas de fontes**

### **Francisco dos Santos**

Paranaense, 59 anos, motorista de ônibus. Mudou-se para a favela Quilombo II em 1981 após perder o emprego e não conseguir mais pagar o antigo aluguel. Foi um dos principais articuladores da reurbanização do Quilombo II junto à prefeitura, que resultou na instalação de bens de consumo coletivo e em mutirões para revitalização da área.

### **Geraldo Saturnino de Macena**

Arquiteto da Gerência de Urbanização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Santo André. Acompanha os projetos de habitação e de reurbanização de favelas no município e foi quem cedeu as informações oficiais sobre os Quilombos I, II e III para a execução do trabalho.

### **Gilmar Aparecido Burgani**

Mora desde a infância no bairro. Atualmente é funcionário da Central Única dos Trabalhadores. Fez parte do grupo de seminaristas de Vila Palmares, instituídos pelo Padre Rubens, através do qual teve papel importante na reurbanização do bairro e na defesa da favela Quilombo dos Palmares.

### **José Carlos de Souza (Tijolo)**

Morador da Vila Palmares há 50 anos, militou pela instalação de obras de infraestrutura no bairro e pela conquista do terreno do Quilombo dos Palmares. Auxiliou a organização dos moradores da favela e a execução das obras de reurbanização da área. Foi um dos seminaristas do grupo do Padre Rubens.

### **Luís Cestari**

Sociólogo, natural do ABC e secretário da Fundação da Promoção Social da Prefeitura no período da negociação da área da favela, destacou-se por lutar pelos direitos dos moradores do Quilombo dos Palmares. Não chegou a ser entrevistado, mas é um personagem bastante citado pela imprensa da época.

### Padre Rubens Chasseraux

Natural de Piratininga, no interior paulista, cursou Filosofia em Aparecida do Norte e Teologia em São Paulo. Inspirado pela progressista Teologia da Libertação, iniciou suas atividades de seminarista junto aos moradores da favela Vergueiro. Em 1964, recém-ordenado pelo bispo D. Jorge, foi enviado para Vila Palmares, onde começou um trabalho de luta social que durou mais de 40 anos. Foi um dos responsáveis pela instalação de bens de consumo coletivo no bairro e pela mobilização dos moradores na conquista do terreno do Quilombo dos Palmares.

### Vicente de Souza Freire

Apesar de não ter sido entrevistado, foi citado como uma figura importante na luta dos Palmares por diversos autores e por moradores do bairro, tanto que o presente trabalho resgata suas palavras em diversas passagens. Nascido em Assis, no interior de São Paulo, foi mestre de obras. Residiu na Viela 1 da favela Quilombo dos Palmares durante toda a vida. Líder nato e referência para os demais moradores, fundou a Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, da qual foi presidente, entre 1978 e 1982.

## **Lista de siglas**

ABC – Cidades de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Vale também a sigla ABCDMRR, que inclui Diadema (D), Mauá (M), Ribeirão Pires (R) e Rio Grande da Serra (R)

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco nacional do desenvolvimento

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CFDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

JK – Juscelino Kubitschek

MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados

MDF – Movimento de Defesa dos Favelados

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André

Pré-Urb – Programa de Pré-Urbanização de Favelas

PT – Partido dos Trabalhadores

SPR – São Paulo Railway

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

VTI – Valor de Transformação Industrial

## **Lista de fotos**

Figura 1: Pátio ferroviário de Paranapiacaba .....	23
Figura 2: Vista da Estação Ferroviária de Paranapiacaba, com as denominações Boas Festas, 1932. Coleção Paranapiacaba. ....	29
Figura 3: São Paulo Railway - Antigas Estações Ferroviárias. Trem de ligação Santos / São Paulo. ....	31
Figura 4: Vista aérea da região central de Santo André. Ao centro vê-se a Rua Cel. Oliveira Lima. À esquerda Rua Bernardino de Campos, à direita Rua Luiz Pinto Fláquer. Década 1970.	35
Figura 5: Vista aérea do centro de Santo André, vendo-se o Largo da Estátua, a Rua Luiz Pinto Fláquer na horizontal, e a Rua Senador Fláquer e Xavier de Toledo em sentido vertical. ....	39
Figura 6: Mutirão para calçamento da Rua Lions Club na Vila Palmares, 21/04/1990.....	40
Figura 7: Vista do antigo “Quilombo” da Vila Palmares, década de 1970. ....	44
Figura 8: Passeata operária reivindicando "Viva a Reforma Agrária", "Exigimos 240 horas do abono de Natal", "Nada do aumento de passagens de ônibus", "Estatais Unidas", "Ceramistas querem... Abono de Natal", "Queremos paz, abaixo a Guerra", "Bancários unidos pelo abono de Natal". 1960. ....	48
Figura 9: Manifestação na Rua Antonio Cardoso em frente à Rhodia com apoio da CUT, do Sindicato dos Químicos do ABC, COFADE, CBC e Rhodia, 5/12/1986.....	50
Figura 10 e Figura 11: Comício com moradores da Vila Palmares na Praça Charles Muller (estádio municipal do Pacaembu) por ocasião do encerramento da campanha do Lula a governador do Estado de São Paulo, em 1982. ....	51
Figura 12: Chácara Di Cicco, na Vila Palmares, à Rua Quatá. Local foi sanatório para deficientes mentais - 1950.....	55
Figura 13: Rua Simão de Lima na Vila Palmares. Década de 1970.....	60
Figuras 14: Moradores do Quilombo dos Palmares, c. 1960. ....	67
Figura 15 e 16: Vista do antigo “Quilombo” da Vila Palmares, década de 1970. ....	71
Figura 17: Padre Rubens em trabalho na Favela da Vergueiro.....	78
Figura 18: Padre Rubens Chasseraux durante o I Encontro de Favelas .....	85
Figura 19: Trabalho de participação popular para urbanização da Favela do Quilombo e pavimentação da faixa Petrobrás durante o Projeto Viva Cidade, 1991. ....	97
Figura 20: Viela na Vila Palmares, 1990. ....	101
Figura 21: Área de lazer do Quilombo I, em 2016 .....	105
Figura 22: Quilombo I, na avenida Carlos Gomes .....	105
Figura 23: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016 .....	106

Figura 24: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016 .....	106
Figura 25: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016 .....	107
Figura 26: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016 .....	107
Figura 27: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016 .....	108
Figura 28: Quilombo II antes das obras de reurbanização.....	111
Figura 29: Funcionários da prefeitura instalando sistema de saneamento básico no Quilombo II .....	112
Figura 30: Abertura do viário durante obras de reurbanização.....	113
Figura 31: Comissão da União Europeia visita obras de reurbanização do Quilombo II .....	115
Figura 32: Mutirão dos moradores para assentamento de blocos na rua.....	116
Figura 33: Mutirão dos moradores do Quilombo II para construção de praça .....	119
Figura 34: Quilombo II, na rua Coronel Celestino Henrique Fernandes .....	120
Figura 35: Área de lazer no Quilombo II, em foto de 2016.....	121

## **Lista de mapas**

Mapa 1: Vila Palmares no Município de Santo André.....	19
Mapa 2: Quilombo dos Palmares na Vila Palmares .....	20
Mapa 3: Planta da área ocupada pelos Quilombos I, II e III na Vila Palmares .....	25
Mapa 4: Vista área dos Quilombos I, II e III.....	63
Mapa 5: Quilombo I .....	94
Mapa 6: Quilombo II .....	109
Mapa 7: Quilombo III .....	122

## **Sumário**

Introdução .....	18
1. Santo André: cidade desigual.....	27
1.1 – Santo André industrial: o progresso e a pobreza .....	33
1.2 - A questão da moradia .....	37
1.3 – A favela como alternativa.....	41
1.4 – Movimentos sociais urbanos.....	46
2. A Luta dos Palmares .....	53
2.1 – Da Fazenda Boa Vista à moradia operária .....	53
2.2 – O Quilombo dos Palmares.....	62
2.3 – A luta dos Palmares .....	70
2.3.1 – O movimento de defesa dos favelados .....	81
3. A reurbanização do Quilombo dos Palmares.....	89
3.1 – Quilombo I .....	93
3.2 – Quilombo II.....	109
3.3 – Quilombo III .....	122
Conclusão .....	125
Referencias bibliográficas .....	131
ANEXOS .....	134

## Introdução

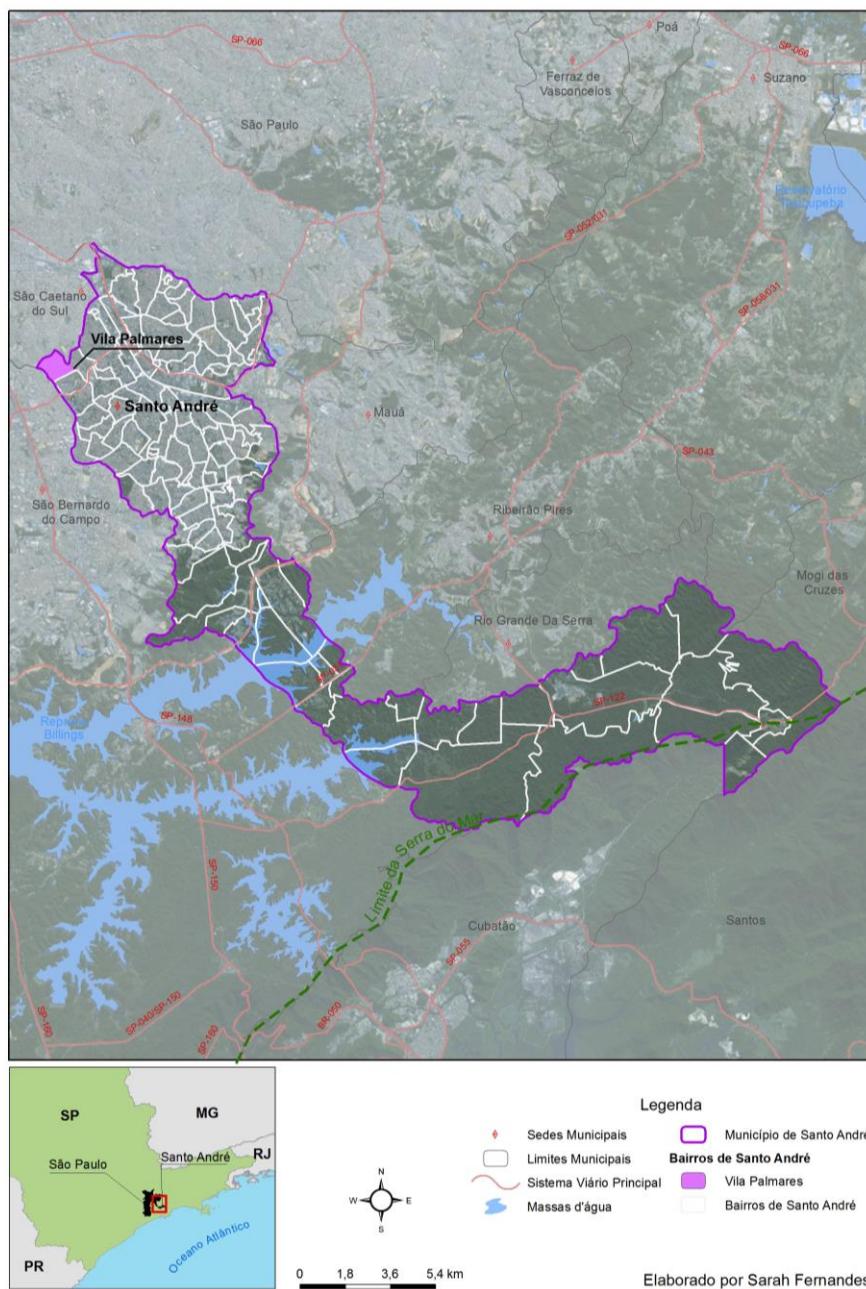
Vilas, cortiços, palafitas, callampas, bariadas, favelas, vencidades, mocambos. Estas são algumas das muitas formas de designar as habitações precárias na América Latina. Independente do nome, do país ou da língua esses locais abrigam uma massa de trabalhadores subempregados ou com salários rebaixados, privados do seu direito à cidade e com trânsito extremamente estreito dentro do sistema produtivo. Eles vivenciam cotidianamente a exclusão social, reforçada pela divisão internacional do trabalho implantada a partir da década de 1950, que cria propositalmente uma massa de trabalhadores desempregados, sobretudo nos países de economia dependente. Essa diferença gerou um exército de reserva de desempregados, que pela falta de dinheiro acabaram sendo empurrados para os bairros periféricos, para os cortiços e para as favelas, que aglomeraram a classe trabalhadora sem a menor condição de habitabilidade digna.

Privar o cidadão do direito à moradia é privá-lo do mundo da sociabilidade primária, do local das alegrias, dos aborrecimentos, dos planos, das brigas, dos sonhos, das realizações e do abrigo contra as tempestades de um sistema econômico completamente instável. Foi exatamente com esse drama que eu convivi na minha periferia, a Vila Palmares, em Santo André, durante toda infância e adolescência. Um claro e violento processo de segregação vivenciado no meu dia a dia, mas por muito tempo não compreendido por mim. Passaram anos até eu entender que meus vizinhos, amigos, companheiros da Vila eram vítimas de um modelo de acumulação alicerçado no empobrecimento da maioria dos trabalhadores. E mais: que tal processo não me atingia da mesma forma e fazia deles vítimas também da desigualdade social.

Talvez tenha sido exatamente a circulação pelo bairro, a convivência com os vizinhos, as festas de enchimento de lajes das casas autoconstruídas, a companhia do Padre Rubens e a livre circulação pelas casas da Vila que despertaram em mim a percepção das diferentes formas de acesso à cidade e à moradia, ora mais ora menos precárias. Foi na convivência cotidiana no meu bairro que percebi que estou em uma luta de classes que priva cidadãos de um dos direitos humanos mais fundamentais: o

da moradia. E, no final da segunda graduação, certamente foram essas percepções e vivências que me levaram de volta ao meu local de origem para estudá-lo e entendê-lo, a partir do olhar de quem o conhece de dentro.

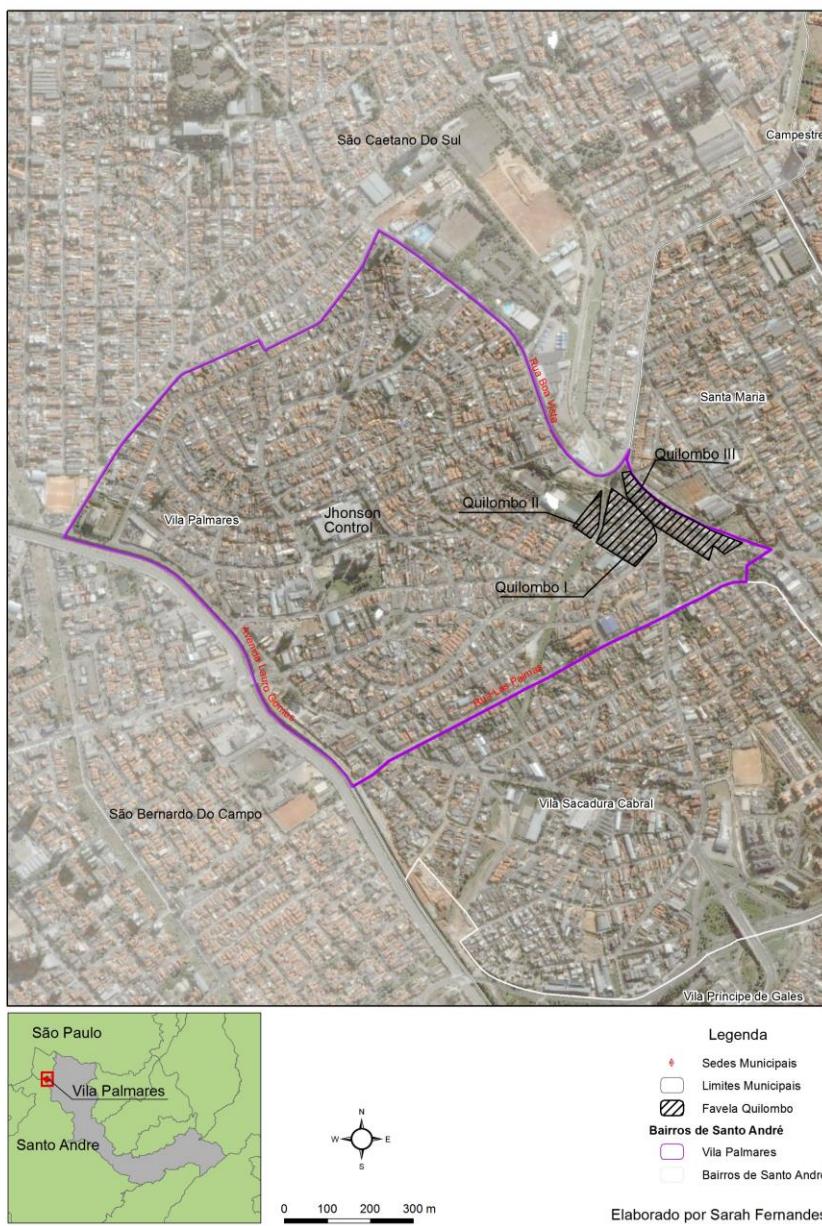
**Mapa 1: Vila Palmares no Município de Santo André**



Esse trabalho pretende, então, resgatar e entender o processo de luta e de mobilização dos moradores da favela Quilombo dos Palmares, primeira do ABC, frente

à pressão do mercado imobiliário e do poder público para expulsá-los de uma área estratégica da cidade, por interligar os três municípios mais ricos da região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. O ponto alto se dá entre o final da década de 1970 e começo da década de 1980, com a compra do terreno e com a criação da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares e do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF).

**Mapa 2: Quilombo dos Palmares na Vila Palmares**



O surgimento do bairro e posteriormente da favela Quilombo dos Palmares é concomitante ao crescimento do processo de industrialização, ao encarecimento da terra urbana, ao êxodo rural, ao rebaixamento dos salários e à criação de um exército de desempregados na cidade, típicos das metrópoles de países de economia dependente, como Santo André. Para entender esses processos, o **Capítulo I** desta pesquisa tratará da história da cidade e da Vila Palmares, da urbanização desigual que imperou no município e da sujeição do poder público ao capital estrangeiro, que acabou por ser o principal “urbanista” andreense, incentivado com impostos reduzidos e com a existência de mão de obra a baixo custo.

A industrialização em Santo André teve início com a implantação da linha ferroviária da São Paulo Railway<sup>1</sup>, inaugurada em 1.867 e mola propulsora da segregação socioespacial descrita no trabalho. A disponibilidade e o ainda baixo preço da terra viabilizaram a abertura de loteamentos, direcionados muitas vezes para as pessoas com estratos de renda mais baixos. Porém, o poder público municipal logo impôs normas para a circulação, convênios com empresas privadas para o fornecimento de serviços básicos e impostos e taxas elevados que acabaram por encarecer o preço de terra e impedir o acesso dos mais pobres a ela. O Estado foi, então, um protagonista do processo de expropriação do trabalhador, por criar a infraestrutura necessária para a instalação de um parque industrial, em detrimento da construção de serviços de consumo coletivo e da criação de programas de habitação.

No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico teve como corolário a repressão sobre as aglutinações da sociedade civil, com consequências nefastas dos salários da maioria dos trabalhadores. Nesta conjuntura, em que o modelo de desenvolvimento encetado abriu um vasto espaço para as inversões estrangeiras, o processo de pauperização verificado foi um fator adicional de relevância na extração de excedentes, aumentando ainda mais as margens de lucro

---

<sup>1</sup> A ferrovia, instalada nas proximidades do Rio Tamanduateí, visava melhorar o transporte de produtos agrícolas, em especial o café, do interior para o Porto de Santos. Ela mudou a dinâmica de ocupação na freguesia da área, até então toda designada como São Bernardo do Campo, pois estimulou a formação de núcleos urbanos a ponto de, em 1910, ser criado o distrito de Santo André, que em 1889, foi elevado à condição de município e em 1938 ganhou uma sede administrativa.

das empresas com alta densidade de capital, em particular as multinacionais. (KOWARICK, 1979: 66 e 67)

Se os incentivos do poder público e os problemas sociais das metrópoles, em especial o de habitação, não afetam a todos por igual, é conveniente tentar entender essa desigualdade a partir de uma rápida reconstituição histórica da questão da moradia no ABC industrial: até os anos 1930 as empresas resolviam parte do problema com a construção de “vilas operárias” contíguas às fábricas, onde as residências eram vendidas ou alugadas para uma parte dos trabalhadores. Os demais se aglomeravam em cortiços e pequenas casas de aluguel. A prática permitia manter os salários rebaixados, já que diminuía os gastos dos operários com a moradia. Com a intensificação da industrialização o número de trabalhadores cresceu e aumentou a demanda por habitações populares o que tornou inviável para as empresas a construção das vilas operárias. Assim, o capital privado transferiu para os trabalhadores os custos da moradia e do transporte e para o Estado a execução de todos os serviços relacionados à infraestrutura urbana.

Os trabalhadores estavam, porém, em meio a um contexto de desemprego, rebaixamento de salários, transformação da terra em mercadoria e total ausência de programas públicos de moradia. Sem retaguarda, eles foram obrigados a se lançar no cruel jogo de interesses da especulação imobiliária e mesmo sendo aqueles que produzem a riqueza do país foram privados do acesso à terra e do direito à cidade<sup>2</sup>. São, sobretudo, vítimas da segregação urbana que os condenou à vida em aglomerados precários e clandestinos, locais que não oferecem infraestrutura aos moradores.

Da decisão política do Estado de favorecer os proprietários do capital (latifundiários, banqueiros, industriais e comerciantes) nasce a diferenciação do preço

---

<sup>2</sup> Conceito de Henri Lefebvre, entendido não apenas como o ato de habitar um determinado espaço, mas como um direito à vida urbana, que inclui o usufruto pleno de todos os espaços, toda infraestrutura e de todas as oportunidades de convivência social, política, cultural e de consumo possibilitadas pelas aglomerações urbanas.

da terra e a espoliação urbana<sup>3</sup>, entendida como a expulsão dos mais pobres dos locais centrais devido à impossibilidade de arcar com o preço da terra valorizada. Eles são, então, segregados para regiões onde serão extorquidos do seu direito a bens de consumo coletivos socialmente necessários para reprodução e manutenção da sua própria força de trabalho. Desse cenário de privação de direitos, as favelas se apresentam como fórmula de sobrevivência para a população mais pobre, por significar uma economia com os gastos de habitação e transporte já que se localizam mais perto do centro de emprego do que as periferias.

**Figura 1: Pátio ferroviário de Paranapiacaba**



Fonte: Coleção Joaquim Terzetti. Acervo Museu de Santo André Dr.Octaviano Armando Gaiarsa

<sup>3</sup> “Espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979, pg 59)

A única alternativa para conter o processo de expulsão dos trabalhadores foi a levada a cabo pelos moradores do Quilombo dos Palmares: resistir, em um árduo processo de luta, que será destrinchado no **Capítulo II**. Organizados e auxiliados pelo Padre Rubens, liderança progressista, inspirada na Teologia da Libertação<sup>4</sup>, eles enfrentaram oficiais de justiça, policiais e o proprietário do terreno e se lançaram em uma negociação inédita do país, que resultou na compra<sup>5</sup> da área por todos os moradores, representados pela Sociedade Civil Quilombo dos Palmares e pelo Movimento de Defesa dos Favelados, organizações fundadas por eles, que influenciaram o processo de redemocratização do país, a luta sindical no ABC Paulista e o surgimento de outros movimentos sociais importantes para a esquerda brasileira, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST).

Da compra, começa o loteamento do terreno e a autoconstrução das casas em mutirão, durante uma época de forte inflação<sup>6</sup>, que incidia de maneira cruel sobre o preço dos materiais, atrasando a entrega das casas e tornando ainda mais penoso o processo de autoconstrução da moradia. É essa etapa da luta dos Palmares que será abordada no **Capítulo III**, assim como o surgimento de outros dois núcleos na favela, que acabaram por dividi-la em Quilombo I, Quilombo II e Quilombo III, cada qual com seu processo particular de reurbanização. A linha comum entre eles é a autoconstrução da casa própria, em períodos de sobre trabalho não remunerado, que é a alternativa de habitação digna para aqueles cujos salários mal permitem arcar com os preços dos materiais. A casa autoconstruída acaba por ser o único bem cujo valor aumenta enquanto é consumido e representa uma segurança para o cidadão urbano espoliado.

A presente pesquisa deixa claro que o processo de empobrecimento da classe trabalhadora faz parte de uma realidade conflitiva, na qual o capital, para garantir taxas de lucro cada vez maiores, busca manter rebaixados os salários e a precarização

---

<sup>4</sup> Movimento apartidário da teologia política que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo como um caminho para a libertação de injustas econômicas, políticas ou sociais.

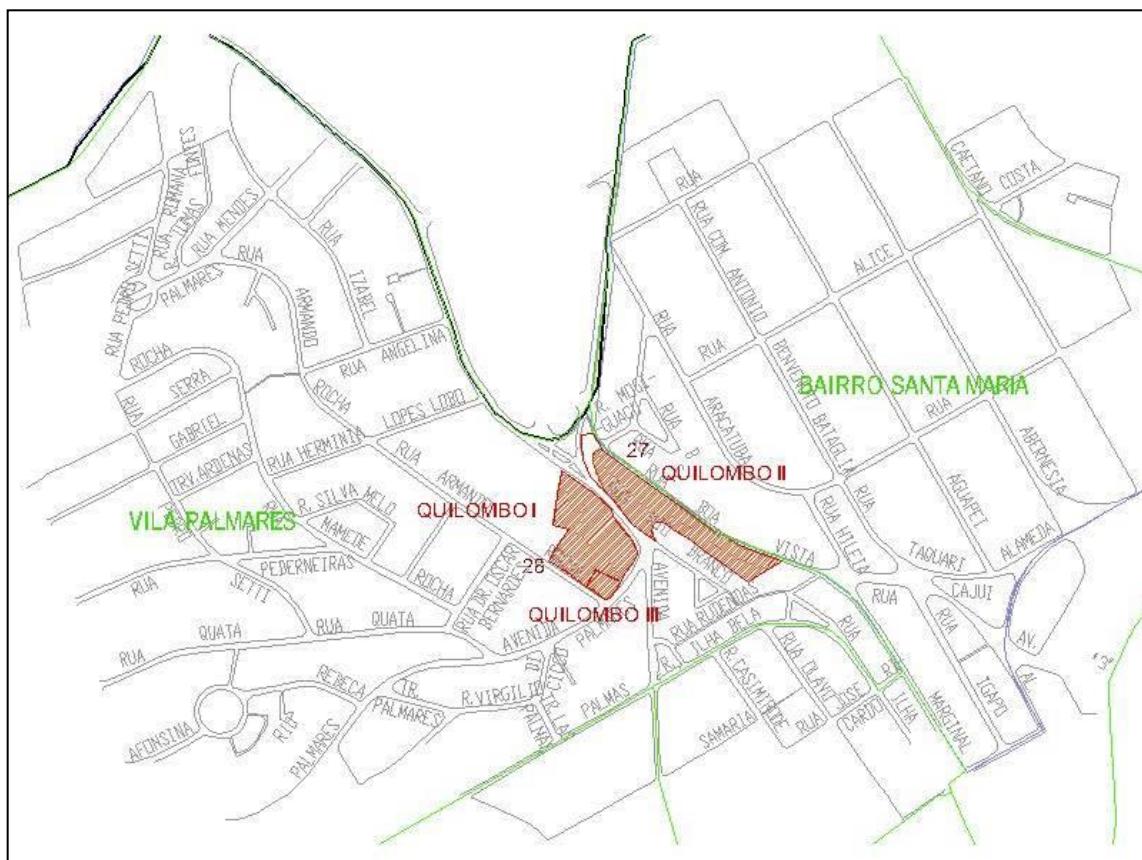
<sup>5</sup> Processo de negociação iniciado e finalizado em 1978.

<sup>6</sup> O período de forte inflação refere-se a 1981, quando as casas do Quilombo I estão construídas em mutirão. Porém, os anos entre 1980 e 1984 marcaram o início de uma crise no país, com desajustes macroeconômicos e taxas insuportáveis de inflação. Em 1981, com a política econômica adotada pelo então ministro da Economia Delfim Netto, a inflação fechou em 100% e em 1982 110,2%.

da moradia é produto disso. Mais ainda: que a exclusão social dos mais pobres não se dá apenas pela venda da sua força de trabalho por um preço reduzido e pelo desgaste das moradias precárias e pelas horas de viagem das periferias até os locais de trabalho, mas também pela privação do direito de acesso a bens de consumo coletivo e do acesso à cidade.

Para dar voz a esse drama urbano, a pesquisa se propôs a ouvir os trabalhadores, analisar o papel do poder público e, sobretudo, entender que vias os moradores de Quilombo dos Palmares seguiram para romper com o ciclo de pauperização ao qual estavam condenados, contando desde a história da ocupação do terreno até a conquista vitoriosa da casa própria. A ideia, no entanto, não é isolar a história desta favela, mas entende-la dentro de um processo nacional de exploração da classe trabalhadora.

**Mapa 3: Planta da área ocupada pelos Quilombos I, II e III na Vila Palmares**



Foram realizadas entrevistas com moradores e com antigas lideranças, além da consulta de documentos oficiais e de reportagens da grande imprensa, em especial do Diário do Grande ABC, pelo seu enfoque regional e por ter sido da época um interlocutor político importante na defesa do Quilombo dos Palmares. Ainda assim, muitas das ações na área não foram documentadas, deixando lacunas na pesquisa. Em relação à bibliografia, as obras pesquisadas contribuíram para dar maior solidez teórica ao caso estudado. Para organização, elas foram divididas em três principais grupos: o primeiro trata sobre o processo de pauperização da classe trabalhadora e da formação das favelas; o segundo sobre a atuação dos movimentos sociais; e o terceiro sobre as metrópoles do subdesenvolvimento e os conflitos urbanos, em especial em Santo André. Uma das propostas é que esta pesquisa circule entre os novos moradores de Quilombo dos Palmares, para que eles conheçam o passado de luta do local onde vivem e se instrumentalizem para intervir nos programas públicos de habitação e na urbanização do município, de forma a fortalecer e valorizar sua cidadania.

## **1. Santo André: cidade desigual**

A luta pela posse da terra pode ser entendida como uma reivindicação burguesa e privatista, mas também pode significar a saída de uma condição de subcidadania<sup>7</sup>, sobretudo quando é empunhada pelos mais pobres, vítimas do capital, da especulação imobiliária, da espoliação urbana e da falta de políticas públicas eficientes. Nesse contexto, a grande massa de trabalhadores urbanos das metrópoles do subdesenvolvimento brasileiro acaba segregada do acesso à moradia digna, ficando condenada à favela como única alternativa de sobrevivência.

É justamente visando reverter essa lógica espoliativa que os moradores da favela Quilombo dos Palmares, na Vila Palmares, por muito tempo um dos bairros mais pobres de Santo André, se organizaram e resistiram até conquistar, de forma legítima, o terreno privado que havia sido ocupado pelos barracos, tudo isso durante os anos repressivos da ditadura militar. Eles foram, na verdade, um movimento de vanguarda na luta contra o rebaixamento dos salários, o aumento do custo de vida e a valorização desigual do solo urbano do ABC.

A corajosa e inteligente resistência desses trabalhadores espoliados conduziu-os por um tortuoso caminho de organização, luta, trabalho, esperança e conquista, em uma ação inédita no país, que será detalhada neste trabalho, por meio de documentos históricos e relatos dos moradores mais antigos.

Para entender o contexto da luta dos Palmares é necessário ter sempre em mente dois elementos determinantes na história de Santo André: a industrialização e o capital estrangeiro. Eles começaram a interferir no município, ainda que de forma insípiente, com a implantação da estrada de ferro São Paulo Railway (SPR) e da estação de trem, nas proximidades do Rio Tamanduateí. O empreendimento visava melhorar o

---

<sup>7</sup> Para Kowarick, subcidadania urbana é uma condição criada por um processo político que nega aos mais pobres o acesso a benefícios básicos da vida na cidade. Os trabalhadores são empurrados para uma condição de moradia clandestina como única alternativa de viver na cidade e por conta disso são privados de melhorias ou de serviços urbanos, justamente porque o ordenamento jurídico que diz que eles estão vivendo em uma condição ilegal.

transporte de produtos agrícolas, em especial o café, no caminho do interior para o Porto de Santos.

A inauguração da estação em 1867 mudou a dinâmica de ocupação na freguesia de São Bernardo do Campo, cuja área equivalia razoavelmente a dos atuais municípios do ABC, pois estimulou a formação de um núcleo urbano ao seu redor, que passou ‘a concorrer’ com a sede da Freguesia situada junto ao povoamento tradicional em torno do pouso dos tropeiros, cuja localização reportava-se, segundo Médici (2000), ao atual centro do município de São Bernardo. (ALVAREZ, 2008: 47)

A área era prioritariamente uma região de produção agrícola e extração mineral e vegetal, além de produção de móveis, artefatos domésticos, tijolos e cerâmica (*op.cit.*,p. 48). A zona urbana era bastante restrita: em 1887, 31% dos 880 habitantes da freguesia de São Bernardo viviam em lotes urbanos. Em São Caetano eram apenas 3% dos 251 moradores.

O crescimento do núcleo habitacional em torno da estação ferroviária motivou a criação, em 1910, de um distrito chamado Santo André, inserido ainda dentro da freguesia de São Bernardo.

São Bernardo, cuja via principal de ligação era chamada de estrada São Bernardo, impulsionou o crescimento urbano ao seu redor, com a instalação de uma agência da administração municipal em 1910, igreja, cartório, armazéns, farmácia, pensões, residências e indústrias, circo, cinema (...) articulando cada vez mais a cidade de São Paulo aos seus arredores (...) (*op.cit.*,p. 49)

Esses núcleos coloniais foram uma tentativa de manter um cinturão agrícola ao redor da capital, porém a ferrovia trouxe consigo a lógica urbanização pela

industrialização. Todo esse processo reforçou a centralidade de São Paulo, que passou a canalizar toda a produção que era transportada do interior para o Porto de Santos, além de abrir caminho para a instalação de indústrias e novos negócios. A ferrovia, porém, viabilizou a ocupação de terrenos amplos e mais baratos para além da capital, criando as condições potenciais de produção industrial fora da cidade de São Paulo, uma vez que, como ressalta Alvarez, citando Pierre Jorge, a localização das indústrias está ligada a redução dos custos de produção, oferecida, naquele momento, pela região hoje ocupada pelos municípios do ABC Paulista.

**Figura 2: Vista da Estação Ferroviária de Paranapiacaba, com as denominações Boas Festas, 1932.**  
Coleção Paranapiacaba.



Fonte: Emilia Genofre da Silva. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Em um contexto de industrialização e, portanto, de oferta de postos de trabalho grande parte dos colonos dos núcleos de São Caetano, São Bernardo e Ribeirão Pires migraram para as áreas próximas à estação São Bernardo (mais tarde Santo André), em busca de oportunidades e devido às inúmeras dificuldades de sobrevivência. A partir daí começam a surgir pequenos negócios, como carpintarias, sapatarias, barbearias, pequenas pensões e restaurantes, que favoreceram a urbanização.

Os trilhos e estações da SPR significaram a introdução de novos sujeitos e novos interesses a então freguesia de São Bernardo (que compreendia todo ABC), bem como o início efetivo da urbanização, que até então se encontrava apenas como virtualidade. A presença de mão-obra, associada à ferrovia, disponibilidade de terrenos e, em meados da década de 1910, de fornecimento de energia, constituíram-se nos elementos fundamentais para o crescimento da atividade industrial e da urbanização. (ALVAREZ, 2008: 51)

É nesse momento do processo de urbanização que o Estado passa a ser um mediador a favor do processo de produção e acumulação, realizando para isso desapropriações, fazendo loteamentos, estabelecendo normas para circulação, impondo taxas e abrindo licitações para oferta de serviços públicos, em especial com a Light and Power para fornecimento de energia elétrica. A indústria ainda se caracterizava por um misto entre produção industrial e artesanal. A primeira, por exemplo, foi a Tecelagem Silva Seabra & Cia, conhecida também como Fábrica Ypiranguinha, inaugurada em 1885, que produzia brim de algodão.

Como resultado deste processo de urbanização e industrialização, na década de 1930, o distrito então chamado de Santo André já abrigava várias indústrias importantes, possuía a Estação de São Bernardo por onde era transportada a produção e tinha entre seus moradores políticos influentes. Esse cenário fez com que a sede do município de São Bernardo fosse transferida para Santo André em 1939. No mesmo

período, começaram a surgir diversos movimentos emancipacionistas<sup>8</sup> que acabaram conquistando autonomia para Santo André. O município ficou com uma área de 174,38 quilômetros quadrados, dentro dos quais estavam os distritos de Sede, Capuava e Paranapiacaba.

A partir da década de 1950, as mudanças também passam a centrar-se na tipologia das indústrias da região. Com a chegada do capital estrangeiro e com investimento pesados do Estado para favorecê-lo, ocorre na região um crescimento da indústria automobilística, mecânica, metalúrgica e de material elétrico. A mão de obra, então, tornou-se mais especializada e, ao mesmo tempo, menos importante para o processo produtivo.

**Figura 3: São Paulo Railway - Antigas Estações Ferroviárias. Trem de ligação Santos / São Paulo.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr.Octaviano Armando Gaiarsa.

<sup>8</sup> Pela ação de movimentos emancipacionistas organizados a partir da década de 1940 os distritos foram tornando-se municípios. Em 1945 foi a vez de São Bernardo do Campo, em 1949 São Caetano do Sul e em 1953 Mauá e Ribeirão Pires.

A industrialização na região chega ao auge na década de 1970, durante o período designado de “Milagre Econômico Brasileiro”<sup>9</sup>. Ela, no entanto, encontra seus limites nos anos 1980, quando ocorre uma queda na quantidade de empresas<sup>10</sup> no município e um consequente aumento do desemprego. A indústria seguiu desacelerada nos anos 1990, em decorrência do investimento estatal em outras regiões e do crescimento do setor de serviços.

O caráter da industrialização do ABC, marcada pela formação de um grande exército de reserva, impulsionou o processo de segregação sócio espacial na região, determinado pela lógica do mercado imobiliário, que se manifesta na oposição centro-periferia e nos diferentes tipos de uso do solo (indústria, comércio, serviços, habitação).

A oposição centro-periferia e a segregação da moradia, mais alinhadas com a temática do presente trabalho, manifestam-se na contraposição entre um centro bem dotado de infraestrutura e de serviços públicos e uma periferia carente desses equipamentos. Tal desigualdade é resultado do valor da terra no mercado imobiliário, e dos baixos salários pagos aos trabalhadores.

Assim, como descreve o livro *Santo André – Direito à Cidade*, editado pela prefeitura do município, a distribuição das pessoas nas áreas de moradia leva a configuração de “pedaços da cidade” diferentes, com infraestrutura, carências e preços da terra específicos: as classes altas e médias ocupam as regiões mais próximas ao centro, que são mais dotadas de equipamentos públicos. Os trabalhadores com certo nível de especialização ocupam determinados bairros, onde já se nota ausência, por exemplo, de creches, áreas de lazer e varrição de rua; a situação torna-se mais crítica nos cortiços e favelas do município.

Para detalhar e exemplificar vale a longa citação:

---

<sup>9</sup> Época de crescimento econômico no regime militar, entre 1968 e 1973, marcada pelo aumento expressivo no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Paradoxalmente, foi um período de aumento da concentração de renda e da pobreza e de forte repressão, conhecido como “anos de chumbo”.

<sup>10</sup> A desaceleração da indústria ocorreu em um processo de reestruturação urbano-industrial que levou a desconcentração das plantas industriais e à falência de muitas empresas, sobretudo por manterem processos de produção antigos e pela concorrência gerada pela abertura do mercado às importações.

(...) se inserem bairros predominantemente residenciais, como os Bairros Jardim e Campestre, planejados em xadrez, acompanhando a topografia suave, com ruas largas e arborizadas, terrenos amplos, com edificações bem acabadas, conservadas, ou construções mais recentes de arquitetura moderna (mansões ou prédios de alto padrão), frequentemente acompanhadas de guarita. As principais vias de interligação centro-bairros concentram a atividade comercial e de serviços de alto padrão (...) Trata-se de bairros localizados próximos ao centro e que apresentam metragem mais valorizada.

No outro extremo, também encontramos, na área do eixo, os chamados assentamentos precários ou favelas, algumas urbanizadas, outras em processo de urbanização pelo poder público. Nestas, o traçado dos caminhos e vias são irregulares, os terrenos são pequenos, as edificações em geral não são acabadas e é comum o emprego de materiais já utilizados; vê-se lixo, resíduos sólidos recicláveis (jornais, latas, vidros); não há arborização. (...) Entre estes extremos, encontramos bairros consolidados de classe média e média baixa, de uso misto (comércio e pequenas indústrias) e infraestrutura completa. É o caso, por exemplo, de Santa Terezinha, Utinga, Bangu, Jaçatuba, Casa Branca. (ALVAREZ, 2008: 43-45)

## **1.1 – Santo André industrial: o progresso e a pobreza**

A expansão e o fortalecimento de São Paulo como metrópole nas primeiras décadas do século XX concretizam o aumento dos impostos territoriais na cidade, o crescimento da população e a expansão do parque industrial, fatores que tornaram muito oneroso para as empresas utilizarem grandes áreas da capital paulista para a produção industrial. Em busca de preços mais baixos, as empresas se instalaram em loteamentos ao redor da capital. Santo André foi valorizada devido à proximidade com São Paulo e com o porto de Santos, à ferrovia já instalada e à disponibilidade de terrenos planos e de água. Apesar disso, a força do centro continuava em São Paulo.

A instalação do parque industrial no ABC Paulista a partir da década de 1950 foi determinante para a urbanização da região, como já foi dito. Vale ressaltar, no

entanto, que o adensamento da atividade produtiva e consequentemente da população no ABC está intimamente relacionado com o desenvolvimento capitalista pós-Segunda Guerra, pautado na produção de consumo de massa e na dispersão das unidades fabris das grandes corporações para países periféricos, seguindo uma lógica fordista de produção. No ABC, esse processo foi fortalecido por uma política de incentivos fiscais, pela existência de um parque industrial complementar e pela disponibilidade de mão de obra a baixo custo. Como destaca a autora, “uma arquitetura institucional e financeira internacional (FMI, BID, BIRD, Acordo de Bretton Woods<sup>11</sup>) forneceu o suporte a este arranjo, o que garantiu duas décadas de relativa estabilidade e crescimento. A centralidade do processo, no entanto, permaneceu nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA”.

Pode-se dizer, assim, que os subúrbios do ABC se configuraram enquanto tal, dentro de um movimento do capital e de interesses que vinham de fora e, neste sentido, a produção deste espaço tornou-se produto e condição da própria metropolização de São Paulo (...) Assim, se a metropolização de São Paulo tem uma expressão territorial significativa, ela é, antes de tudo, a possibilidade do capital de se realizar através da produção de um espaço que se integra diretamente ao centro metropolitano. O subúrbio configurou-se, assim, como um pressuposto da metrópole. (ALVAREZ, 2008: 72)

Com a implantação da indústria, principalmente automobilística, a participação do ABC no VTI (Valor de Transformação Industrial) metropolitano de São Paulo aumentou de 15,5% em 1949 para 22% em 1956 e seguiu em crescimento até 1980, quando atingiu 27,6%. No início da década de 1960, Santo André era o município mais industrializado da região (8,2% do VTI), seguido por São Bernardo (7,8%).

---

<sup>11</sup> Série de disposições econômicas acertadas por 45 países em julho de 1944 para definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial. O sistema financeiro que nascia aí favorecia amplamente os Estados Unidos, já que o dólar foi aceito como a moeda mais forte e como referência para as demais. Os EUA passaram a ter controle sobre boa parte da economia mundial e dos sistemas de distribuição de capitais.

Impulsionado pela industrialização da região metropolitana da capital paulista, a participação do VTI do estado de São Paulo no nacional aumentou de 48,2% para 55,5% nesse período. A concentração se acentuou nos próximos 20 anos, de forma que, em 1970, 58,2% do VTI do Brasil vinham do estado de São Paulo.

**Figura 4: Vista aérea da região central de Santo André. Ao centro vê-se a Rua Cel. Oliveira Lima. À esquerda Rua Bernardino de Campos, à direita Rua Luiz Pinto Fláquer. Década 1970.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr.Octaviano Armando Gaiarsa.

Assim, os municípios do ABC, em especial Santo André, possuíam em 1980 mais de 57% da sua População Economicamente Ativa (PEA) empregada no setor secundário (52,1% na indústria de transformação), enquanto 42,5% atuavam no terciário, relacionado à prestação de serviços.

A instalação das indústrias na região ampliou o número de construção para fins residenciais, motivada principalmente pela migração de trabalhadores dos antigos

núcleos coloniais em busca de melhores condições de trabalho. A partir da década de 1930 esse processo foi reforçado com a chegada de imigrantes vindos do interior de São Paulo e de outros estados, o que culminou no aumento da população. Assim, as propriedades rurais ou de veraneio começaram a ser loteadas, em principal as mais próximas da estação ferroviária. Um dos projetos subdividia parte da cidade próxima à estação São Bernardo em bairros, divididos por sua vez em três categorias: uma junto à ferrovia, tendo como eixo principal a Avenida Industrial, onde estavam localizadas indústrias, armazéns, entrepostos; outra unidade destinada à moradia burguesa, nas áreas mais próximas à estação, inspirado nas concepções de cidade jardim; e outra parte destinada à construção de moradias populares para os operários, de acordo com Alvarez (2008).

Todo esse processo de urbanização e apropriação do espaço está pautado no que Kowarick chama de um “capitalismo tecnologicamente moderno”, que, segundo ele, “guardou inúmeras modalidades de extração de mais-valia na sua forma absoluta, ocasionando aumento das jornadas e o ingresso, também significativo, de outros membros da família no mercado de trabalho” (KOWARICK, 2000: 21).

A mudança radical acontece na década de 1980, com o processo de reestruturação urbano-industrial que levou parte significativa das empresas instaladas no ABC encerram suas atividades ou migram para outras regiões. Os motivos, como já foi dito, são variados entre eles o declínio da atividade industrial, a abertura do mercado para bens de consumo estrangeiros alavancada na gestão do ex-presidente Fernando Collor de Mello e o fechamento de indústrias tradicionais do século XIX, que não conseguiram se modernizar. A parcela mais conservadora do empresariado soma a esse contexto a elevada média salarial da região e a força do movimento sindical.

Se antes disso as altas taxas de emprego na região contrabalanceavam os níveis baixos de remuneração, com o avançar da década e com o crescente desemprego, muitos trabalhadores “nem mesmo conseguem se transformar em mercadoria superexplorada por um capitalismo que se atola no pântano da recessão” (op.cit.,p.21).

Em 1983, 15% da população economicamente ativa da Grande São Paulo (cerca de um milhão de pessoas) estavam desempregados, segundo o autor. Dados da prefeitura comprovam, mostrando que entre 1970 e 1985 a participação da região no VTI estadual decresceu de 74,7% para 56,6%, resultado de um processo de interiorização industrial, que beneficiou regiões como São José dos Campos e Campinas e reduziu o ritmo no ABC. A tendência declinante foi agravada pela recessão econômica 1980-1983 e pelas políticas recessivas do Plano Collor<sup>12</sup>.

## 1.2 - A questão da moradia

A crise econômica e o alto desemprego na região castigaram intensamente os trabalhadores mais pobres, que se encontraram sem trabalho e sem apoio estatal. Os investimentos públicos em bens de consumo coletivo foram realizados em benefício dos mais ricos e em prejuízo da grande massa trabalhadora do ABC paulista.

O capital foi ator protagonista no processo de expropriação do trabalhador urbano, ao criar infraestrutura necessária à expansão industrial, financiando a produção em detrimento da construção de serviços de consumo coletivo. Além disso, o capital também é responsável por criar e manter a ordem social necessária para a pauperização da massa trabalhadora.

Nesse aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da pauperização absoluta de vários contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante modelo de “ordem social” de características selvagens para

---

<sup>12</sup> Com nome oficial de "Plano Brasil Novo", é um conjunto de reformas econômicas implantadas durante a presidência de Collor (1990-1992) para tentar estabilizar a economia, que combinava liberação fiscal e financeira com medidas radicais para estabilização da inflação.

força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. (KOWARICK, 1979:59)

Contradictoriamente, os trabalhadores tiveram que lidar com a inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo e do acesso à terra e à moradia, que, contraditoricamente, são socialmente necessários para a reprodução da mão de obra. É o processo que Kowarick define como “espoliação urbana”.

Desta forma, a questão fundamental reside na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades. O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social. (KOWARICK, 2000: 23)

Em um contexto de desemprego e rebaixamento de salários e em uma sociedade onde a terra, historicamente, foi transformada em uma mercadoria, que dava a oportunidade de enriquecimento para quem dela dispunha, os trabalhadores não conseguiam mais arcar com os custos da moradia e dos aluguéis.

Assim, sem programas públicos de moradia e sem subsídio das grandes empresas para financiar a habitação (por exemplo nas antigas vilas operárias), os trabalhadores foram obrigados a se lançar, sem retaguarda, no cruel universo da especulação imobiliária urbana. Os que ainda possuíam algum recurso acabavam comprando lotes irregulares nas bordas do município, áreas sem qualquer infraestrutura e muito distantes do local de trabalho e dos serviços públicos e, a partir daí, se lançavam na aventura da autoconstrução, muitas vezes sem projetos e com materiais de baixíssima qualidade.

Possuir uma moradia é uma necessidade intrínseca da classe trabalhadora, uma vez que representa uma segurança às intempéries da economia e a possibilidade de não mais pagar aluguel. Os trabalhadores iniciam, então, um sobre trabalho gratuito – com ironia designado de “tempo livre” – para a autoconstrução de uma moradia, que lhes permitam se reproduzir como mão de obra espoliada.

**Figura 5: Vista aérea do centro de Santo André, vendo-se o Largo da Estátua, a Rua Luiz Pinto Fláquer na horizontal, e a Rua Senador Fláquer e Xavier de Toledo em sentido vertical.**



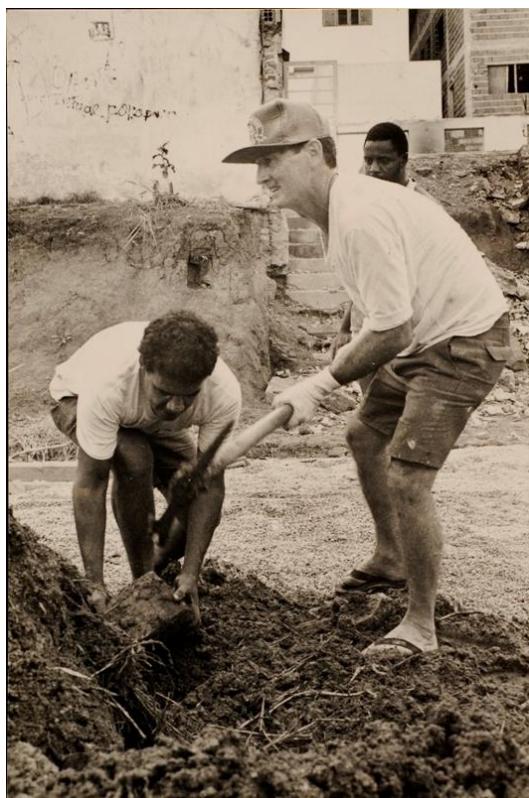
Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr.Octaviano Armando Gaiarsa. Foto tirada de paraquedas. 1953.

Como descreve Médici, as casas eram construídas quase sempre pelo trabalho coletivo dos vizinhos, em mutirões, nos finais de semana ou feriados, prática comum principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, muitas vezes sob repressão: “As mulheres que cuidavam das refeições e se transformavam em serventes de pedreiros, as crianças que transportavam os tijolos e os homens que erguiam as paredes, juntos, tratavam de preparar a ocupação imediata dos cômodos. O reboque das paredes e todo acabamento viriam depois, como fruto da hora extra e dos bicos do pai e da mãe,

trabalhadores. Pai e mãe que depois ajudariam o vizinho na construção de sua casa" (MEDICE, 1992:9).

Dessa forma, pode-se afirmar, segundo Alvarez, que a expansão urbana foi motivada pela impossibilidade de uma parcela significativa da população viver no centro da cidade. Vale ressaltar que a autoconstrução foi uma estratégia usada para manter os salários ainda mais baixos, pois barateia os custos da reprodução dos trabalhadores, uma vez que são eles mesmos que constroem suas casas em seus momentos de não trabalho, geralmente sem contratar mão de obra de terceiros.

**Figura 6: Mutirão para calçamento da Rua Lions Club na Vila Palmares, 21/04/1990.**



Fonte: Luciene Pestana. Coleção Assessoria de Comunicação. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Nessa lógica, quando determinado espaço urbano tem uma melhoria de infraestrutura se cria simultaneamente milhares de desalojados, que não conseguem mais pagar o preço da terra devido à dinâmica excludente e espoliativa do mercado imobiliário. Muitas vezes o próprio poder público impõe reformas, cujos custos não

podem ser pagos pelos mais pobres, empurrando-os com isso para as periferias, de forma que a valorização dos imóveis e dos terrenos torna-se incompatível com sua renda. Eles acabam, então, sendo obrigados a migrar para zonas mais distantes, desprovidas de serviços públicos, até que o crescimento da metrópole chegue lá e os empurre para ainda mais longe.

Mas nem todos podem ou querem construir suas moradias. Não podem pelo elevado preço dos terrenos e não querem porque os sacrifícios de confeccionar uma casa, as horas gastas no transporte coletivo e a precariedade dos bairros periféricos podem parecer muito mais elevados que a insegurança presente ou futura. Por isso é que proliferaram os cortiços na década de 70, nas áreas mais centrais de São Paulo, onde o tempo e o custo do deslocamento são bem menores que os vivenciados numa situação de moradia nas áreas periféricas. (KOWARICK, 2000: 31)

### **1.3 – A favela como alternativa**

Como já foi abordado, o sistema produtivo e o modelo de divisão do trabalho que entraram em vigor no Brasil a partir da década de 1950, somados ao crescimento da população economicamente ativa, geraram desemprego e subemprego, em um processo de “inchaço” (KOWARICK, 2000: 61), típico das metrópoles brasileiras, onde a acumulação tem como base o empobrecimento dos trabalhadores, em principal dos pouco qualificados.

A propriedade privada da moradia, muito valorizada pelo crescimento urbano, aprofunda ainda mais as relações de hierarquia e a segregação. Vale ressaltar que a autoconfecção da casa própria se tornou, ao longo dos anos, cada vez mais difícil, devido ao crescente aumento do preço da terra nas metrópoles e à compressão dos salários.

Como nem todos tiveram acesso à moradia legal, mesmo que nas bordas da cidade, grande parte dos trabalhadores mais pobres, em geral migrantes nordestinos, mineiros e do interior do estado, tiveram como alternativa ocupar terrenos vazios nas regiões centrais e construir barracos de madeira, papelão ou de quaisquer materiais que encontrassem disponíveis, em condições muito precárias de habitação, nas favelas da metrópole paulista.

É o aluguel de um cômodo de cortiço localizado em áreas deterioradas ou de uma casa de mínimas dimensões nas “periferias” distantes das cidades, ambas as soluções implicando em condições de habitabilidade extremamente precárias e, no mais das vezes, em gastos de aluguéis que comprimem o já minguado orçamento de consumo das famílias trabalhadoras. A solução de sobrevivência mais econômica, mas também a mais drástica, é a favela (...) (KOWARICK, 1979:60)

Segundo a publicação *O que é Favela Afinal?* – lançado pelo Observatório de Favelas em 2009, como resultado de um seminário realizado em agosto do mesmo para debater o tema – a favela frequenta o imaginário popular com a ideia da “ausência”. Em geral, concebe-se a favela como um espaço destituído de infraestrutura (água, luz esgoto, coleta de lixo e arruamento), unicamente pobre e sem ordem, leis ou moral.

Da mesma forma, a publicação critica o fato de comumente as favelas serem generalizadas e homogeneizadas. Na verdade, elas apresentam diferentes configurações geográficas, reúnem centenas ou milhares de moradores, apresentam diferentes tipos de casas ou apartamentos, possuem índices também diferentes de violência e menor ou maior intervenção do poder público.

O Observatório de Favelas considera as favelas como um espaço constituinte da cidade, caracterizado por insuficiência histórica de investimentos públicos; autoconstrução; apropriação social do território para a moradia; densidade de

habitações; indicadores sociais, econômicos, educacionais e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; níveis elevados de subemprego; densidade demográfica acima do conjunto da cidade; alta concentração de negros e indígenas; violência acima da média da cidade; e relações de vizinhança marcadas por sociabilidade e solidariedade, com uso intenso do espaço público.

A publicação conclui que as favelas são espaços de histórica incompletude das ações do Estado, motivo pelos quais não tem garantias de efetivação direitos sociais. Além disso, são espaços onde os investimentos do mercado formal imobiliário, financeiro e de serviços são escassos o que acirra a distância socioeconômica das favelas com o restante da cidade.

Outra característica é que as habitações não têm como se adequar aos padrões urbanos convencionais, estabelecidos pelo Estado, constituindo “uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade”<sup>13</sup>.

Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.  
(OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009:96-97)

Em Santo André, o primeiro registro de ocupações irregulares é de 1957, em duas áreas, segundo dados da Prefeitura Municipal de Santo André (ALVAREZ, 2008). Em 1959 foi constatada uma nova ocupação; na década de 1960 já eram 18 e na década de 1970, 56, tanto em áreas de expansão nas periferias da cidade, como em terrenos vagos em meio ao conjunto urbano já consolidado.

No ABC, o processo de favelização seguiu lado a lado o caminho da industrialização, levando os trabalhadores a se amontoarem em áreas próximas ao mercado de trabalho da mão de obra pouco qualificada. O que se observa, no entanto,

---

<sup>13</sup> Lannes (org.); SILVA, Jailson de Sousa e. O que é Favela Afinal? Observatório de Favelas, 2009. Pg 97.

é que quando a pressão imobiliária torna-se mais intensa em determinada área a tendência é que novas favelas se formem ou migrem para municípios vizinhos, onde o preço da terra ainda não é tão elevado. Em geral, os moradores de favelas e cortiços vêm de casas de aluguel expulsos pela impossibilidade de arcar com esse gasto, devido ao rebaixamento dos salários e à supervalorização do solo urbano, aliado a políticas públicas de favorecimento e gentrificação<sup>14</sup> do centro rico. Vale frisar que, segundo Kowarick, o aluguel de um cômodo nas áreas mais centrais custa entre meio e um salário mínimo.

**Figura 7: Vista do antigo “Quilombo” da Vila Palmares, década de 1970.**



Fonte: moradores da Vila Palmares. Reprodução Eder Chiodetto. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

<sup>14</sup> Gentrificação, da tradução literal do inglês "gentrification", é a alteração da composição social de um determinado local por meio da valorização da área - por exemplo pela construção de novos edifícios ou de novos pontos comerciais - que resulta em um aumento do custo de vida que, por sua vez, expulsa da área os antigos moradores com renda insuficiente para sua manutenção no local.

Assim, a favela dá ao trabalhador a possibilidade de permanecer próximo aos serviços públicos e aos locais de trabalho, uma alternativa para tentar enfrentar a dinâmica espoliativa e pauperizadora de Santo André, que é típica das metrópoles do subdesenvolvimento industrializado.

Além da economia com o aluguel de uma casa de baixo padrão, que equivale a um valor entre um e meio salário mínimo (KOWARICK, 2000: 90), a favela, por se localizar próximas aos centros de emprego, é também uma alternativa para reduzir os custos com transporte coletivo. Vale ressaltar que a penosa opção de autoconstrução não é para todas, uma vez que, por ser oneroso, depende da regularidade de ganhos da família e qualquer crise pode significar a suspensão do projeto.

Por isso, na favela vive uma população em média mais pobre que a dos cortiços e das casas autoconstruídas nas periferias das cidades, sendo chamada por Kowarick de “pobres dentre os pobres”. Claro que a existência desse grupo, que enfrenta longas e exaustivas jornadas de trabalho e vive em condições precárias de habitação, só é possível devido à existência de um exército de reserva de mão de obra, pronto para substituí-los, em um contexto de dilapidação da força de trabalho.

Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário. (KOWARICK, 1979: 86-87)

Os terrenos ocupados pelas favelas ora são públicos ora são privados. Sem título de posse, em uma situação de ocupação da terra de terceiros, os moradores das favelas tornam-se “ilegais”, recaindo sobre eles o drama dos direitos fundamentais da sociedade burguesa, centrados principalmente na posse e manutenção da propriedade privada. Assim, o morador da favela é privado, inclusive, do seu status de cidadão

urbano, sendo visto como um invasor sem possibilidade de defesa, uma vez que o arcabouço legal elitista em vigência permite sua expulsão.

Os próprios moradores das favelas muitas vezes têm a “consciência de proibição”, designada por Kowarick como a condição de estar em uma situação ilegal de moradia, que significa ser obrigado, eventualmente a abandonar sua casa na favela de uma hora para outra. Assim, eles tendem a se perceber no cenário urbano de São Paulo e da região metropolitana como pessoas sem direitos e sem organização para conquista-los.

Alheios a qualquer respaldo legal e pressionados constantemente pelo crescimento da metrópole e pela valorização do solo urbano, os moradores de favelas encontram cada vez mais dificuldade de se fixarem próximo aos locais de emprego, fato importante devido, inclusive, a grande rotatividade da mão de obra pouco qualificada. A tendência, então, é que eles também sejam expulsos para as periferias das cidades, muitas vezes em condições mais precárias, em áreas de risco e ainda sem posse do terreno, o que agrava ainda mais a condição de vida desses trabalhadores.

(...) os favelados – camada superespoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem as riquezas que não são suas. (KOWARICK, 1979: 97)

#### **1.4 – Movimentos sociais urbanos**

Como já foi debatido, a intervenção do Estado nas cidades tem como prioridade a criação de condições para a acumulação do capital e, em segundo plano, para a reprodução da força de trabalho, que é necessária para a concretização da primeira prioridade. As contradições entre essas duas esferas são atenuadas por meio do pagamento de salários reduzidos e por ínfimas políticas de benefício social urbano,

que procuram reduzir ainda mais os custos da reprodução da força de trabalho e potencializar a acumulação do capital.

A estratégia de modernização autoritária, historicamente imposta no Brasil, principalmente no regime militar, não conseguiu reduzir as desigualdades sociais, nem promover o mínimo de desenvolvimento social. Assistiu-se à queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, à extinção de políticas sociais (em principal das áreas de habitação, saúde e educação) e ao fracasso de planos milagrosos para tentar recuperar, como descreve Gohn, “um doente crônico”: o modelo de acumulação capitalista (GOHN, 1991: 11).

Convém enfatizar que a possibilidade de obter melhorias urbanas significativas é bastante reduzida, devido principalmente à falta de planejamento que rege o crescimento das nossas cidades. Ainda assim, tais melhorias são utilizadas como objeto de barganha para canalizar e amenizar os interesses dos seguimentos mais pauperizados da sociedade.

É nesse contexto que surgem os movimentos sociais urbanos, tendo como mola propulsora a incapacidade do Estado de atender às demandas coletivas dos mais pobres. Eles são uma resposta às carências não atendidas e o caminho para realizar reformas urbanas que respondam às necessidades reais dos trabalhadores pauperizados.

Os movimentos são vistos como frentes coletivas defensivas, que militam por maior representatividade política e por maior controle das ações públicas, sempre objetivando integrar os mais pobres. Vale lembrar que a política participativa muitas vezes se restringe a um processo de consulta dos movimentos (principalmente dos aliados com o partido no poder), por meio de seminários, encontros e congressos, que não deixavam espaço para uma participação efetiva nas decisões políticas.

Impera nos grupos dominantes um temor dos processos coletivos que advém da necessidade de impedir a união e solidariedade dos trabalhadores, pois a abertura de espaços necessariamente

significará a inversão das desigualdades historicamente concentradas em benefício de uma minguada minoria. (KOWARICK, 1979: 202)

**Figura 8: Passeata operária reivindicando "Viva a Reforma Agrária", "Exigimos 240 horas do abono de Natal", "Nada do aumento de passagens de ônibus", "Estatais Unidas", "Ceramistas querem... Abono de Natal", "Queremos paz, abaixo a Guerra", "Bancários unidos pelo abono de Natal". 1960.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

No Brasil, os movimentos sociais urbanos ganharam força a partir da década de 1970, motivados principalmente pelo agravamento da falta de infraestrutura urbana, pelo rebaixamento salarial e pela ditadura militar, que reprimia espaços de participação popular, como os partidos políticos e os sindicatos.

Tais movimentos se caracterizam por serem manifestações das classes populares, estarem centrados na esfera dos bens de consumo coletivo, terem como ponto de partida os bairros, serem heterogêneos quanto a sua composição social, nascerem de forma espontânea, serem autônomos, emergirem das contradições sociais e serem contrários ao Estado.

O amalgama de tais movimentos sociais são as problemáticas urbanas, relacionadas principalmente à apropriação, à distribuição e ao uso do espaço das cidades. São, portanto, movimentos sociais urbanos aqueles que militam por habitação, por melhor uso do solo e por serviços e equipamentos de consumo coletivo. Vale ressaltar que eles não se restringem às camadas populares, apesar de elas serem as mais significativas.

Explicando melhor: a união de pessoas carentes de equipamentos dá força a suas ações, seguindo o clássico slogan “a união faz a força”. Unem-se experiências semelhantes da vida cotidiana. Unem-se a partir do conhecimento de resultados obtidos por outros grupos, que obtiveram sucesso. Portanto, unem-se também a partir da absorção da experiência alheia. (GOHN, 1991: 43)

Assim, frente à inoperância do poder público, os moradores de determinado bairro iniciam ações coletivas, tendo em vista a conquista de reivindicações como esgoto, água, asfalto, iluminação, canalização de córregos, combate às enchentes, limpeza de ruas, escolas e creches. A partir daí, desenvolvem-se diferentes grupos no cenário urbano: associações de bairros, juntas de vizinhos, clubes de mães e grupos de base tendo como mote as mais diferentes causas, sempre circunscritas às cidades. As

reivindicações são levadas a diante por um conjunto de trabalhadores pauperizados que tem a consciência da sua exclusão do acesso ao serviço público.

Figura 9: Manifestação na Rua Antonio Cardoso em frente à Rhodia com apoio da CUT, do Sindicato dos Químicos do ABC, COFADE, CBC e Rhodia, 5/12/1986.



Fonte: Roberto Parizotti. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Vale ressaltar que esses movimentos assumem a forma tanto de associações amigáveis e clientelistas, muitas vezes ligadas a políticos da região, como de movimentos independentes, que comparecem à prefeitura e à Câmara Municipal, utilizando a pressão popular como instrumento de luta.

Desta ou daquela forma, a ação concreta dos moradores, negando o discurso ideológico do poder, revela através da prática que nos projetos capitalistas de construção social não estão presentes as necessidades das classes populares, sendo que, para estas, o acesso a qualquer fatia do chamado progresso urbano, longe de ocorrer naturalmente, vem sempre precedido de uma ação deliberada nesse sentido. (ALMEIDA, 1992: 42)

A favela encontra-se em uma condição de espoliação urbana e ilegalidade, sendo estigmatizada como um antro de criminalidade e desordem, que destoa dos bairros ricos. Logo, nas visões mais conservadoras, elas precisam ser removidas para que a tranquilidade e a ordem se instaurem novamente. Essa concepção motivou desapropriações e o surgimento de movimentos sociais urbanos em Santo André para impedi-las.

A luta dos moradores de favelas ocorreu com maior intensidade no Brasil a partir da década de 1980, em principal nos centros industrializados, como o ABC paulista. A deslanchada se deu juntamente com o movimento de bairro, sendo que a principal reivindicação era a formulação de políticas públicas para a reurbanização de favelas e não para a desfavelização das cidades.

As pressões da sociedade civil para redemocratizar o regime militar levaram os movimentos a saírem do seu isolamento nos bairros e passaram a se articular entre si. Esses movimentos deram apoio para as grandes greves ocorridas no final de década de 1970, em geral auxiliando na mobilização, organização e apoio material.

**Figura 10 e Figura 11: Comício com moradores da Vila Palmares na Praça Charles Muller (estádio municipal do Pacaembu) por ocasião do encerramento da campanha do Lula a governador do Estado de São Paulo, em 1982.**





Fonte: Sonia Óddi. Arquivo pessoal

Vale ressaltar que algumas instituições também tiveram participação na criação de um espaço social de luta pela democracia, entre elas o Poder Legislativo e Judiciário, a imprensa, a universidade e as entidades científicas e culturais. Elas procuravam desenvolver ações de controle do Executivo, de defesa dos cidadãos, de denúncias e de aprendizado crítico.

## **2. A Luta dos Palmares**

### **2.1 – Da Fazenda Boa Vista à moradia operária**

Como já vimos anteriormente, o processo de ocupação do espaço urbano e a industrialização de Santo André se deu de forma a impossibilitar que a maior parte dos trabalhadores da cidade tivessem acesso à terra, à moradia, a serviços públicos e à infraestrutura urbana. A constituição do município deu-se sob uma contradição: de um lado o capital (na maioria das vezes estrangeiro), investido nessa área devido às condições objetivas para acumulação de riquezas; e de outro uma grande massa de trabalhadores atraídos pelos empregos gerados no surto fabril, como uma alternativa de sobrevivência.

É nesse cenário que se constitui e cresce a Vila Palmares. Apesar de possuir localização privilegiada, na divisa de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul – os três maiores municípios do ABC, marcados pela presença de grandes indústrias e por uma elevada concentração populacional –, a vila foi por muito tempo um dos bairros mais pobres do município. Ela e as vizinhas Sacadura Cabral e Príncipe de Gales, compunham um dos eixos de alta vulnerabilidade social da cidade.

Quem não conhece a região tem como referência a Fundação Santo André e a antiga gráfica do Diário do Grande ABC. São trajetos intermunicipais as avenidas Prestes Maia, Príncipe de Gales, Gago Coutinho e Novo Horizonte. O bairro é recortado por um número considerável de praças, destacando-se a Tangará, Lisboa, Áurea e o antigo Sanatório, que foi casa da fazenda da família Di Cicco, proprietária de um depósito de construção no bairro. Hoje no local funciona uma cooperativa de consumo.

A diversidade religiosa é intensa: convivem, lado a lado, centros de umbanda, candomblé, igrejas protestantes, Assembleias de Deus e a Igreja Católica. O lazer está ligado a espaços de convívio social, em geral bares, que promovem festas, e praças com equipamentos de ginástica e playgrounds. Quem passa por lá nos fins de semana

encontra ruas movimentadas, com escolas de samba, crianças brincando e jogos de futebol.

Na presente pesquisa, a história do bairro foi reconstruída por documentos históricos, pesquisas e, em principal, por depoimentos de moradores, tentando ao máximo manter suas memórias e interpretações pessoais acerca do processo de formação da região. Por isso, é dedicado um grande espaço para a fala dos moradores, que ajudaram a construir a Vila Palmares. Fica claro que a forma de apropriação do espaço urbano por eles dá ao bairro a marca de um local de luta.

Vila Palmares integrava a Fazenda Boa Vista, que era cortada por uma antiga estrada rural de mesmo nome, existente até hoje. A primeira planta de Vila Palmares é de 1924, mas o assentamento de famílias e a ocupação urbana da área se iniciaram, mesmo que de forma lenta, a partir da década de 1930, quando o bairro e as regiões vizinhas eram prioritariamente chácaras e fazendas.

*O nome 'Vila Palmares' veio porque Dona Isabel Rocha, proprietária da fazenda, não era totalmente branca, era mais puxada para o preto e era casada com um italiano. Ela era discriminada pelos familiares do marido e em homenagem a todos negros discriminados ela deu o nome do local de Vila Palmares. Tanto assim que quando começou a fazer o loteamento e dar o nome das ruas, ela deu o nome dos familiares dela, por isso temos rua Armando Rocha, rua Mamede Rocha, rua Isabel de Oliveira Rocha. Isso foi de 1923 até 1927. Aqui era tudo plantação de café, pomar e pasto. Foi se urbanizando com muito trabalho e muita luta. (Padre Rubens)*

Até o início da década de 1950 a área permaneceu como parte da fazenda quando, devido à industrialização e à consequente valorização do solo do município, foi loteada. Padre Rubens lembra, no entanto, que devido à falta de controle, muitas pessoas acabaram sendo enganadas e comprando um lote que já tinha dono, fato que só descobriam quando iam ao cartório solicitar a escritura do terreno.

O processo de ocupação foi acelerado pela abertura da rua Catequese – que facilitou o acesso de Vila Palmares ao centro de Santo André e incentivou novos loteamentos – e pela crescente industrialização da região, em geral ligada ao setor petroquímico e automobilístico, durante a era desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek<sup>15</sup>.

Pelas memórias de Padre Rubens Chasseraux, o então governador de São Paulo Ademar de Barros, que queria suceder JK na presidência da república, percorreu as regiões mais pobres do nordeste, propagandeando que devido ao seu governo não existiam mais miséria e desemprego em São Paulo. “O nordestino, oprimido pela seca e pela fome, começou a vir em quantidade para cá e se estabeleceram de um modo muito especial na região da Vila Palmares”, conta.

**Figura 12: Chácara Di Cicco, na Vila Palmares, à Rua Quatá. Local foi sanatório para deficientes mentais - 1950.**



Fonte: David Rego. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

<sup>15</sup> Durante sua gestão, Juscelino Kubitschek (1955-1960) colocou em prática o Plano de Metas (31 metas) que tinha como principal objetivo o desenvolver a economia do Brasil e diminuir a desigualdade, em ênfase na dinamização da industrialização. Foram priorizados os investimentos nos setores de transportes e energia, nas indústrias de base e na substituição de importações, destacando aí a ascensão da indústria automobilística.

Ainda é possível encontrar moradores antigos que se lembram do tempo em que os serviços de entrega de gás de cozinha e coleta de lixo eram de carroça e que para se achar uma padaria, uma farmácia ou uma escola era necessário andar a pé ou a cavalo, pois não existiam vias de circulação dentro da vila. Um deles é José Carlos de Souza, conhecido por seu Tijolo, que vive há 50 anos no bairro. Vale sua longa descrição, para recriarmos imaticamente como era o local e em que contexto se deu a luta da favela Quilombo dos Palmares.

*Era um bairro que não tinha água, luz e asfalto. Poste era de madeira. Não tinha nenhuma condição de viver ali, era tudo barracos, tudo como um sítio. Não tinha saneamento básico e poucas pessoas tinham dentro da sua casa um poço d'água, porque existiam na vila três bicas. O pessoal muitas vezes pagava crianças para ir abastecer seus baldes e tambores com água na mina. Quem tinha um poder aquisitivo mais legal fazia uma caixa de cimento no quintal para guardar água. E não tinha esse negócio de pegar amostra. Eram os velhos que tinham conhecimento e sabiam quando a água estava boa. Fazíamos um tratamento caseiro: jogávamos duas ou três xícaras de cal dentro da água e esperávamos um tempo até ele assentar e só depois bebíamos. Os próprios banheiros eram construídos com fossa, fora do barraco. Banho era de baldinho e caneca. Era uma loucura. Utilizávamos vela, lampião e não tínhamos iluminação pública, que começou a vir só na década de 1960, mas ainda insignificante. Asfalto também não tinha. Muitos trabalhadores usavam dois pares de sapato quando estava chovendo: um para atravessar o barro e o outro para ir trabalhar. A maioria das casas tinha um ralo feito de tampa de cerveja para limpar o pé. Existia só umas três mercearias para comprar comida, que era paga com uma caderneta. Os pais mandavam os filhos comprar, o dono marcava e no final do mês recebia. Para muitos moradores que não tinham condição de pagar o dono da mercearia ajudava: 'se não dá pra pagar nesse mês, paga no outro!'. Existia uma solidariedade porque todo mundo se conhecia. Para além disso, existia pouco comércio. Só no Rudge Ramos, próximo da igreja São João Batista e na Vila Gerty, em São Caetano. Mas não tinha ônibus para ir até lá. O que tinha era*

*jardineira, porém precisávamos caminhar mais ou menos dois quilômetros para pegar a condução. (Tijolo)*

Até 1953 existiam entre cinco e dez casas em cada quarteirão da Vila Palmares, caracterizando um baixo adensamento populacional (MEDICE, 1992). Não havia sequer ponte sobre o Ribeirão dos Meninos, que interliga o bairro com São Bernardo do Campo. Tijolo ressalta, porém, que ninguém vivia de aluguel. Todos eram proprietários dos terrenos, em geral de 10 metros por 30 metros. “Depois de um tempo os terrenos foram cercados, mas só para o cachorro não entrar. Não existia campainha, nada disso. Só existia ladrão de galinha e mesmo assim todo mundo sabia quem era.”

Com a aceleração da industrialização, em pouco mais de 10 anos depois do início do loteamento o bairro já havia se transformado em um local de moradia de operários. As casas foram construídas com materiais de doação de grandes empresas, que descartavam para as famílias da Palmares blocos e madeira de segunda qualidade.

Padre Rubens lembra que alguns moradores formaram equipes de demolição, que punham abaixo prédios e casas de graça, a troco apenas do material, que depois seria usado na construção de suas casas. Tijolo recorda:

*Minha casa, por exemplo, que tem hoje 65 anos, foi construída com materiais doados por empresas de São Caetano do Sul. Houve muito mutirão entre os moradores, um ajudando a construir a casa do outro. Tinham pessoas que saiam chamando: ‘estamos pensando em construir uma ponte, você pode colaborar? Vamos pegar aquele toco de madeira ou aquela árvore e vamos cortar e fazer um mutirão?’ Nunca houve pagamento para nada. Existia mutirão para ponte, igreja, para posto de saúde, tudo feito nos finais de semana.*

Na década de 1960, os moradores da Vila Palmares começaram a reivindicar a instalação de uma igreja católica no bairro. Eles então decidiram construir uma capela para tentar conseguir um padre junto à diocese de Santo André. Foi ai que, em 10 de

maio de 1964, Dom Jorge, então bispo da municipalidade, enviou para o bairro o recém-ordenado Padre Rubens, que se despontou como figura crucial no processo de urbanização do bairro e resistência dos moradores da favela Quilombo dos Palmares.

Um dos oito filhos de uma família muito pobre de Piratininga (SP), padre Rubens iniciou os estudos no seminário aos 11 anos. Quando já cursava Teologia em São Paulo resolveu conhecer de perto a realidade das favelas paulistanas. Com uma postura considerada rebelde, se negando por exemplo a usar batina, ele começou seu trabalho na favela do Vergueiro, onde morou por 16 meses em barracos de colegas e, posteriormente, no seu próprio. Lá celebrava missas e lecionava aulas de alfabetização de adultos pelo método de educação popular de Paulo Freire<sup>16</sup>. Aos sábados, reunia os amigos nos para ouvir música e jogar ping-pong.

Na Vila Palmares, padre Rubens conquistou os moradores, mesmo celebrando as primeiras missas em um barraco improvisado próximo ao lixão, onde também era sua casa. Lá funcionava ainda o clube de mães, o grupo de jovens, e uma escola de alfabetização de adultos que estimulava os alunos a questionarem sobre desigualdades sociais, sendo por isso considerado subversivo durante a ditadura militar.

Com a aglutinação de mais famílias e com a necessidade de trazer melhorias para o bairro, Padre Rubens formou um grupo de “seminaristas” que, com muito estudo, teriam a missão de levar mensagens de resistência e combate à desigualdade em seus locais de trabalho e convívio social, porém sem abraçar os dogmas da Igreja. A proposta, a princípio bastante inovadora, é descrita por Tijolo:

*Surgiu na Vila Palmares alguns jovens que diziam querer ser padre. Aí o Padre Rubens criou um seminário dentro da igreja para formá-los. Eram umas 12 pessoas, que iniciavam uma formação de oito anos. Eu inclusive fazia parte desse grupo. Mas nós não queríamos ser padres para ficar fazendo batizado e casamento, dentro da estrutura de*

---

<sup>16</sup> Proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire e descrita por ele em *Pedagogia da Autonomia*. Em uma experiência alfabetizou 300 cortadores de cana do município de Angicos (RN) em apenas 45 dias.

*Igreja. Se eu sou operário eu continuo a ser operário e dentro do local do meu trabalho eu começo a fazer a minha missão, sem me identificar como padre, sem aquele status. Nós fomos taxados porque éramos contra todos os dogmas da Igreja, desde a questão do celibato. A gente achava que cada um deveria ter uma opinião sobre se quer casar e não aceitar como um dogma que vem de cima para baixo. Teve uma parte da Igreja que apoiou, mas a maioria não. Aí chegou uma hora que a Igreja falou: ou você entra na estrutura ou sai. Nós já estávamos com três ou quatro anos de estudo, mas a opção foi sair.*

Apesar de a ideia não ter vingado, os seminaristas foram fundamentais para a luta por melhorias para o bairro e para a conquista de adeptos para a causa, inclusive durante o processo de resistência da favela, que será destrinchado no próximo capítulo. Eles organizaram a Vila Palmares em oito setores, cada um com um representante. Foi eleito um coordenador para cada rua pelos moradores, que era responsável por reportar aos representantes dos setores os problemas diagnosticados, que seriam debatidos em uma reunião mensal, como contra Gilmar Aparecido Burgani, morador da Vila Palmares e um dos ex-seminaristas:

E começamos todo um trabalho de restruturação da Vila. Tínhamos um mapeamento por ruas e em cada uma tínhamos um coordenador. Ele deveria conhecer as famílias, verificar a situação delas, estar a par se precisavam de algo e fazer um acompanhamento da rua. Tínhamos todo um mapeamento e dividímos a vila em setores. Aqui não entrava correio, por exemplo. As cartas que vinham do nordeste e do interior vinham todas para mim, na Igreja, ou para uma central em Santo André. Aí recolhíamos tudo e o nosso carteiro, nomeado pela comunidade, distribuía. Era muito bem organizado.

A atuação aglutinadora da igreja de Vila Palmares comprova que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deram um novo dinamismo ao bairro, criando

um centro de convivência e incentivando a amizade e a fraternidade entre as pessoas. Para divulgar suas ações, criou-se um Centro de Documentação e Educação Popular, que tinha o objetivo de agilizar a comunicação no bairro e na, ainda recente, favela Quilombo dos Palmares. Para facilitar ainda mais a transmissão de informações, instalou-se um autofalante na torre da igreja, que é usado ainda hoje para repassar recados para a população. Além disso, havia celebrações, mutirões e festas com encenações, dramatizações e cânticos, que eram representações da cultura dos migrantes caipiras e nordestinos. Assim, Padre Rubens incentivou a organização social dos moradores, o que mais tarde possibilitou a integração deles com os habitantes da favela.

A ocupação da Vila Palmares consolidou-se na década de 1970, quando o local veio a se constituir como um dos mais populosos do município. A predominância era das residências construídas pelos próprios moradores, o que dá às casas do bairro características particulares e peculiares.

**Figura 13: Rua Simão de Lima na Vila Palmares. Década de 1970.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Os benefícios de infraestrutura, porém, tardaram a chegar à área. Até quando a administração municipal começou a se preocupar com obras de saneamento básico fora do centro da cidade, a Vila Palmares não foi contemplada com o benefício, assim como a vizinha Sacadura Cabral. Sem apoio do poder público, os moradores eram orientados, por exemplo, a abrir fossas seguindo padrões estabelecidos pela prefeitura.

Foi aí que teve início as marchas de Vila Palmares, que ficaram famosas em Santo André: todas as terças-feiras os moradores do bairro saiam em passeata até a prefeitura para exigir melhorias, fazendo toda mobilização necessária para serem recebidos pelo prefeito. Como lembra Padre Rubens,

*Foi uma luta grande aqui porque a prefeitura começava a cobrar impostos dos moradores. Como cobra impostos de uma região que não recebe nenhuma atenção da prefeitura? Todo o dinheiro de impostos pagos aqui era para beneficiar outras regiões. Então nós começamos a organização e a luta para trazer os benefícios para cá. Judiamos muito dos prefeitos. Todos eles sempre me respeitaram muito, mas nós brigávamos direto. Saímos daqui a pé e íamos até a prefeitura para exigir melhorias. Não sossegávamos! E nós conseguimos luz elétrica, água encanada, esgoto, escola e condução.*

Tijolo completa o histórico de luta: “um conhecia o outro e existia uma organização dentro da comunidade. O pessoal do futebol, por exemplo, sempre ajudava: precisava construir a Igreja, eles iam lá. Vai ter uma passeata da Vila Palmares até a prefeitura para reivindicar posto de saúde, eles também iam. Era só falar: vai ter isso e o povo se organizava. E foi mediante essa organização que conseguimos asfalto, energia, água.”

Assim, em 1980 todas as ruas da Vila Palmares contavam com calçamento, energia elétrica, iluminação pública, água encanada e rede de esgoto e transporte público, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. “Como isso corre ali, local onde vivem praticamente apenas operários, se até em bairros de classe média faltam

itens dessa lista?", questiona o periódico. “‘Organização’ é a palavra chave com que Padre Rubens Chasseraux costuma explicar o sucesso da comunidade na obtenção desses direitos ante os responsáveis pela administração pública”, conclui.

## 2.2 – O Quilombo dos Palmares

Pelo explanado até aqui, fica claro que o desenvolvimento, o progresso e a urbanização trazidos pelo capital a Santo André não beneficiaram a classe trabalhadora da mesma forma que os mais ricos. À ela ficou reservada a exploração da força de trabalho, a carência de serviços sociais públicos e, principalmente, a falta de acesso à moradia.

Isso porque a infraestrutura urbana deixa de ser suficiente para a demanda populacional o que provoca a valorização do solo urbano e a consequente especulação imobiliária. Assim, os moradores antigos mais pobres acabaram sendo expulsos das áreas valorizadas, próximo aos centros, e se uniram aos migrantes recém-chegados nas periferias. A noção de exclusão social deixa, então, de ser apenas a venda da força de trabalho por um valor reduzido e passa a ser também a falta de acesso a bens de consumo coletivos.

Nessa realidade urbana especulativa e excludente, a favela aparece como a única alternativa de moradia dos trabalhadores espoliados. A primeira delas em Santo André (e segunda do ABC) foi justamente a favela Quilombo dos Palmares, foco desta pesquisa, cujo processo de formação teve início na década de 1960. Lá as melhorias urbanas tradaram ainda mais para chegar e exigiram mais pressão e mobilização.

Durante o processo de loteamento da Fazenda Boa Vista, algumas famílias carentes ocuparam um terreno particular entre as ruas Gago Coutinho e Armando Rocha, onde foi constituída a favela Quilombo dos Palmares. Os primeiros habitantes da favela foram famílias extremamente pobres que não tinham condições de adquirir um lote ou, sequer, morar de aluguel.

Mapa 4: Vista área dos Quilombos I, II e III



Fonte: Secretaria de Habitação – PMSA

Um dia qualquer de um ano perdido no tempo alguma família pobre e miserável, sem teto e sem dinheiro, viu aquele enorme terreno abandonado. Reuniu algumas tabuas velhas e algumas folhas de zinco e construiu um barraco. Ninguém reclamou. Outras famílias apareceram e fizeram o mesmo. O número de barracos foi dobrando, dobrando, até a formação de um núcleo considerável, onde as pessoas viviam – e vivem – sem as mínimas condições de moradia. O ano de construção do primeiro barraco de Vila Palmares, dizem, foi em 1955, ou alguma coisa semelhante (MEDICE, 1992).

Assim constituiu-se, em 1964, a favela Quilombo I e, a partir de 1978, as Quilombo II e III, em um processo que será detalhado no próximo capítulo. Nesses locais, as famílias se arranjaram em barracos feitos com restos de madeira e papelão e cobertos com plástico. Eles eram construídos aos poucos, a partir da divulgação da notícia de possibilidade de moradia. A maioria das pessoas construía seu único cômodo durante a noite, para fugir da perseguição de fiscais da prefeitura.

*A partir da industrialização começaram a vir várias pessoas do Nordeste, de Minas, do Mato Grosso, de várias regiões do Brasil. Eles começaram a se instalar na Vila Palmares e quem não tinha condições percebeu que havia um terreno que não era de ninguém. Aí começou a se formar o que chamávamos de favela. Era diferente do resto da Vila porque nos outros lugares todo mundo tinha comprado daquela imobiliária de São Caetano e lá não. (Tijolo)*

Um deles foi paranaense Francisco dos Santos que chegou à Vila em 1981. Depois de perder o emprego e foi morar no núcleo Quilombo II: “acabei construindo aqui um barraquinho. Na época era tudo de madeira, aqui mesmo onde é essa casa”, lembra. Gilmar, um dos seminaristas de padre Rubens conta que havia, nas suas palavras, uma “mescla de pessoas” no Quilombo. “Tínhamos nordestinos,

paranaenses, paulistas, catarinenses, gaúchos... Eles vinham pela oportunidade de trabalho. Quando chegavam aqui estavam perdidos. Tinha um espaço lá, aí eles pegavam uns pedaços de caibro, Madeirit e telhas, faziam um barraco e ficavam ali com a mulher e as crianças, vivendo em condições mínimas."

Depoimentos coletados na publicação "Quilombo I – Terra: desejo, necessidade, vontade", editado pela Secretaria de Habitação de Santo André em 1992, descrevem o local:

- "*A gente pegava água do poço e lavava roupa na mina, lá do outro lado da rua*" (Dona Tereza)

- "*Só tinha um poste, que servia 14 casas; a maioria das pessoas usava luz de querosene*" (seu Vicente)

- "*Ninguém andava aqui dentro, era um barro desgramado*" (seu Mané)

- "*Era tudo longe, tinha que andar um bocado*" (dona Marta)

Em 1974, o município se mantinha com apenas duas favelas, embora o total de moradores tivesse crescido em ambas. Em 1977, porém, já estavam cadastradas na prefeitura 24 favelas, com 1.512 barracos e população em torno de 9 mil habitantes. Em 1986, último ano da pesquisa, eram 68 favelas, com um total de 8.474 barracos e população de 63.540 pessoas (ALMEIDA, 1992: 30 e 31).

É flagrante, nesse sentido, que na sociedade brasileira a remuneração da imensa maioria dos assalariados não acompanhou os aumentos da produtividade do trabalho ou que, até nos momentos de expansão econômica, como visto nos capítulos anteriores, tem havido deterioração dos rendimentos reais. (KOWARICK, 2000: 82)

O problema habitacional torna-se, então, um dos grandes dilemas dos trabalhadores, primeiro porque sua condição de força de trabalho explorada e pauperizada os afasta da casa própria; segundo porque eles são continuamente extorquidos do seu direito de acesso a serviços públicos, necessários inclusive para a reprodução da força de trabalho, sendo por isso vítimas de um processo de espoliação urbana. Vale, neste contexto, a citação de Francisco:

*Quando cheguei, a diferença da favela para o resto do bairro já era muito grande. Era como se você tivesse na sua casa um cantinho que você só jogasse lixo e entulho e juntasse ratos e insetos. Não tem como, em um barraco de madeira, você se esconder dos insetos. Teve até problema de óbito aqui atestado por leptospirose. Não tinha como fazer higiene nas casas daquele jeito. Você tampava a panela, mas o rato ia lá e abria a tampa. Aqui era tudo de terra, não tinha asfalto, mas lá em baixo já tinha. As crianças iam para a escola e tinham que colocar sacolinha de plástico no pé para chegar com o tênis limpo. O cano de água passava por cima da rua, de PVC. As pessoas passavam ali, as vezes até fugindo da polícia, pisava e estourava. A gente tinha que ir lá e colocar um cabo de vassoura para fazer a água circular por outro beco que não estivesse quebrado. Você chegava do trabalho, no frio e falava: 'agora é só tomar um banho e descansar'. Mas na hora que você entrava no banheiro que você ligava a força e queimava, porque tinha só um relógio de luz para todas as famílias.*

Como o depoimento demonstra, nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, o acesso a mordia é um fator determinante na inclusão ou na exclusão dos trabalhadores. Trata-se do “núcleo de sociabilidade primária onde se processa a organização da unidade familiar” e onde “são forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de consequências materiais e plenos de significados simbólicos” (KOWARICK, 2000: 83).

Nas nossas cidades, a rua é o local da violência enquanto o espaço privado proporciona segurança. Por isso, a casa própria – resultado muitas vezes de anos e anos de trabalho – é entendida como um refúgio das características defensivas das metrópoles, que reserva a exclusão e a violência ao espaço público. Não se trata exatamente de um projeto tradicionalista e conservador em prol da propriedade privada, mas sim da luta contra uma condição generalizada de subcidadania na qual se encontram os mais pobres habitantes das cidades.

**Figuras 14: Moradores do Quilombo dos Palmares, c. 1960.**



Fonte: moradores da Vila Palmares. Reprodução Eder Chiodetto. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

E é exatamente pelo valor da casa própria, simbólico e financeiro, que os moradores das favelas começam a se organizar para exigir melhorias das prefeituras, como foi o caso da favela Quilombo dos Palmares. O poder público, pressionado pelos proprietários dos terrenos ocupados e pelos interesses do capital, passou a adotar diferentes práticas para lidar com o problema, que iam desde o cadastramento das famílias e barracos, passando por reunião com os moradores – onde comumente eram oferecidas passagens de volta para sua terra natal –, até violentas ações de despejo e reintegrações de posse, nas quais tratores da prefeitura derrubavam barracos inteiros.

Em Santo André, a prefeitura de Lincoln Grillo<sup>17</sup> manteve essa prática. Tanto que o secretário da Fundação da Promoção Social da Prefeitura, José Luís Cestari, foi ameaçado de demissão devido à acusação injusta de um fiscal da prefeitura, conhecido como Bastos, que era ele quem ordenava a derrubada das favelas. Em 14 de agosto de 1979, cerca de 400 moradores de favelas ocuparam a sede do gabinete do prefeito para exigir a permanecia de Cestari no cargo, segundo o jornal *Diário do Grande ABC*.

Na ocasião, Grillo declarou ao periódico: “enquanto eu for prefeito, ninguém molestará os favelados. Jamais trairei os favelados, ou o povo que me elegeu. Não fui eleito comprando votos ou mentindo. Estão deturpando os fatos, ninguém vai derrubar os barracos. Todavia, não vamos permitir a exploração comercial da venda de favelas.”<sup>18</sup> A edição do dia seguinte, no entanto, estampava a manchete: “Barracos continuam a ser derrubados”<sup>19</sup> em Santo André.

A reportagem – sobre a ordem do então Oficial de Segurança do Gabinete do Prefeito de derrubar os barracos do Jardim Silvina – afirma que “a promessa que o prefeito de Santo André fez solenemente, perante 400 favelados, que enquanto fosse prefeito, não molestaria a favela nem seus moradores, menos de 48 horas depois já está sendo violada. Continua a ameaça e a ação depredatória contra os humildes trabalhadores, cuja única opção residencial final é o barraco”<sup>20</sup>.

Uma semana depois, em 23 de agosto de 1979, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CFDH) da Diocese de Santo André encaminhou uma carta ao poder executivo municipal, exigindo a suspensão imediata das demolições de barracos, uma das reivindicações dos moradores de favelas da região durante o I Encontro de Favelas do ABC, realizado dois dias antes, como será explicitado a seguir.

---

<sup>17</sup> A gestão de Grillo na prefeitura de Santo André se deu entre 1977 e 1982, pelo PMDB. Em sua trajetória, passou também pelo PSDB, PSB e encerrou a carreira no PTB. Faleceu em março de 2013, aos 86 anos, vítima de complicações causadas por diabetes.

<sup>18</sup> REDAÇÃO. Saída de Cestari Mobiliza Favelados. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 14 de agosto. 1979. P. 3

<sup>19</sup> REDAÇÃO. Barracos Continuam a Ser Derrubados. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 15 de agosto. 1979. P. 3

<sup>20</sup> REDAÇÃO. Barracos Continuam a Ser Derrubados. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 15 de agosto. 1979. P. 3

O prefeito se comprometeu a suspender as demolições, mas os moradores de Vila Palmares não confiaram no compromisso assumido, segundo o jornal *O Barraco*, criado pelo Movimento de Defesa dos Favelados e distribuído gratuitamente em favelas do ABC. Tijolo relembra as estratégias para permanência:

*Chegaram umas duas ou três vezes a derrubar barracos na Vila Palmares. Mas de noite já estava pronto de novo. A notícia corria: 'ó, estão derrubando barraco! Sem precisar falar nada já ia todo mundo para lá. Tinha pessoas que eram fortes e grandes já deitava na cama, como a polícia ia retirar um cara gordo de cima de uma cama? Era impossível! Existia uma unidade muito grande. Mesmo se derrubassem o barraco, tudo bem: tinha choro, mas quando a polícia ia embora todo mundo ia reconstruir o barraco, os próprios moradores.*

O movimento de resistência da favela Quilombo dos Palmares ocorreu nesse contexto de inter-relação com o poder público, como conta o já falecido Vicente de Souza Freire, o seu Vicente, lembrado com muito carinho por todos os entrevistados da pesquisa. Ele participou e acompanhou a luta dos moradores da favela pela reurbanização da área, sendo por isso um dos fundadores da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, no final da década de 1970. “Foi o padre Rubens que contou a história do Quilombo dos Palmares para nós. Eu fiquei com aquilo na cabeça. Quando começamos a organizar isso daqui para comprar terras, eu falei do nome. Por eleição, o nome Quilombo dos Palmares foi o mais votado” (MEDICE, 1992 23).

As assim chamadas condições materiais objetivas – a exploração do trabalho e a espoliação urbana – nada mais são do que matérias-primas que se alimentam de forma estritamente variadas à ação dos grupos variados. Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, de per si, constitui o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de produção de experiências do qual

decorre os significados que lhe passa ter múltiplos e frequentemente opostos atores sociais. (KOWARICK, 2000:83)

## 2.3 – A luta dos Palmares

Frente às investidas de demolição dos barracos e reintegrações de posse por parte do poder público, coube aos moradores do Quilombo dos Palmares uma única saída: resistir. Organizados e unidos por uma solidariedade digna de prêmio, seu objetivo era apenas garantir seu direito humano à moradia e assim lutar contra a condição de subcidadania na qual se encontravam.

Eles seguiram o padrão dos movimentos populares da década de 1970, que em geral nasceram com reivindicações isoladas, ainda bastante circunscritas à realidade dos bairros, reivindicando, por exemplo, água, luz, transporte e creches. Ao longo dos processos de reivindicações coletivas, eles ganharam apoio de movimentos sociais de esquerda e dos setores da sociedade que lutavam contra o regime militar. “O opositor era um só: o Estado (GOHN, 1991: 9).”

Tais grupos visavam alcançar um projeto estruturalmente transformador, que negava o modelo econômico capitalista e contava com uma real participação das classes populares. O principal objetivo era romper com as estruturas dominantes e incluir os trabalhadores nos processos de planejamento e controle do poder público, em um modelo de gestão democrática da cidade.

Os movimentos de bairro nascem da articulação de interesses dos grupos subordinados ao capital e se constroem por meio de pressão política e reivindicações. Eles surgem no cenário urbano devido ao já abordado processo de pauperização dos trabalhadores e devido às contradições geradas no processo de acumulação de capital.

Como explica Gilmar, “a resistência não era só na moradia, era também contra a ditadura, contra a inflação e contra o governo municipal e federal. Você não tinha até então nenhum movimento que pudesse fazer frente à ditadura. Nós não tínhamos retorno do poder político, isso não existia. Você não tinha respaldo.”

Figura 15 e 16: Vista do antigo “Quilombo” da Vila Palmares, década de 1970.



Fonte: moradores da Vila Palmares. Reprodução Eder Chiodetto. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Vale atentar, porém, que se o morador urbano tem a possibilidade de se organizar para pressionar o governo e reivindicar melhorias, o morador da favela é privado até desse exercício de cidadania, o que ressalta a dificuldade e a importância do movimento de Vila Palmares. “Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade” (KOWARICK, 1979: 91).

A presente pesquisa se propõe, então, a recontar a história peculiar de um grupo de famílias que se engajou na luta pelo direito à cidade, através da conquista da posse da terra e da autoconstrução da casa própria por meio de mutirões. A ideia é recontar os percalços e as vitórias dessas famílias, que enfrentaram uma série de dificuldades para poder continuar habitando a cidade. Vale apenas ressaltar que devido a falhas na documentação alguns dados são imprecisos. Foram usados os mais citados ou lembrados.

Por estar em um ponto de localização privilegiada e pelo rápido progresso econômico do ABC, muitas imobiliárias começaram a se interessar pela compra do terreno onde estavam os barracos de Vila Palmares. Além disso, constantemente

apareciam pessoas se dizendo donas do terreno, que eram desmarcaras graças a organização dos moradores do bairro. No final dos anos 1970, José Francisco Delbem, parente da verdadeira proprietária, Isabel Rocha Coropreso, reclamou a posse do terreno. Assim, teve início o processo de negociação da área, uma novela ainda hoje não totalmente concluída.

Tanto a gestão do ex-prefeitos Newton Brandão (1969-1973 e 1982-1988) como a de Antonio Pezzolo (1973-1977) ignoravam as possibilidades de negociar o terreno ocupado com os proprietários para conceder a posse definitiva aos moradores. Na gestão de Newton Brandão, no entanto, a repressão contra as favelas aumentou, principalmente para impedir a construção de novos barracos. Político tradicional, com estilo que combina personalismo e clientelismo, Brandão esteve dez anos a frente da prefeitura. Nesse período foram registradas poucas obras e o surgimento de muitas favelas, que em geral eram tratadas ora com repressão, ora com benfeitorias paternalistas.

Mesmo com a dificuldade de incluir os moradores de favelas nos movimentos reivindicatórios, as lutas populares em Santo André contaram com apoio de organizações de diferentes naturezas. Uma delas, com forte participação em especial no processo de resistência de Vila Palmares, era a ala mais progressista da Igreja Católica, inspirada pela então nova Teologia da Libertação. A ideia era romper com o assistencialismo presente na maioria das entidades sociais ligadas à Igreja e conseguir de fato encaminhar soluções para os problemas.

A Igreja imprimiu às lutas dos bairros um direcionamento de reivindicações ligado a questões fundamentais do cotidiano dos mais pobres, que muitas vezes foram vistas como direitos considerados tradicionais capitalistas, como à posse, ao abrigo e à proteção. O agente pastoral tinha um papel fundamental no movimento. “A nova missão do cristão é o trabalho coletivo, é o trabalho junto aos oprimidos, nesta vida e não na outra” (GOHN, 1991: 37).

*A grande maioria dos padres me achava louco e imaturo, mas eu não dava bola. Fui muito discriminado por eles. A Igreja era muito ligada à*

*elite. Era uma Igreja anticomunista e antisocialista. Toda a formação que recebi no seminário anticomunista. Qualquer proposta de reforma era taxada de comunista. A Teologia da Libertação ganhou força principalmente com o Papa João XXIII, mas era mal vista por grande parte da Igreja. (Padre Rubens)*

Os movimentos de bairro também contaram com o apoio dos trabalhadores organizados em sindicatos, principalmente do setor industrial, responsáveis por, no fim da década de 1970, transformar as cidades do ABC em um grande palco de manifestações<sup>21</sup>, que contribuíram de forma decisiva para a conquista de direitos civis e trabalhistas no Brasil. Eles reivindicavam, por exemplo, o rebaixamento do custo de vida, o direito a anistia e ao pluripartidarismo, ao mesmo tempo em que incluíam em sua pauta questão da moradia, dos transportes ou do saneamento básico.

Isso porque o trabalhador explorado nas fábricas era também o habitante urbano espoliado. Assim, não era incomum que os movimentos de bairro apoiassem as greves, como ocorreu em Vila Palmares. Mesmo a paralização de 41<sup>22</sup> dias em São Bernardo do Campo em 1980 incorporou elementos que eram reivindicados nos bairros que, por sua vez, impulsionava os movimentos grevistas.

Os moradores de Vila Palmares participaram intensamente do movimento sindical tendo estado presentes, inclusive, na direção de sindicatos dos metalúrgicos, em especial de São Bernardo, com nomes como José Barbosa, Armando Mendes, Francisco Bezerra, Afonso Monteiro e Horácio Pacífico. O bairro pode ser considerado então um local de resistência e de organização operária, como lembra Gilmar:

---

<sup>21</sup> O movimento grevista do ABC iniciou-se em 12 de maio de 1978 nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, quando 2 mil metalúrgicos cruzaram os braços reivindicando 20% de aumento salarial, em um contexto de arrocho dos salários e de fim do crescimento do Milagre Econômico. A partir daí o movimento se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen e foi fundamental para a redemocratização do país.

<sup>22</sup> Greve em São Bernardo do Campo, em 1980, que mobilizou 300 mil metalúrgicos, tendo como uma das lideranças Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos principais líderes do futuro PT.

*A maioria dos trabalhadores morava aqui, tanto na Vila como na favela. Nós tivemos uma grande participação nas greves que enfrentamos aqui no ABC porque aqui era uma moradia para esses trabalhadores. O companheiro saia da favela ia trabalhar em Santo André, São Bernardo, São Paulo, muitas vezes junto com outros moradores da Vila Palmares que não eram da favela. Eram todos trabalhadores.*

Assim, a primeira ameaça de despejo organizada pelo antigo proprietário da área onde da favela Quilombo dos Palmares, em 1977, encontrou uma comunidade unida e organizada que soube reagir e evitar a reintegração de posse. No entanto, a pressão para a retirada dos moradores continuava por parte da prefeitura – que julgava que a favela enfeiava o município –, das imobiliárias, que se sentiam prejudicadas em seus negócios pela desvalorização da área e até por alguns moradores vizinhos, que temiam serem confundidos com favelados.

Neste contexto de organização e resistência, foi levado a cabo um processo para desmobilizar as organizações civis de bairro e “limpar” das aglutinações sociais os elementos considerados perigosos e subversivos, que são indesejáveis para um regime político assumidamente conservador e autoritário, como o vigente na época. Começa então um processo de censura, e perseguição dentro de associações de bairro, sindicatos, escolas, igrejas, agremiações políticas e, inclusive, locais de trabalho. Por sua organização social, a Vila Palmares foi um dos focos de perseguição política.

*Nós sabíamos que tínhamos companheiros aqui e organizávamos um processo de resistência contra a repressão. Nós tínhamos umas cornetas e autofalantes na igreja. Se eu tocasse Ave Maria significava que às 16h tínhamos assembleia. Se tocasse uma música de funeral, esquece, ia ter repressão, não era nem pra subir para a igreja. Nós montávamos piquete na ponte, que liga os três municípios. Nós fazíamos piquete mesmo. Uma vez encontrei em um boteco em frente à igreja um alemãozinho que nunca tinha visto por aqui. Cheguei nele e ele falou: ‘eu sou da federal’, me mostrou o documento e avisou:*

*'fala pros caras que eles têm 30 minutos para cair fora daqui'. Eu entrei no galpão, onde havia uma reunião, e gritei 'temos que acabar com isso aqui agora!' Saiu gente até pela janela. E não deu outra: dali meia hora chegaram aqueles camburões cor de abóbora e preto e quando entraram estávamos apenas celebrando uma missa'.*

(Gilmar)

Era arriscado reclamar em nível individual e extremamente perigoso a participação em qualquer organização coletiva que pudesse interferir em processos decisórios. Assim, a simples participação já era entendida como algo contestador, anárquico e que ameaçava a segurança nacional.

O protesto individual e coletivo foi amordaçado e a violência espraiou-se por toda a sociedade. Sua raiz reside em determinar que a maioria seja transformada num ente pacificado e passivo, tido pela ideologia dominante como incapaz de decidir e, por conseguinte, condenado a receber amorfamente as trajetórias de um destino histórico sobre as quais são vedadas as possibilidades de participação. Sua finalidade é perpetuar as enormes desigualdades que caracterizam as relações de apropriação dos bens econômicos e socioculturais gerados por um modelo de crescimento capitalista marcadamente selvagem. (KOWARICK, 1979: 187-188)

E foi neste clima de insegurança que os moradores de Vila Palmares se organizaram para tentar regularizar a situação da favela Quilombo dos Palmares. A compra do terreno envolveu os moradores, os proprietários e a equipe da Fundação da Promoção Social da Prefeitura, presidida por José Luís Cestari.

Durante dez meses foi feita uma ampla pesquisa entre os moradores da área ocupada a partir da qual criaram a Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, que reunia pelo menos 142 famílias. Sua principal incumbência era negociar com o proprietário a aquisição da área. A organização possuía um presidente que era eleito para um

mandato de quatro anos. Todos os problemas envolvendo a favela eram discutidos em assembleia.

A saída era se organizar, como conta Gilmar: “naquele momento não tinha espaço publico, nem prefeitura, nem governo do estado, ninguém fazia nada. Você tinha que organizar as pessoas. E como? Criando sociedades organizadas. Era a Associação dos Moradores da Favela tal, e dá-lhe CNPJ. Essa foi a saída técnica para conseguirmos espaço. Aí, com CNPJ, íamos buscar a prefeitura e o serviço social, porque naquele tempo não tinha desenvolvimento social ou urbanização, era só assistência social mesmo. Várias vezes tivemos que fazer intervenção judicial para evitar despejos porque o proprietário queria reintegração de posse. Chegávamos lá, entrávamos com recursos e conseguíamos uma suspensão do juiz”.

Assim, a Sociedade Civil Quilombo dos Palmares começou, a partir de 1978, a negociar a aquisição da área com José Francisco Delbem, parente da proprietária Isabel Rocha Carapreso. Foi criada na favela uma comissão de moradores, presidida por seu Vicente que tinha como função negociar o terreno, além de reivindicar serviços de água e esgoto. Como lembra Padre Rubens:

*Nós explicamos para o proprietário que não queríamos tomar o terreno dele, mas sim comprar. Agora, iríamos comprar o terreno em uma espécie de cooperativa, sem tirar o pão da boca de ninguém. Era o que cada um pudesse pagar. Levantamos quanto cada uma das famílias podiam pagar e estabelecemos o preço. Não era o que o proprietário queria, ele queria mais porque o terreno já tinha sido muito valorizado. E nós dizíamos para ele que ou ele concordava ou iria perder tudo, porque dali nós não íamos sair.*

A ideia inicial dos proprietários era despejar os moradores, mas devido à organização e resistência deles o plano foi frustrado. Ainda assim, os proprietários continuavam se negando aceitar a proposta dos moradores, que queriam pagar os

lotes em parcelas reduzidas, sem juros e sem correção monetária, com apenas o reajuste do salário mínimo real como aumento.

“Tínhamos um governo ditador, que não fazia abertura política nenhuma, não tinha investimento, então o que íamos fazer?”, questiona Gilmar. “Conseguimos localizar o proprietário, sentamos com ele e falamos: ‘o povo aqui quer se organizar e quer comprar a área. É uma área que o senhor provavelmente vai perder. A proposta é a seguinte: nós vamos mapear todas as famílias e todo o espaço e eles vão depositar na sua conta o valor X. Não do jeito que você quer, mas o que eles têm condições de pagar.’ Resistimos porque o cara não queria abrir mão, mesmo sabendo que já tinham famílias alojadas lá há muitos anos. Nós mostramos para ele que no bom senso, na conversa e no diálogo ele sairia perdendo menos. Capitalista é isso: como eu perco menos?”

Depois deste longo e inédito processo de negociação, pelo menos 130<sup>23</sup> famílias que moravam na favela Quilombo dos Palmares adquiriram o terreno pelo valor de Cr\$ 7.148.180,00, a serem pagos em 130 meses. Cada um pagaria apenas o que era possível, segundo seus ganhos e gastos familiares, para chegar ao total, com parcelas de Cr\$ 50, Cr\$ 100, Cr\$ 500 ou até Cr\$ 1.0000, em valores de 1978 (ALMEIDA, 1992: 80).

Segundo Boll, a média das prestações era de Cr\$ 661,60 por família, o equivalente a pelo menos 18% da renda familiar total. Por mês, a sociedade pagava cerca de Cr\$ 80 mil para o proprietário do terreno, segundo reportagem do *Diário do Grande ABC*. A favela Quilombo dos Palmares foi a primeira do Brasil em que a compra do terreno foi negociada entre proprietários e moradores.

“Cada um tinha um carnê e nós dividimos o valor. O companheiro falava: ‘eu posso pagar, nos valores de hoje, R\$ 100’. Então ele pagava as prestações de R\$ 100 reais. Foi assim que aquele terreno foi pago”, descreve Tijolo. Padre Rubens detalha: “o pessoal depositava no Bradesco da rua Visconde de Inhaúma, na conta da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares. Cada um pagava o que podia e quando

---

<sup>23</sup> Algumas publicações apontam 131, outras 132. Por falta de dados oficiais não foi possível chegar a um consenso.

inteirava o dinheiro entregávamos para o proprietário. Ele teve que aceitar porque viu que o povo era bem organizado, valente, e que não ia sair dali.”

A forte ação de organização rendeu a Padre Rubens a fama de subversivo e ferrenho inimigo do sistema, o que resultou em cinco prisões, muitas delas realizadas diretamente pelo famoso delegado Sérgio Fleury<sup>24</sup>. A última foi em 1970, quando Fleury invadiu sua casa e conduziu-o ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde permaneceu 34 dias incomunicável, passando por vários tipos de tortura.

**Figura 17: Padre Rubens em trabalho na Favela da Vergueiro**



Fonte: Diário do Grande ABC

---

<sup>24</sup> Sérgio Fernando Paranhos Fleury (Niterói, 19 de maio de 1933 — Ilhabela, 1 de maio de 1979) foi um policial que atuou como delegado do DOPS de São Paulo durante a ditadura militar no Brasil. Ficou conhecido por sua truculência ao perseguir os opositores do regime e foi acusado de prática de tortura e homicídios.

“Eu era enquadrado como comunista, subversivo, terrorista, tudo. Uma vez fui preso porque acham que as reuniões que eu fazia eram subversivas, outra vez fui acusado de um assalto a mão a armada”, conta. “Outra ainda por ler na missa o profeta Isaias que diz: ‘aí de vocês que se banqueteai a vista dos que passam fome e enchei vossos celeiros com alimentos imaginando por quanto irão vender. Juntarei meu exército e tomarei vossas mansões, dividirei as terras para os pobres e derrubarei os celeiros.’ O delegado me interrogou: ‘cadê o seu exercito?’ Quanto percebeu o engano me soltou e falou para a imprensa que estava na porta: ‘esse padre não está preso. Ele apenas foi detido para uma conversa amigável’. Tudo o que acontecia no ABC naquela época era culpa do Padre Rubens. Foram muitas ameaças de morte, muitas torturas, muitos choques elétricos. E eu nunca pertenci a nenhuma organização de esquerda, embora tivesse contato com todas elas”.

Se para o sistema ele era considerado um inimigo político, para os moradores de Vila Palmares era quase que um símbolo de admiração e simpatia, chegando, segundo os depoimentos, a quase anular a ação de outros moradores como agentes participativos do processo de resistência da favela Quilombo dos Palmares. “Não me reconheço como uma liderança, porque esse trabalho eu não poderia ter feito sozinho”, diz.

Tijolo lembra que os moradores de Vila Palmares se organizavam inclusive para defender o padre. “Participávamos ativamente para libertá-lo do DOPS. Tinha pessoas que iam lá e que o visitavam sempre. Ele se escondia na casa dos menos visados para a polícia não encontrar-lo. Tinha pessoas no movimento escolhidas justamente para não parecer, para serem um refúgio.”

O depoimento de outro antigo morador, Francisco Antonio Gonçalves, confirma: “O padre mudou muita coisa aqui, até a mentalidade das pessoas, e quem não se conhecia ficou se conhecendo...”. Para a moradora, Maria Anunciada de Souza, a ação do Padre eliminou a concorrência entre as pessoas do bairro, formando “uma grande família”. É no que também acredita a moradora Amáibile Burgai: “foi criado um verdadeiro espírito de comunidade e o padre Rubens foi o único responsável pela mudança. Hoje é muito bom viver aqui” (ALMEIDA, 1992: 79 a 81).

Em 1979, os moradores iniciam a urbanização do terreno, com a terraplanagem, processo que será detalhado no capítulo posterior. Durante as obras, algumas famílias foram transferidas de forma temporária para outra parcela do terreno e na volta se instalaram em seus lotes e começaram a construir suas casas, já de alvenaria. Esse esquema de rodízio acabou por dar origem ao Quilombo II, como também será detalhado a diante.

"Era muito bem organizado. Tanto que Miguel Arraes<sup>25</sup> quando saiu do exílio visitou a Vila Palmares. O prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel<sup>26</sup>, também esteve aqui, assim como Paulo Freire<sup>27</sup> e o ministro da Educação e Cultura da Nicarágua. Todos queriam conhecer o exemplo de organização popular da Vila Palmares", conta Padre Rubens.

Com o passar do tempo, no entanto, a diretoria da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, não conseguiu mais dar conta de uma série de problemas, alguns relacionados inclusive com o pagamento dos terrenos e o respeito às cláusulas do estatuto. A segunda diretoria, que assumiu em 1982, acabou caindo em descrédito por não valorizar os princípios da instituição.

Em 1985 os moradores terminaram de pagar as prestações do terreno, porém, continuaram enfrentando problemas com o proprietário, que exigia mais dinheiro, afirmando que não tinha recebido prestações, quanto os moradores diziam terem pago. Segundo Boll, algumas famílias chegaram a passar fome para pagar a dívida.

Para resolver a questão, foi contratado um profissional para apurar os pagamentos feitos pela Sociedade, tarefa que se demonstrou difícil pela falta de documentação, principalmente a partir de meados da década de 1980, com a chegada da nova diretoria. A Sociedade contratou um advogado para defender os moradores junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que acabou por dar a eles o ganho da causa.

---

<sup>25</sup> Político importante de Pernambuco, foi prefeito da cidade de Recife, deputado estadual, deputado federal e por três vezes governador do estado.

<sup>26</sup> Ativista argentino que, inspirado na Teologia da Libertação, foi ferrenho defensor dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e da luta pacífica por justiça e liberdade.

<sup>27</sup> Educador, pedagogo e filósofo brasileiro, Paulo Freire é considerado um dos pensadores mais brilhantes da história da pedagogia.

Ainda assim, eles continuam até hoje sem o documento de posse, em uma situação que ainda causa insegurança.

Devido à falta de escritura, muitos moradores acabaram vendendo seus terrenos e indo embora, perdendo a crença que o processo de legalização da área daria certo. Apesar disso, foi graças à sua mobilização que hoje a favela Quilombo dos Palmares é urbanizada, a ponto de se confundir com o bairro.

“Em 1978, quando foi fundada a sociedade, isso aqui não tinha nada, era só barraco velho com tábua caindo; hoje é essa imensidão”, descreve um dos moradores, chamado Mané, que chegou no terreno em 1961 e foi presidente da Sociedade em 1992 para a publicação “Quilombo I – Terra: desejo, necessidade, vontade”.

### **2.3.1 – O movimento de defesa dos favelados**

O final da década de 1970 e começo de 1980 foi um período marcado por um novo contexto de luta por moradia: as favelas se multiplicaram ou incharam e, de alguma forma, se organizaram socialmente, deixando de apenas ocupar o espaço urbano para atuar de maneira reivindicatória, como aconteceu em Quilombo dos Palmares. Água e luz foram as primeiras bandeiras de luta que, por sua vez, geraram um novo problema: a posse da terra, para garantir a permanência definitiva dos moradores.

De um lado, havia a pressão dos vizinhos, que começaram a se sentir incomodados com a presença de favelas próximas às suas residências por acreditarem que elas poderiam desvalorizar suas propriedades; de outro, havia o aumento da especulação imobiliária, que motivou diversas reintegrações de posse das famílias que ocupavam áreas particulares.

Essa situação motivou a criação de frentes de luta organizadas. A primeira delas foi o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), fundado em 1978 pelos moradores da favela Quilombo dos Palmares, como um instrumento para auxiliá-los técnica e juridicamente na luta pela moradia. Seu surgimento está vinculado a dois fatores

principais: o crescimento desmesurado das favelas e as possibilidades de rearticulação da sociedade civil.

“Nós fomos organizando tudo isso aqui e começaram ameaças em outras favelas que já tinham surgido no ABC. O nome Quilombo dos Palmares só se referia a essa favela daqui e as outras queriam que a gente também ajudasse na organização. Então surgiu o Movimento de Defesa dos Favelados, que se espalhou por São Paulo, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá... Tornou-se um movimento nacional”, conta Padre Rubens.

Na igreja de Vila Palmares, sede do movimento, havia uma sala com um telefone e uma máquina copiadora, na qual eram replicados materiais para divulgar e agilizar o intercâmbio de informações entre favelas, além de organizar encontros para a formação de lideranças. Criou-se, mais tarde, até um jornal dos favelados do ABC. Além disso, os moradores instituíram um centro de documentação e educação popular, que tinham papel fundamental na recriação de uma educação mais voltada para desenvolver nos moradores das favelas a consciência da sua situação de habitante da cidade espoliado e privado de direitos básicos.

Tanto que os integrantes do movimento prepararam uma carta de conscientização para os moradores das favelas, intitulada “Direito à Moradia”. Segundo ela, “o Homem, pelo fato de ser Homem, tem direito à moradia” e “se uma pessoa vive num barraco e não tem para onde ir, precisa ficar no barraco. Ninguém pode obrigar essa pessoa a ir para baixo do viaduto ou lugar pior.”

Gilmar lembra que todas as atividades eram feitas pelo engajamento dos moradores de Vila Palmares. “Não tínhamos apoio do governo nem de ninguém. Por isso fizemos um conjunto de ações pelo MDF em São Paulo, Diadema, São Bernardo, aqui mesmo em Santo André, onde existissem favelas”, lembra Gilmar.

Havia forte cobertura da imprensa, participação dos militantes em palestras e congressos e grande fluxo de voluntários (universitários, psicólogos, médicos, advogados, assistentes sociais) interessados em colaborar com a causa e em discutir a questão da favela no espaço urbano. Como na Vila Palmares os conflitos eram quase

diários, a imprensa local, regional, nacional e até internacional teve um papel importante de difundir rapidamente os acontecimentos, o que contribuiu para o fortalecimento do movimento.

Inicialmente, a principal atividade do MDF era a mobilização contra as ações de despejo. Em 1986, no entanto, o MDF já atuava em 64 favelas de seis regiões de São Paulo, defendendo várias frentes de luta, que ofereciam aos moradores apoio jurídico, de arquitetos e de profissionais da saúde.

A participação de agentes pastorais era significativa, em especial do Padre Rubens, e de outros, como Padre Adriano, do Parque João Ramalho e Padre Marcon, da Igreja São Geraldo, em Guaraciaba. Apesar de não se reconhecer como tal, Padre Rubens aparece como uma das principais lideranças do MDF.

Com o fortalecimento do MDF, outras favelas procuraram apoio no Movimento de Defesa dos Favelados, em especial de São Bernardo, Diadema, Mauá, São Paulo, Osasco, Campinas e, posteriormente, de outros estados, como, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. A orientação básica era que cada favela criasse seu próprio movimento.

“O MDF estourou, mas ele tocava praticamente sozinho, levando as reivindicações dos trabalhadores. Aí surge o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). O MDF foi pioneiro e fez uma convergência de ideia. Depois tudo acabou virando uma coisa só que estou nacionalmente com os protestos e reivindicações”, conta Gilmar.

O MDF cresceu a ponto de, em 1979, reunir 150 moradores de 30 favelas do ABC e três da capital no I Encontro de Favelas do Grande ABC, realizado na Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Vila Palmares. Uma das propostas aprovadas pelos representantes foi um manifesto, distribuído para a imprensa, repudiando a destruição de favelas pelo prefeito Lincoln Grillo.

Além do manifesto, os participantes decidiram redigir uma carta aos sindicatos da região, reivindicando que eles se engajassem na deseja das favelas; e à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, ao Centro de Direitos Humanos da Diocese de Santo André

e aos Comitês pela Anistia de São Paulo e do ABC relatando a situação precária em que vivem os moradores de favelas e pedindo que essas entidades se ponham a favor das populações das favelas e organizem defesas contra ações de despejo.

Os trabalhos do encontro foram abertos por Padre Rubens Chasseraux que, segundo reportagem do *Diário do Grande ABC*, frisou que os favelados são “trabalhadores marginalizados pela sociedade de consumo e que vivem nessas condições de marginalização porque são obrigados, devido à alienação econômica que lhes é imposta.” Durante a fala, ele ainda frisou que os moradores de favelas “tem os mesmos direitos sociais das outras parcelas da população.<sup>28</sup>”

No evento também foram definidas as bases de atuação do MDF: “1) O Movimento de Defesa dos Favelados aceita apoio daqueles que se identificam com os princípios do movimento; 2) Somos ecumênicos e procuraremos viver o evangelho; 3) Não aceitamos qualquer ideologia de dominação, capitalismo ou comunismo, etc., mas queremos uma sociedade livre de todos os tipos de opressão; 4) Escolhemos uma prática que seja servir aos mais necessitados, sem vinculação ou identificação com nenhum partido; 5) Procuraremos o autofinanciamento e aceitamos o apoio de outros, deste que não nos amarrem” (ALMEIDA, 1992: 79 a 81).

Desde sua formação, o MDF defende que a posse da terra seja coletiva, baseado na ideia que o espaço urbano não é um bem individual. Segundo Padre Rubens, “somos contra a posse exclusiva da terra, porque a terra é de quem precisa, de quem nela trabalha, de quem nela mora. Nós não podemos transformar o favelado, pretender defender o favelado numa mentalidade capitalista, individualista, que é fonte de tudo isso. Devemos mudar essa mentalidade, senão compro um pedaço de terra, a mesma atitude que tem o latifundiário; e eu preciso quebrar isso daí. Isso não é fácil porque o favelado é vítima do sistema, da mesma mentalidade. É preciso reeduca-lo nesse sentido. Para mim não tem sentido uma luta pela posse individual da terra” (GOHN, 1991: 113).

---

<sup>28</sup> REDAÇÃO. I Encontro de Favelas Repudia Grillo. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 21 de agosto. 1979. P. 3.

Como já foi dito, toda a movimentação do MDF no ABC paulista permitiu que o movimento se expandisse, articulando-se com cidades do interior e de outros estados. Assim, em 2 e 3 de maio de 1980, o movimento realizou o I Encontro Nacional dos Favelados, reunindo 250 pessoas na Igreja de Santo Antônio, na Vila Alpina, em Santo André (próxima a Palmares), para trocar experiências e buscar soluções solidárias para desafios comuns. Estiveram represente moradores de favelas e lideranças comunitárias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, além de bispos, padres, intelectuais e políticos.

**Figura 18: Padre Rubens Chasseraux durante o I Encontro de Favelas**



Fonte: Diário do Grande ABC de 21 de agosto de 1979. Pg 3.

"Vieram favelas de pelo menos 15 estados do Brasil para contar suas histórias e fazer suas propostas. Se você me perguntar como é que nós conseguimos fazer esses encontros eu não sei te explicar, porque favelado não tinha dinheiro para vir, mas o pessoal vinha e ainda estávamos durante a ditadura militar. Era um milagre", conta

Padre Rubens. Tijolo concorda: “Tudo foi feito sem dinheiro nenhum. O povo da Palmares foi cozinar e o transporte era feito em carros pessoais. Participou, inclusive, o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Esquivel, além de estudantes da Holanda e da Alemanha, que queriam conhecer esse trabalho da Palmares. Aproveitávamos e pedíamos apoio para o Quilombo: ‘nós precisamos que vocês façam uma campanha na Holanda porque precisamos comprar cimento. E eles faziam e sempre voltavam alguma coisa: ‘estamos depositando amanhã US\$ 200. A gente nunca pegava o dinheiro. Já ia tudo direto para a compra do terreno ou de materiais de construção.’”

O movimento realizou encontros nacionais entre 1980 e 1992. No segundo deles, que ocorreu em 1982, em Campinas, começou-se a discutir soluções jurídicas para legitimar a posse dos terrenos ocupados por favelas. Houve uma ampla análise das leis em vigor e debates sobre a possibilidade de criar uma legislação mais acessível aos mais pobres. As discussões, em geral, giravam em torno da função social da propriedade privada, das desapropriações por interesse social e das concessões para direitos de uso da terra.

Além das várias formas de luta desenvolvidas pela população favelada de Santo André, através do MDF, uma das características mais nítidas de resistência desses moradores está no grau de solidariedade existente entre eles. A realidade adversa, no enfrentamento dos problemas cotidianos, ensinou-lhes que as leis jamais preservam seus direitos de moradia, na medida em que juridicamente são tratados como contraventores. Por outro lado, esta mesma realidade também permitiu-lhes identificar a existência de um problema comum e localizarem na união um dos maiores instrumentos para enfrentá-lo. É através dessa união que ao longo dos anos eles vêm encontrando alternativas de sobrevivência quer seja ao dividir seus barracos com outras famílias também necessitadas, quer organizando os necessários mutirões para viabilizar as rápidas construções na calada da noite, quer juntando-se aos vizinhos para impedir as ações de despejo. (ALMEIDA, 1992: 83)

As diferentes concepções sobre legalização da posse da terra começaram a gerar, em nível nacional, algumas divergências dentro do movimento: havia pessoas que defendiam a concessão do direito real de uso aos moradores e outras que acreditavam que a melhor saída para o problema seria a compra a terra pelos moradores das favelas, que passariam a ser proprietários da área.

Em meados de 1980, o padre Rubens e outras lideranças deixaram a coordenação do movimento, que acabou perdendo influência devido a diversos fatores, como mudanças nas políticas da administração municipal e divergências internas, que deram espaço para novas organizações paralelas, que se aglutinavam em São Bernardo do Campo e Mauá.

As polêmicas perduraram por muito tempo dentro do movimento, que acabou por se articular com outras organizações reivindicatórias, como dos moradores de cortiços, trabalhadores sem terra e da população em situação de rua, resultando na União dos Movimentos por Moradia da Grande São Paulo e Interior.

A liderança do MDF discutiu, então, uma alteração no nome do movimento para impulsionar e recaracterizar suas ações: de Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) ele passou a chamar Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF), como é nomeado até hoje. A alteração, no entanto, pouco mudou o panorama do movimento, que acabou por se enfraquecer, concentrando forças apenas em determinadas regiões do município.

Mesmo o movimento tendo alcançado avanços consideráveis na reurbanização de favelas, na disponibilização de infraestrutura e na legalização da posse da terra, atualmente apenas um pequeno grupo, bastante reduzido e distante das problemáticas das favelas, tenta levar a adiante o trabalho iniciado por Padre Rubens na Vila Palmares, que lutava obstinadamente pelo direito à moradia.

Apesar de a luta do MDF ter como mote defender os pobres, marginalizados e oprimidos, ela pode ser interpretada como um tanto paternalista. Porém, é inegável que na prática o movimento foi um dos poucos canais de defesa dos moradores de favelas durante a ditadura militar.

E foi a militância dessas pessoas, incentivados pelo MDF, a reorganização da sociedade civil e o aparecimento de outros movimentos sociais que motivaram os governos a reurbanizar favelas. Esta foi a maior conquista do MDF: urbanizar em vez de despejar e reconhecer a experiência dos favelados em vez de eliminá-los do espaço urbano. O movimento ajudou a criar uma consciência e uma identidade entre os moradores de favelas, sem que eles tivessem vergonha de ser um trabalhador vítima da espoliação urbana e da especulação imobiliária.

*“O próprio Lula nos disse uma vez que temos que bater de frente, que temos que reivindicar, que temos que fazer a coisa funcionar. Não está tudo bem. As reivindicações tem que existir, nunca podem ficar paradas ou estacionadas. Têm sempre que estar na dialética da história.”* (Gilmar)

### **3. A reurbanização do Quilombo dos Palmares**

Se os moradores da favela Quilombo dos Palmares percorreram um árduo processo de organização, resistência e luta para conquistar o terreno onde estavam suas residências, um novo desafio surge a partir dessa vitória: a reurbanização da área. Era preciso lotear o terreno, definir quadras, abrir ruas, instalar saneamento básico e água encanada e, principalmente, a construir casas de alvenaria no lugar dos precários barracos de tábua e Brasilit.

A situação, no entanto, se delineou de formas diferentes e em períodos também distintos, já que o Quilombo I e o Quilombo III estão em áreas particulares e o Quilombo II em área pública. Um traço, porém, os une: os mutirões e a autoconstrução das residências, durante as horas livres dos moradores e o apoio tímido do poder público, o que resultou em condições de moradia também diferentes nos três núcleos.

Possuir uma casa própria é sem dúvida uma necessidade primordial dos trabalhadores urbanos, que os libera, por exemplo, do gasto sem retorno do aluguel ou da moradia precária, insalubre e insegura. Ainda assim, nem todos se lançam no tortuoso desafio da autoconstrução devido ao elevado preço dos terrenos ou à impossibilidade de lidar com os sacrifícios de confeccionar sua casa, uma vez que já são bastante desgastados com as horas de trabalho duro, de transporte coletivo e com a precariedade da vida nas periferias metropolitanas.

A força de trabalho assalariada se concentra nas franjas da cidade devido ao modelo de desenvolvimento econômico adotado: de um lado ele possibilitou grande exploração do trabalho e de outro forjou todo um processo de espoliação urbana que recaiu de forma dramática sobre a população mais pobre. Isso porque a lógica da acumulação de capital está baseada na dilapidação da força de trabalho, na criação de vasto exército de reserva e no aumento das taxas de exploração. “O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão de obra pode ser prontamente substituída” (KOWARICK, 1979: 42).

Mesmo com todas as dificuldades, muitas famílias se lançam na aventura da autoconstrução de suas residências, em geral os jovens, já que o trabalho na obra torna-se cada vez mais difícil conforme a idade avança. A composição familiar será determinante nessa decisão: solteiros, casais jovens sem filhos e idosos frequentemente optam pelas moradias de aluguel, mesmo que em cortiços e favelas; casais com filhos pequenos não raras vezes acabam indo morar em quartos cedidos ou nos fundos da casa paterna e em seguida migram para casas de alvenaria em loteamentos clandestinos ou para barracos em favelas.

A autoconstrução acaba sendo então uma opção interessante, principalmente por permitir que a família construa um patrimônio. Tanto assim que em 1961, 18% da população de São Paulo vivia em cortiços. Em meados da década seguinte, com o aumento das autoconstruções, esse percentual caiu para 9% e em 1980 se mantinha em 10% (KOWARICK, 2000: 32).

“Quase tudo que se fez nessa cidade (*Santo André*) nasceu do trabalho coletivo das pessoas” (MEDICE, 1992: 9). O caminho seguido pelos moradores do Quilombo dos Palmares é o mesmo de muitos: a compra do lote à prestação, a abertura da fossa, o alinhamento dos alicerces, o levantamento das paredes e a festa de colocação do telhado.

As mulheres que cuidavam das refeições e se transformavam em serventes de pedreiros, as crianças que transportavam os tijolos e os homens que erguiam as paredes, juntos, tratavam de preparar a ocupação imediata dos cômodos. O reboque das paredes e todo acabamento viriam depois, como fruto da hora extra e dos bicos do pai e da mãe, trabalhadores. Pai e mãe que depois ajudariam o vizinho na construção de sua casa (...) O pedreiro que levantada o edifício constrói a sua casa e a do vizinho. Há uma troca de esforço comum, de solidariedade. (MEDICI, 1992:92)

Vale frisar que a autoconstrução da moradia acaba se constituindo como uma forma de rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho, permitindo reduzir os

salários constantemente. Os investimentos públicos também são um fator determinante no preço das moradias e no local em que as diferentes classes sociais irão se localizar na configuração urbana das metrópoles brasileiras, nitidamente segregadoras. Isso porque a instalação de bens de consumo coletivos – resultados de investimentos públicos – são seletivos e acabam por valorizar determinadas áreas em detrimento de outras.

Para entender as bases dos projetos de reurbanização da prefeitura de Santo André, foi realizada uma entrevista com o arquiteto do Departamento de Habitação, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Santo André, Geraldo Saturnino de Macena. As informações explicam e adiantam como foi pautado o processo de urbanização de cada Quilombo, conforme será destrinchado nos tópicos abaixo. Não há, no entanto, uma esquematização documentada da intervenção do poder municipal em obras de reurbanização de favelas. No caso do Quilombo dos Palmares foi ainda mais difícil conseguir tais dados, porque a Secretaria de Habitação dispunha de poucas informações, alegando que o projeto é antigo e que houve extravio de documentos.

Quando se inicia um projeto de reurbanização de favelas em Santo André, a primeira ação é fazer um levantamento da área, com mapeamento, plano altimétrico e com o cadastro das famílias e das moradias que já existem. “Batemos uma foto da área e de cada casa, identificando a família, quantos moram ali, o que fazem, quanto ganham, se as crianças estão na escola, se tem deficientes, da onde vieram, tudo isso. A parte física fica conosco, para o projeto, e o levantamento cadastral fica com o pessoal do social”, explica.

Com o levantamento topográfico pronto, a equipe estipula curvas de nível no terreno e define um projeto urbanístico para o núcleo. Baseado nesse desenho e nas leis de zoneamento do município, os técnicos determinam o que é área de nascente, Área de Proteção Permanente, área de preservação ambiental e área de córregos e a partir daí ficam definidas as casas que deverão ser removidas para a realização do projeto, sempre tendo como norte manter a maioria possível das residências já construídas.

Vale atentar que existem três leis principais pautando a urbanização de Santo André. A mais antiga é a Lei Orgânica do Município, aprovada em abril de 1990. Ela é a única que cita a reurbanização de favelas, deixando claro que a reurbanização deve ser dar por meio de programas específicos, que contem com “estreita colaboração” da comunidade. A lei número 8836, de maio de 2006, instituiu os parâmetros para o uso, ocupação e parcelamento do solo na zona urbana de Santo André, mas não cita nada sobre a reurbanização de favelas.

Em dezembro de 2004, foi aprovada a lei de número 8.696, que instituiu o Plano Diretor de Santo André, revisto e alterada em 2012, na lei de número 9394. Ela reforça que a função social do município garante o “direito à cidade saudável e sustentável para todos e todas, o que compreende o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.” O texto reforça a necessidade urgente de reverter a segregação sócio-espacial que marca a cidade, por meio da reserva de áreas para a construção de habitações sociais para os mais pobres, inclusive nas áreas centrais, e da regularização fundiária dos terrenos das favelas, o que não é realidade em nenhum dos três núcleos estudados nesta pesquisa. Além disso, o Plano Diretor prevê inibir o adensamento e a ampliação das favelas já existentes no município, reurbanizadas ou não.

“Todas essas áreas serão definidas perante a lei. Por exemplo: se há um córrego, é preciso manter 15 metros de recuo em cada margem. Fazendo isso é preciso retirar muitas famílias. E também tem os viários e as quadras, que retiram mais famílias. Na medida em que vamos conhecendo essas famílias, mandamos para o aluguel social, esperando a construção de habitações sociais, que o governo faz paralelamente”, explica Geraldo.

Depois de pronto o projeto, a prefeitura contratada a construtora que o executará. Ela ficará responsável pela infraestrutura, que inclui viário, água, esgoto, drenagem e toda parte de contenção de encostas. “Em alguns casos a gente dá subsídio para as pessoas reconstruírem parte da casa. Por exemplo: você tem uma casa de 20 metros por 10 metros e, pelo projeto, ela teve que ser cortada por uma rua

e ficou de 10 metros por 10 metros. Aí é possível que essa família fique no local, mas com alterações no lote. Se não der, nós acrescentamos a família entre as remoções”, conta Geraldo. “A urbanização é demorada e depois ainda vem o processo de regulamentação fundiária.”

A prefeitura já tem uma lista dos núcleos a serem priorizados nas obras de reurbanização. Os projetos são iniciados conforme o poder público disponibiliza recursos, em uma longa jornada, que demora anos. “A prefeitura também precisa de áreas provisórias para fazer a mudança dessas famílias e hoje não temos muitos terrenos em Santo André. Por isso, a prefeitura está pensando em negociar com o setor particular, para propor trocas com construções antigas. Tudo depende de recursos, de vontade política e principalmente da necessidade local”, conta Geraldo.

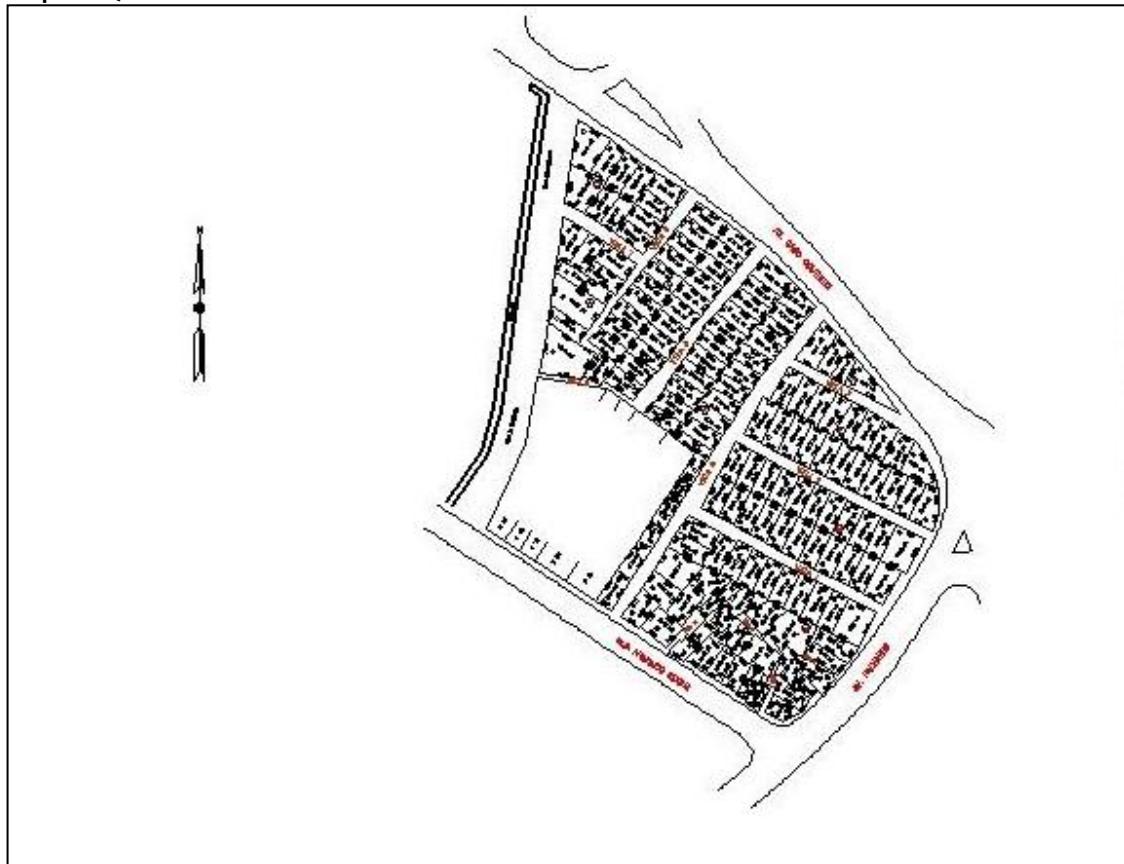
Atualmente, o principal desafio dos três núcleos da favela Quilombo dos Palmares não é a urbanização, mas a regularização fundiária que ainda se mantém travada apesar da militância dos moradores e de novas políticas públicas na área de habitação, como o programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. Ele prevê entre os seus eixos agilizar os processos de regularização fundiária, mediante apresentação de projeto a serem apresentados pelos municípios. No entanto, o documento só foi elaborado – e não concluído – para o Quilombo II, que teve maior participação da prefeitura.

### **3.1 – Quilombo I**

Como vimos, o problema habitacional das metrópoles do subdesenvolvimento deve ser pensado sob dois aspectos principais: o primeiro diz respeito às condições de exploração do trabalho e pauperização da classe trabalhadora; o segundo é a espoliação urbana, que como vimos consiste em uma série de extorsões resultado da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivos, socialmente necessários para subsistência.

A moradia determina a inclusão (ou exclusão) dos trabalhadores no contexto da vida urbana, tornando-se por isso quase que uma estratégia de sobrevivência. “O padrão habitacional, enquanto elemento básico da reprodução da força de trabalho decorre do conjunto da composição social do capital e da forma como se reparte o trabalho excedente do necessário. Isto é determinante dos níveis de subsistência da classe trabalhadora, cujo valor irá variar de maneira flagrante em razão da potenciação das forças produtivas e da capacidade que as classes trabalhadoras tiverem de aquinhar uma parcela dos excedentes gerados pelo processo de acumulação” (KOWARICK, 1979: 57 e 58).

Mapa 5: Quilombo I



Fonte: Secretaria de Habitação - PMSA

Para os trabalhadores mais pobres, a construção da própria moradia é a única possibilidade para se conquistar a casa própria, já que os baixos salários não permitem sequer se candidatar a um empréstimo no BNDES. Por outro lado, essa solução

contribui para rebaixar ainda mais os salários dos trabalhadores, uma vez que elimina dos custos de sobrevivência a moradia, limitando-se a cobrir apenas outros gastos, como transporte e alimentação. “É, isso sim, um sobre trabalho gratuito que serve para produzir um meio de existência para se reproduzir como mão de obra pauperizada pelo processo produtivo” (KOWARICK, 2000: 30).

Esse tempo de trabalho excedente na autoconstrução das moradias – e não tempo livre, como se previa – é cada vez mais necessário para a sobrevivência nas metrópoles, pois exclui da construção os custos com a mão de obra, contribuindo para manter os salários baixos. Esse, porém, não é o único problema: pela falta de recursos, as casas acabam sendo construídas com materiais de baixa qualidade e por isso exigem constantes reparos, implicando um esforço praticamente permanente de manutenção para as famílias.

Contudo, dentro dessa enorme diversidade social que e esconde por trás da casa autoconstruída, surge com pleno vigor o que pode ser nomeado de cidadão privado: aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa. Núcleo da sociabilidade baseada em contatos primários, ela encarna a realização de um projeto individual de existência: a segurança real e simbólica da propriedade. (op.cit.,p. 94)

Toda essa lógica de rebaixamento salarial, que obriga os trabalhadores a investirem suas horas livres na autoconstrução de moradias, foi uma realidade em Vila Palmares, que possibilitou não só a construção de casas no bairro, mas toda a urbanização do Quilombos I: a ideia inicial era construir apartamentos populares no terreno, mas os moradores não aceitaram alegando, entre outras razões, a dificuldade de adaptar as crianças aos prédios. A opção foi então a construção de casas de alvenaria, tendo o entendimento que, dessa forma, a ocupação deixaria de ser caracterizada como favela e se integraria ao bairro.

O terreno foi então loteado e cada lote foi entregue para uma família. “Fizemos um levantamento topográfico com um vizinho que estava estudando arquitetura. Mapeamos com bambu, corda, trena e fizemos uma projeção para a área: se nós temos X famílias, com o podemos fazer para as pessoas se locomoverem ali? E nós não tínhamos topografia na verdade, nem equipamentos: era bambu com corda de metro. Mas fizemos o projeto da melhor forma possível”, conta Gilmar.

Segundo o estatuto da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, levantado por Boll, as casas seriam dos moradores sócios da entidade. A média da contribuição mensal para o pagamento do terreno era Cr\$ 661 por família, o que equivalia a cerca de 18% do orçamento familiar. O jornal *Folha de São Paulo*, em sua edição de 24 de dezembro de 1980, destacou que “o mais importante” era que “tanto o terreno como as casas não seriam propriedade particular e sim um bem de toda comunidade.”

Militantes da época afirmam que o projeto das casas era simples, com três cômodos mais um banheiro. Elas foram edificadas com blocos de argila, pisos de cimento ou de tacos de maneira e cobertas com laje. Não houve envolvimento da prefeitura. Tudo foi construído pelo mutirão dos moradores. “O lote tinha que ser 20 metros por 25 metros e não tínhamos terreno para isso. Conseguimos com estudantes, engenheiros amigos e com o pessoal da UNE (*União Nacional dos Estudantes*) fazer uma maquete das construções para que a prefeitura permitisse que os lotes fossem de 5 metros por 20 metros, para que acomodassem todas as pessoas lá. Era uma luta atrás da outra”, contra Padre Rubens. Pela falta de documentação, no entanto, não há consenso entre a metragem do terreno negociada com a prefeitura. Há relatos de que a metragem negociada foi de 5 metros por 12,5 metros.

O estatuto da Sociedade Civil Quilombo dos Palmares proibia os moradores de venderem suas casas. Pelo esquema organizado, assim que uma família se mudava para sua casa, o barraco em que ela havia morado era derrubado e dava lugar a uma nova construção. Os próximos a terem suas casas iniciadas eram escolhidos em assembleia, privilegiando principalmente os que estavam com as prestações do lote em dia.

A compra de material de construção era feita de maneira coletiva. Os constantes aumentos de preço (que em alguns casos chegaram a 300%, devido à inflação do período) e a necessidade de aliar a autoconstrução da moradia com o trabalho fora, remunerado, acabaram por adiar o término das casas, sempre construídas por meio de mutirões.

**Figura 19: Trabalho de participação popular para urbanização da Favela do Quilombo e pavimentação da faixa Petrobrás durante o Projeto Viva Cidade, 1991.**



Fonte; Augusto R. Coelho. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Segundo entrevista concedida por Padre Rubens à edição de 21 de janeiro de 1981 do jornal *Diário do Grande ABC*, a primeira compra de blocos efetuada pela comunidade, em dezembro de 1979, custou Cr\$ 4.500 o milheiro. Um ano depois, a mesma mercadoria já custava Cr\$ 23.000. Houve um aumento considerável também no preço do cimento, que passou de Cr\$ 65 para Cr\$ 410 nesse período, e do de cal de Cr\$ 18,50 para Cr\$ 155.

Para levantar fundos, a paróquia de Vila Palmares ofereceu uma série de cursos de artes manuais para os moradores, entre eles pintura em tela, bordado, crochê e

corte e costura. A ideia era comercializar os produtos finais e encaminhar o dinheiro para a compra de materiais de construção. Pelo menos 200 pessoas, entre mulheres, homens e crianças, participaram da primeira turma, segundo a edição de 31 de outubro de 1979 do jornal *Diário do Grande ABC*. Graças ao bazar e a entrega de 10 mil cartas a entidades pedindo doações, os moradores do Quilombo dos Palmares conseguiram arrecadar Cr\$ 145 mil para as obras, segundo edição de 1 de janeiro de 1980 do jornal. Nessa época os moradores já tinham pago 15 parcelas do terreno.

“Na Vila Palmares o povo não tinha dinheiro para construir a Igreja, o salão paroquial, as casas de moradia. Enquanto outros construíam, aqui surgiu a ideia: demolir. E assim surgiu a turma da demolição a troco de material (...) A gente saia às 6h ou 7h da manhã, as mulheres preparavam o almoço e voltávamos a tardinha com o caminhão carregado: tijolos, telhas, portas, madeira, pisos, azulejos, janelas, vitros... Até hoje não existe uma porta igual e as janelas são diferentes até nas dependências internas da paróquia. Tudo, desde os tijolos, é material de demolição.” (REDAÇÃO. Alfabetização teve Início e, 1965. Palmares - Jornal Documento, Santo André, 17 de dezembro. 1990. Pg 4.)

A construção das primeiras 23 casas começou na segunda quinzena de outubro de 1979. Em geral, os moradores faziam os mutirões pela manhã e durante a tarde trabalhavam em seus empregos. Os que trabalham em período integral acabavam empreitando a construção por cerca de Cr\$ 200 o metro quadrado. No final, as residências custaram em média Cr\$ 28 mil.

As primeiras oito residências foram efetivamente entregues em junho de 1980, segundo reportagem do *Diário do Grande ABC*.<sup>29</sup> Outras 22 casas estavam em processo de finalização. Cada família que mudava tinha seu barraco demolido para dar lugar a novas edificações. A limpeza do terreno também era feito pelos moradores, pois,

---

<sup>29</sup> REDAÇÃO. Prontas Primeiras Casas dos Favelados. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 8 de junho. 1980. Pag s/p.

segundo declaração de Padre Rubens ao *Diário do Grande ABC*, a prefeitura se negou a mandar um trator ajudar os moradores do Quilombo I.

“Nós urbanizamos. Eu levava as famílias para dentro da igreja quando precisávamos demolir o barraco onde para alinhar e fazer as vielas da favela. Foi a primeira favela urbanizada organizada do Brasil, tanto que se tornou notícia no país inteiro e no mundo: na Alemanha, na Itália, em Portugal, na França, nos EUA e em Belize”, conta Padre Rubens. “Não teve participação da prefeitura. Fomos nós mesmos que construímos em mutirão.”

O projeto das casas foi executado sem planta aprovada. Segundo Padre Rubens, os moradores aguardaram uma resposta da prefeitura de 1978 a 1979 e, como ela nunca chegou, decidiram iniciar a obra do mesmo jeito. “Uma vez recebemos a visita de um fiscal do CREA, mas nem tomamos conhecimento. Pedimos ajuda e ninguém procurou nos ajudar. As leis existentes são todas contra o povo e os favelados estavam dispostos a terminar suas casas a qualquer custo, porque nada é pior que morar em barraco”, declarou o Padre ao *Diário do Grande ABC*.

Com todos os percalços da autoconstrução e do aumento contínuo de preços, em janeiro de 1981 apenas nove das 130 famílias que adquiriram terrenos haviam conseguido se instalar em suas casas. Outras 30 moradias estavam sendo construídas, mas a maioria delas em ritmo bastante lento. “Mais casas já deveriam estar prontas, mas com a instabilidade econômica existente, o favelado não tem condições de reagir, pois antes ele tem que pensar no estômago de sua família”, declarou o Padre ao jornal *Diário do Grande ABC*<sup>30</sup>. Os principais problemas nas obras, segundo a reportagem de 1 de janeiro de 1980, eram o preço do material e a falta de tempo dos moradores para se dedicarem a autoconstrução.

Segundo seu Vicente, a ideia de construir as casas por meio da ajuda mútua não gerou o resultado esperado. Ele alegou, em entrevista concedida a Boll, que quando se ia construir uma casa todos trabalhavam, mas depois que ela estava pronta,

---

<sup>30</sup>REDAÇÃO. Uma Nova Vida Para dos Favelados da V. Palmares. *Diário do Grande ABC*, 1 de janeiro de 1980. Pg. s/p.

o proprietário não contribuía com a construção da residência dos vizinhos. Decidiu-se em certo momento que cada um construiria sua moradia.

Tijolo confirma: “fizemos uma campanha de doação para conseguir tijolos, telhas, ripas, para angariar fundos para comprar madeira, para tudo o que você pode imaginar. Infelizmente muitos moradores não participaram do mutirão. Era a gente que ia lá com boa vontade ou outros moradores da Vila Palmares que iam ajudar os favelados. Mas infelizmente nem todos os moradores do Quilombo tinham união e consciência da importância da construção.”

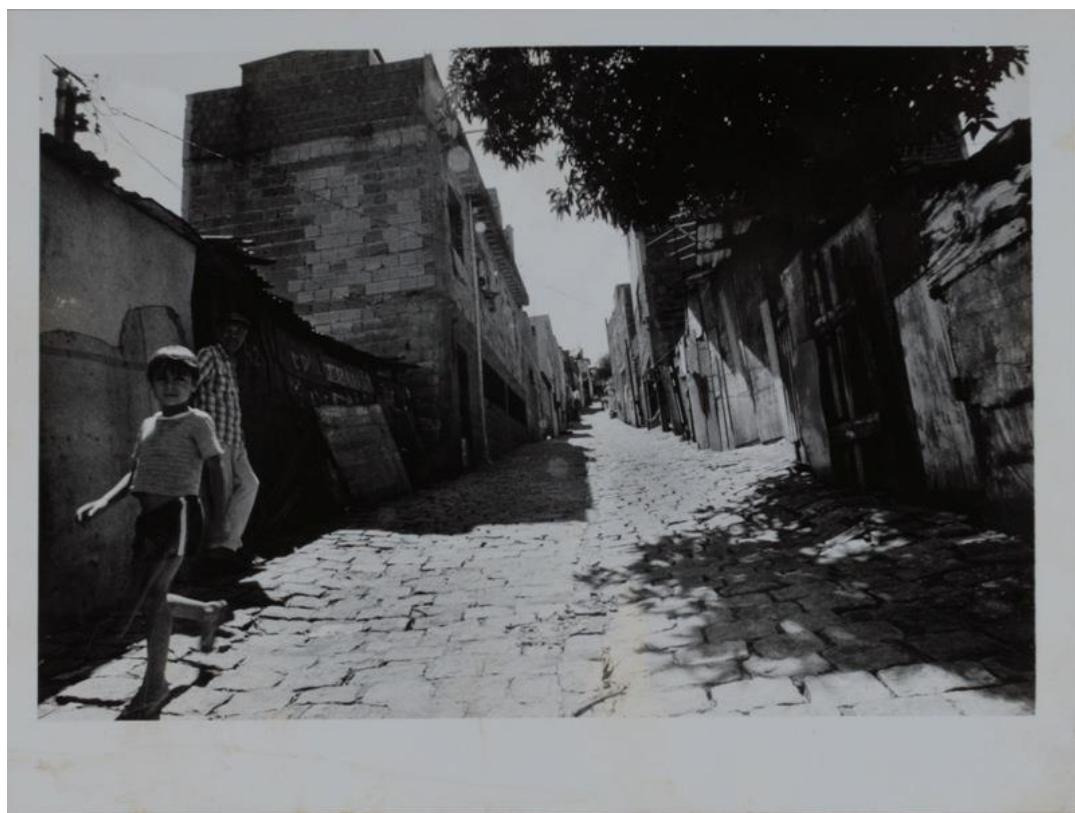
A elaboração do projeto de urbanização, no entanto, contou com a participação dos moradores. Durante o processo, Padre Rubens convidou arquitetos, engenheiros e assistentes sociais da prefeitura e da Universidade de São Paulo (USP) para participar da discussão sobre o loteamento e definição das plantas das casas.

Esse técnico explicam como seria a implantação dos lotes nos terrenos e o desenho das casas, apresentam dados estatísticos, números e desenhos. A linguagem era técnica, não havia envolvimento deles com a história socioeconômica dos moradores e, por isso, o modo de vida deles não foi levado em consideração (...) Acreditamos que a atividade projetual deva ser entendida como coletiva na qual arquiteto e favelado se relacionem desde os desenhos do projeto até o canteiro de obras, numa postura que haja lugar para a experiência de uns (técnicos) e de outros (moradores). (...) Na arquitetura um desenho nasce do contato íntimo com a realidade das cidades e de seus moradores, mas o que ocorre é uma postura assistencialista e paliativa. (BOLL, 1992: 107;111)

Boll critica também o assistencialismo nas ações de promoção social da prefeitura criada, nas palavras dele, “para afirmar as condições de miséria em Santo André”. “A promoção social até 1989 cumpria um ritual de valorização ou inserção das primeiras damas no espaço político os quais passam a responder pela situação do poder público no campo ‘social’.”

Paralelo à construção das casas, os moradores da favela Quilombo dos Palmares também lutavam pela instalação de serviços de infraestrutura no local. Durante grande parte do período das obras eles buscavam água em um chafariz da prefeitura, construído para substituir a mina do bairro que estava contaminada. Ocorriam conflitos entre vizinhos por água. A luz era à base de lamparinas e velas. Posteriormente conseguiram que a companhia de energia elétrica instalasse um poste para todas as famílias e só depois conquistaram o direito de distribuir energia para todos.

**Figura 20: Viela na Vila Palmares, 1990.**



Fonte: Eder Chiodetto. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Em 1989, com a entrada do PT na prefeitura, na gestão de Celso Daniel<sup>31</sup>, criou-se a Secretaria de Habitação. Antes disso não havia sequer um levantamento oficial

<sup>31</sup> Prefeito de Santo André pelo PT por três vezes, ficou conhecido pela gestão progressista, humana e participativa. Em 18 de janeiro 2002, no seu terceira mandato, foi sequestrado e dois dias depois

confiável de quantas eram as favelas de Santo André. Estimava-se que o número ficasse entre 80 e 200. Em uma primeira pesquisa, naquele ano, constatou-se a existência de 85 favelas. Em 1991 a pesquisa foi refeita com novos critérios e chegou-se a 95. Nesse processo, o MDDF aproximou-se muito da prefeitura e acabou por limitar-se a uma ação passiva em detrimento da história de luta.

A Secretaria de habitação criou então o Programa de Urbanização de Favelas, que tinha como objetivo resolver problemas de falta de infraestrutura e de regularização fundiária. Antes dele, em 1989, foi criado o Programa de Pré-Urbanização de Favelas (Pré-Urb) para garantir o mínimo de infraestrutura para as favelas que não fossem contempladas pelo programa de urbanização. Seriam intervenções mais rápidas, que não chegariam ao parcelamento dos lotes.

A Favela Quilombo I foi incluída no Pré-Urb em 1990, como resultado de uma reivindicação dos moradores junto a Prefeitura Municipal de Santo André. As obras continuaram sendo feitas em mutirão, na tentativa de agilizar a intervenção e viabilizá-la financeiramente. Boll divide a atuação do Pré-Urb no Quilombo I em duas partes: a primeira correspondente a pavimentação das vielas 1,2,3,4, (que tinham água, esgoto e alinhamento definido) e a segunda a pavimentação das vielas 5 e 7 (sem infratestrutura), que contou com uma interação positiva entre técnicos e moradores.

A divisão causou mal estrar entre algumas famílias, o que acabou dificultando a organização de um mutirão. Superado este impasse, chegou a etapa de levar água e esgoto para as vielas 5,6,7 e 8. Na via 6 houve um problema: os moradores não queriam a retirada de um muro que fechava a rua, mas que dificultava a passagem dos canos. Não foi possível chegar a uma solução e o muro permaneceu. As redes foram desviadas. Por conta disso, os trabalhos andaram lentamente, com uma paralisação de quase um ano.

No final do mutirão houve ações de limpeza e desratização e foi implantado o sistema regular de coleta de lixo. A publicação *Quilombo I - Terra: "Desejo, Necessidade, Vontade". O Direito à Moradia na Ação do Pré-Urb*, da PMSA, destaca

---

encontrado morto com 11 tiros em Juquitiba (SP). O caso nunca foi resolvido. Desde o início das investigações, sete testemunhas morreram, todas em circunstâncias misteriosas.

que os moradores enxergavam essas melhorias urbanas como uma garantia de permanência na área, uma vez que o processo de legalização do terreno nunca foi concluído.

A implantação de infraestrutura urbana na favela e a construção das casas de alvenaria de fato valorizaram a área, porém acabou por expulsar parte dos primeiros moradores do local, em geral os mais pobres, por não poderem pagar o novo preço da terra valorizada, em um processo também de espoliação urbana. Algumas residências já prontas acabaram sendo vendidas para famílias que não vivenciaram a luta pela conquista da moradia no Quilombo I, fazendo com que alguns dos primeiros proprietários acabassem expulsos para outras favelas.

Outros moradores perceberam, com o passar do tempo, que era possível vender as casas sem seguir os critérios estipulados pela diretoria da Sociedade e pela assembleia de sócios, devido às brechas no estatuto da entidade, que previa que em caso de desistência o morador só receberia o que gastou com a obra e teria a casa seria destinada para outra família. A sociedade tentava impedir a venda assumindo e divulgando a ideia que a propriedade não era privada, mas um bem de toda a comunidade. “Deu problema entre os moradores porque alguns queriam comprar o terreno por R\$ 10 mil e vender por R\$ 30 mil. Pensavam que iam lucrar com isso, mas para vender precisavam ter o título na mão. Aí começou a briga de quem queria lucrar em cima de uma conquista social”, conta Tijolo.

Vale frisar, no entanto, que apesar dos problemas registrados foi graças à mobilização dos moradores que hoje a favela Quilombo I possui quarteirões, ruas traçadas, tráfego de veículos, coleta de lixo e acesso a outros serviços públicos. A antiga favela só não se mistura de maneira homogênea ao bairro pelo tamanho dos terrenos – menores que os convencionais – e pelo adensamento populacional elevado, características de quando a localidade ainda não havia sido reurbanizada, que foram possíveis de observar nos três trabalhos de campo realizados.

Em geral as ruas, todas calçadas, são mais estreitas do que no restante do bairro. Isso se justifica pela preocupação dos moradores na época da reurbanização de tentar manter o máximo possível das famílias no local, priorizando o uso do espaço

para a construção de casas, em detrimento da abertura de vias. Por isso algumas das ruas que cortam o Quilombo I permanecem como vielas bastante estreitas ou como becos que terminam de repente na parede de alguma casa, passando a impressão de pouco planejamento no traçado.

É comum encontrar casas construídas em mesmo quintal, muitas vezes divididos por membros da minha família e separados da rua por portões. As residências, em geral, apresentam um padrão diferente do restante do bairro: apesar de a maioria das casas de Vila Palmares também terem sido autoconstruídas, a falta de espaço e o número elevado de membros das famílias no Quilombo I, fizeram com que as casas crescessem verticalmente. São cômodos construídos um em cima do outro, muitas vezes com materiais de construção e de acabamento diferentes, o que dá um tom bastante particular as casas. Apesar da heterogeneidade e do contraste entre si, as residências possuem boas condições de habitabilidade.

Além disso, o Quilombo I se localiza muito próximo aos equipamentos públicos do bairro, em especial a escola de educação infantil e fundamental, acoplada dentro do Centro Educacional de Santo André (Cesa) Vila Palmares, que disponibiliza para a população áreas gratuitas de lazer e cultura. O Quilombo I também é cortado pelos três terrenos por onde passam os dutos da Petrobras, que são murados e completamente vazios, usado as vezes apenas como local de passagem. Aqui vale uma crítica da ausência de projetos de ocupação desses terrenos, que poderiam se transformar em mais áreas de lazer públicas para as famílias. Outros problemas identificados nos trabalhos de campo foram o grande acumulo de lixo nas calçadas da rua Boa Vista, que incluem até móveis e eletrodomésticos, e a presença de quatro barracos ainda feito com madeiras, onde vivem famílias em condições de habitabilidade mais precárias.

Persiste entre os moradores do Quilombo I, no entanto, a luta para obter a escritura da casa, com uma clara dificuldade de provar o direito à posse do terreno. Ainda assim, trata-se de um avanço, já que a mobilização popular permitiu não só que os moradores deixassem sua condição de favelado e se tornassem proprietários de

uma moradia, mas também que fortalecessem a luta social e dos movimentos populares do país.

**Figura 21: Área de lazer do Quilombo I, em 2016**



Fonte: Google Street View.

**Figura 22: Quilombo I, na avenida Carlos Gomes**



Fonte: Google Street View.

**Figura 23: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016**



Fonte: Google Street Viwe.

**Figura 24: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016**



Fonte: Google Street Viwe.

**Figura 25: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016**



Fonte: Google Street Viwe.

**Figura 26: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016**



Fonte: Google Street Viwe.

**Figura 27: Casas de alvenaria no Quilombo I, em 2016**

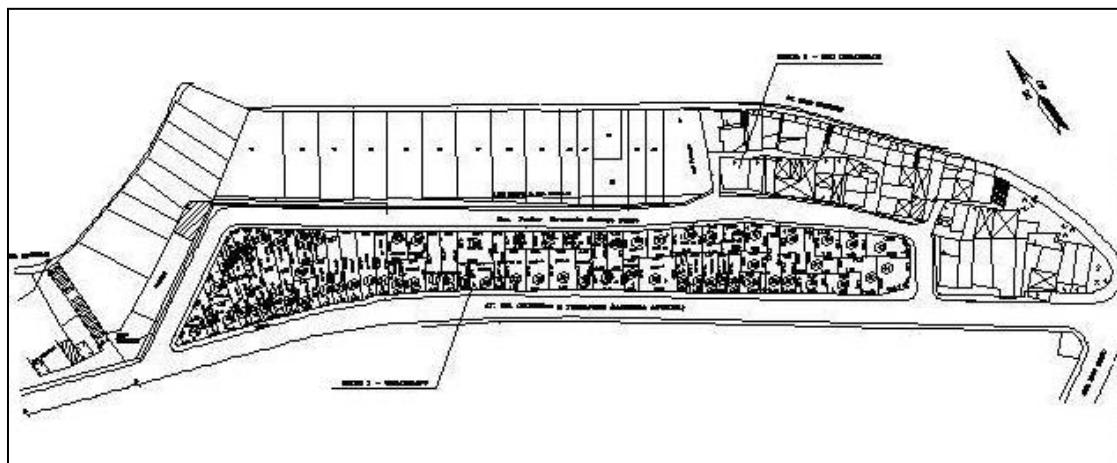


Fonte: Google Street View.

### 3.2 – Quilombo II

O processo de formação do Quilombo II é, em grande parte, decorrência do processo de reurbanização do Quilombo I. Isso porque enquanto as casas de alvenaria estavam sendo construídas, alguns moradores foram transferidos para barracos no terreno baldio que se localizava em frente à favela, para abrir espaço para a construção das residências, dos viários e para a abertura das quadras.

**Mapa 6: Quilombo II**



Fonte: Secretaria de Habitação – PMSA

Quando as casas ficavam prontas, os moradores se mudavam das moradias improvisadas para suas novas residências e os barracos acabam sendo prontamente ocupados por outras famílias, também vítimas da espoliação urbana e da pauperização da classe trabalhadora. Assim, enquanto se urbanizava o Quilombo I nascia na Vila Palmares uma nova favela.

“Para construir no Quilombo I nós tivemos que deslocar as famílias e como você faz? Era tirar um barraco de um lugar e colocar no outro. Elas foram instaladas no terreno de cima, depois da avenida, que ainda não era ocupado. Esse terreno era o que chamávamos até então de ‘área de deslocamento’. Se tínhamos que abrir uma rua, o pessoal que morava no caminho ia lá para cima, aí na hora que tivesse pronto

voltava. Mas essa área de cima também acabou ocupada por novas famílias que foram chegando”, conta Gilmar. “Tinha gente que foi pra cima e não retornou mais para baixo porque o filho ou algum parente acabou indo no lugar”, completa Tijolo.

Uma moradora não identificada informou em entrevista ao projeto Viva Cidade<sup>32</sup>, implantado pela prefeitura em 1989, que o nome Quilombo II escolhido em alusão ao sucesso da reurbanização do Quilombo I e aprovado em assembleia pelos novos moradores do terreno e por representantes da prefeitura, entre eles o então prefeito, Celso Daniel (PT).

Segundo relatos colhidos no projeto, o terreno do Quilombo II começou a ser ocupado em junho de 1981 por seis famílias, que nunca sofreram tentativas de reintegração de posse, nem repressões violentas por parte da polícia. “Quando foram fazer os moradores de baixo subir, o presidente de baixo vendeu o barraco dele. Aqui em cima ninguém segurou mais, era compra e venda”, descreve a moradora em questão.

A principal reivindicação nesse momento já era a posse da área, considerada “um sonho” pela entrevistada. Em segundo lugar vinha a urbanização do terreno. Ela relatou que os moradores conquistaram parte das instalações de luz e água durante o período eleitoral. Tardou mais a colocação de caçambas para depositar o lixo e a reforma das escadas. “Para nós seria muito importante a urbanização aqui da nossa área, porque assim cada um poderia construir a sua parte. Ai a gente acabava com esse problema de água escorrendo aí no meio a céu aberto, ratos e o problema do lixo”, relata a moradora.

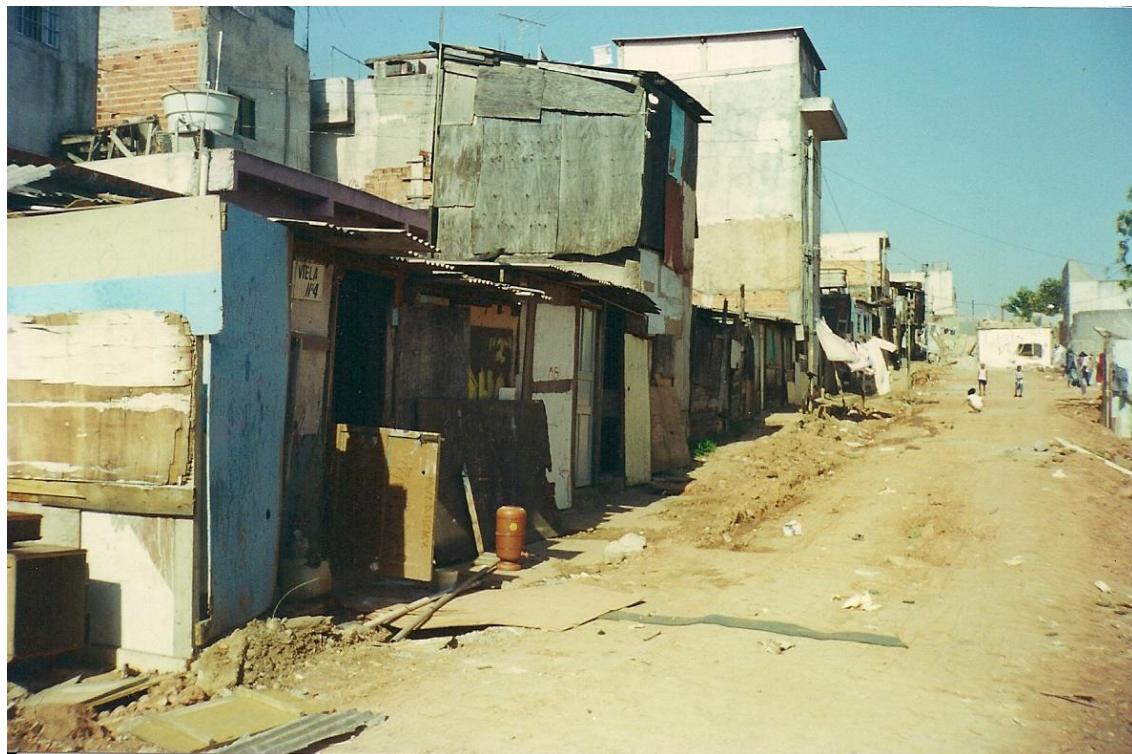
Francisco, que assumiu a liderança do processo de reurbanização do Quilombo II e concedeu entrevista para a realização da presente pesquisa, descreveu a área antes da revitalização: “Só Deus sabe a vida que passamos aqui. Sofremos que nem cachorro. Foi muito complicado. Se alguém ficasse doente não tinha como entrar um carro para buscar a pessoa e levar para o hospital. Para você ter uma ideia, aqui cada um pegava um balde e jogava o lixo na rua. Fazia aquele monte de lixo e ficava até que

---

<sup>32</sup> O projeto Viva Cidade tinha como objetivo prestar serviços básicos em Santo André, como limpeza de córregos, tapa-buracos, plantio e poda de árvores, retirada de entulhos e a execução de pequenas obras, com a participação de diferentes secretarias e membros da comunidade.

o caminhão viesse coletar e isso demorava bastante”, contou. “Aqui era tudo de terra, não tinha asfalto, mas lá em baixo (Quilombo I) já tinha. Para as crianças irem para a escola eles tinham que colocar sacolinha de plástico no pé para chegar com o tênis limpo, senão eram discriminadas. Hoje gente vive uma vida normal. Antes não tinha nem esperança. Hoje eles fazem até faculdade. Mas para isso precisou de muita mobilização, porque se a gente não cobra os governantes esquecem dos menos favorecidos.”

**Figura 28: Quilombo II antes das obras de reurbanização**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

De acordo com ele, no início do processo o terreno era particular e foi negociado pelo proprietário com a prefeitura, devido à instalação de uma rede adutora na área. O município então adquiriu a área, que se tornou pública, concomitantemente com o ápice do processo de ocupação dos novos moradores. “Na época tinha aqui umas 50 famílias. Foi feito um cadastramento pela prefeitura que ajudou a manter um controle do número de famílias. Antes do cadastramento o

pessoal se acumulava no local”, conta. “Nós conseguimos, através de conversas e parceiras com a prefeitura, que as ruas fossem asfaltadas. Nós entramos com a mão de obra, em mutirão, e a prefeitura com o material e com a parte técnica.”

A diferença principal do Quilombo I para o Quilombo II nesta etapa era que no primeiro caso os moradores já estavam mais adiantados na negociação e nas obras de reurbanização. Apesar disso, Francisco considera o processo de reurbanização do Quilombo II mais organizado, até porque contou com mais intervenção da prefeitura, por ser uma área pública. No caso do Quilombo I houve pouca ou nenhuma abertura para parceiras e apoio da prefeitura, o que dificultou a construção de um viário mais largo no meio da favela, que permitisse o trânsito de veículos maiores, por exemplo.

**Figura 29: Funcionários da prefeitura instalando sistema de saneamento básico no Quilombo II**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

Mais amparados pelo poder público, os moradores do Quilombo II pouco contaram com a militância da Igreja de Padre Rubens. A relação com o Movimento de

Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF) também foi bem mais tímida que no caso do Quilombo I, apesar de algumas reuniões terem sido realizadas para compartilhar informações sobre a experiência vivida no primeiro terreno. “O que ajudou mais foi nossa mobilização e a organização que tivemos. Chegamos a registrar uma diretoria e tínhamos reuniões frequentes com o departamento de urbanização da prefeitura, na época do saudoso Celso Daniel. Naquela época tinha um plano de desenvolvimento da cidade para ano 2020”, conta Francisco. “Uma vez ele falou: ‘nós temos pessoas aqui que estudaram, que fizeram faculdade, mas temos também pessoas semianalfabetas. Então vamos falar um linguajar que todo mundo entende!’. Ai eu falei: ‘agora esta do meu tamanho’. Ele era muito humilde e buscava recurso até no estrangeiro.”

**Figura 30: Abertura do viário durante obras de reurbanização**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

A comissão para as reuniões com a prefeitura foi formada em 1989 e contava, inicialmente, com cinco moradores. Ela prestava esclarecimento para as demais famílias e para os interessados em morar no terreno, que já não comportava mais a

construção de novas moradias. A sugestão era a compra de barracos de famílias que tentavam se mudar ou propor pequenas obras para que fosse possível dividir um barraco entre duas famílias.

De acordo com Francisco, os moradores do Quilombo II chegaram a ratear e pagar uma quantia pelo terreno, na sua lembrança algo em torno de Cr\$ 6 mil, que foram transferidos para o antigo proprietário do terreno e não para a prefeitura, semelhante ao ocorrido no Quilombo I. Não há documentação que comprove essa informação.

O projeto de urbanização do Quilombo II contou recursos da União Europeia, negociados pela gestão do então prefeito Celso Daniel por meio do Programa Integrado de Inclusão Social, criado em 1998. A iniciativa foi implantada em quatro favelas do município (Sacadura Cabral, Tamarutaca, Quilombo II e Capuava) e previa não apenas a reurbanização, mas também articulação com outros programas sociais, como Renda Mínima, Urbanização Diferenciada, Saúde da Família, Alfabetização de Jovens e Adultos, Banco do Povo, Incubadora de Cooperativas, Santo André Recicla (reciclagem de lixo), Criança Cidadã (assistência a menores carentes), Empreendedor Popular e Ensino Profissionalizante.

Apesar de incluir apenas quatro das 137 favelas que o município possuía nos anos da implantação do programa<sup>33</sup> – que juntas somavam 88 mil pessoas, o equivalente a 13,6% da população do município – ele beneficia 17,1% da população favelada da cidade, por escolher os maiores núcleos. Só a favela Quilombo II possuia tem 260 famílias. O investimento para a reurbanização – desconsiderando o orçamento com os programas sociais – soma R\$ 23 milhões, dos quais 35,3% vinham da prefeitura, 15% da União Europeia e 49,5% da Caixa Econômica Federal, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, de janeiro de 2001.

O programa de Santo André foi considerado exemplar pela Organização das Nações Unidas. Entre 6 e 8 de junho de 2001, o então prefeito Celso Daniel apresentou o programa na 25ª Sessão Especial da Assembleia Geral da Nações Unidas, conhecida

---

<sup>33</sup> Balanço de janeiro de 2001, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

como Istambul + 5<sup>34</sup>, em Nova York. Santo André foi a única cidade brasileira a ter representação no Istambul + 5. No restante da América Latina, apenas Villa El Salvador (Peru) e Medellín (Colômbia) participaram.

**Figura 31: Comissão da União Europeia visita obras de reurbanização do Quilombo II**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

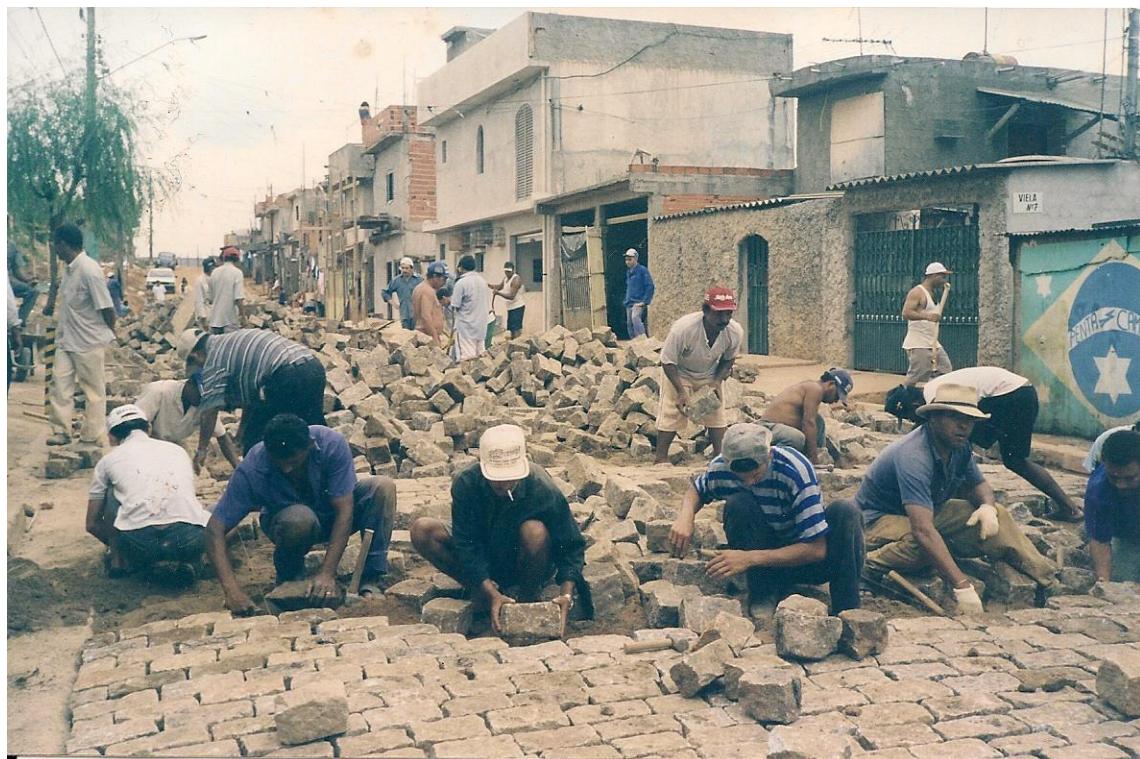
Os moradores, no entanto, foram parte crucial durante todo o processo. Se o Quilombo II contou com verba e projeto vindos da prefeitura, foram as famílias do local que se uniram enquanto força de trabalho para executar as obras para os espaços públicos, sempre em mutirão. “Os mutirões eram para a construção das praças, das ruas, das coisas de todo mundo. Tem uma praça cujo muro foi feito com pneus, em uma parceria da prefeitura com a população. A prefeitura entrou com a parte técnica e a população com a mão de obra. Já para a construção de casas não houve muito

<sup>34</sup> Na Sessão foi feita a revisão e a implementação da Agenda Habitat, que se destina a promover a cooperação internacional para melhorar condições de vida nas cidades, em geral em questões relativas ao planejamento e a gestão de políticas de habitação, saneamento, transporte, meio ambiente, saúde, educação e geração de emprego.

mutirão. Cada um construía a sua, nas horas de folga. Só quando era para encher a laje que um sempre ajuda o outro, como é costume.”

Apesar dos sacrifícios, o sobretrabalho não remunerado dos moradores para construir suas casas, abrir viários e reformar espaços públicos representa um benefício, uma vez que a casa própria é a única possibilidade de poupança do trabalhador espoliado, já que o gasto com o aluguel não leva a nenhum investimento e a favela e o cortiço – opções mais baratas – se constituem como redutos com condições de habitação muito deterioradas. A moradia construída pelo próprio proprietário nas horas de não trabalho é “o único bem material cujo preço aumenta ao mesmo tempo em que é consumido” (KOWARICK, 2000: 86). Assim, o trabalho nas intermináveis obras de construção, ampliação e melhorias, acaba por se tornar um patrimônio e uma poupança do trabalhador.

**Figura 32: Mutirão dos moradores para assentamento de blocos na rua**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

No entanto, vale a pena atentar para um fator primordial: as residências são construídas em dias de folga e fins de semana, muitas vezes em mutirões. Isso significa um tempo de trabalho não pago, isto é, de sobretrabalho. Embora seja um bem particular, não apropriado pelo capitalista, esse excedente de trabalho contribui para aumentar exploração, uma vez que o seu resultado (a casa) é reflexo de uma redução no custo de reprodução da força de trabalho, já que os gastos com habitação não são contabilizados nos salários. Se adicionarmos ao tempo gasto na construção da casa as horas intermináveis no transporte público diário e no trabalho em si, não é possível ter outro quadro senão o claro desgaste do trabalhador que se aventura pelo processo de autoconstrução da moradia que, diga-se, é marcada por baixo valor de revenda.

Uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (KOWARICK, 1797: 61)

Apesar de a infraestrutura urbana ser um direito dos moradores do Quilombo II, ela só chegou ao local depois de muita pressão dos moradores, quando o processo de autoconstrução das residências já estava adiantado. A prefeitura instalou iluminação pública nas vias e rede de água, por meio do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa). “E também foi passado o viário aqui que antes não tinha. Tiveram que sair pelo menos umas 50 famílias para isso, que foram para os prédios (do Conjunto Habitacional) Prestes Maia. É difícil, mas com o viário hoje temos entrega de gás, ambulância, tudo na porta. Consideramos que o Quilombo II hoje já se vinculou ao bairro e é parte dele”, afirma Francisco. Ele, porém, reconhece que ainda existam carências: “falta a revitalização do bairro, com instalação de sinalização nas ruas e semáforos. Isso é uma reivindicação antiga nossa. A faixa de pedestre que pintaram foi feita por profissional, mas a noite, como que enrustido, tipo um favor, não como um negócio que partiu de uma ordem de dentro da prefeitura.”

A dificuldade de conseguir melhorias para o bairro se deve muitas vezes ao fato de que, no senso comum, o morador da favela não é visto como um cidadão portador de direitos, mas sim como um invasor da propriedade alheia, que por isso deve ser destituído imediatamente de qualquer possibilidade de defesa. Para além disso, Kowarick lembra que são os moradores de favelas as vítimas mais constantes das batidas policiais e do preconceito dos “cidadãos de bem” que moram nas áreas urbanizadas e que defendem que as favelas sejam removidas para garantir a ordem e a tranquilidade do cotidiano.

Essa consciência coletiva que vê o morador de favela como um alguém em condição ilegal acaba vigorando entre eles próprios, que subjetivamente acabam por não se sentir merecedores dos direitos sociais básicos e por fazer com que eles sempre vivam permeados pelo medo da violência, seja policial, jurídica ou política. É o processo descrito por Kowarick como “consciência de proibição”: como as famílias estão em uma situação ilegal de moradia é sempre presente a possibilidade de elas serem obrigadas a abandonar suas casas de uma hora para a outra. “Face a essa contingência, o favelado tende a perceber-se no cenário urbano de São Paulo como uma pessoa sem direitos e sem forma de organização para obtê-los” (KOWARICK, 1979: 92).

Vale ressaltar que em São Paulo muitas vezes a lógica da urbanização não é beneficiar os trabalhadores mais pobres. Segundo Kowarick, 70% dos terrenos desocupados e ociosos da cidade em meados da década de 1970 já contavam com algum serviço de infraestrutura pública, como água encanada, pavimentação nas ruas ou rede de esgoto, ao contrário dos terrenos ocupados por favelas, que acabam por servir ao vigoroso processo de especulação imobiliária e fundiária da cidade.

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. (op.cit.,p. 73-74)

Foi exatamente esse processo de espoliação urbana que ocorreu por muito tempo no Quilombo II, até a reurbanização da área. Hoje o local é mais integrado que o Quilombo I à Vila Palmares e à vizinha Vila Aquilino, bairro a que muitas vezes a área é acoplada. As casas, notoriamente autoconstruídas e também bastante verticalizadas, possuem garagem e entradas amplas, conforme foi possível verificar no trabalho de campo realizado no local. Dos três Quilombos, o II é o que tem o melhor padrão de habitabilidade e o que menos apresenta características típicas das favelas, apesar de ainda possuir vielas, becos estreitos e duas escadarias. O Quilombo II é cortado por duas ruas principais, com largura padrão: a Boa Vista, que o separa do Quilombo I, e a Coronel Celestino Henrique Fernandes (antiga Marginal Adutora), principal via de acesso às casas, que é calçada por paralelepípedos, uma reclamação frequente dos moradores, que reivindicam asfalto. Ambas as vias possuem um movimentado comércio local improvisado na frente das casas, que vão desde lojas de roupas até assistências técnicas de eletrodomésticos.

**Figura 33: Mutirão dos moradores do Quilombo II para construção de praça**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

O uso do espaço público é bastante intenso, tanto na praça e no campo de futebol da rua Coronel Celestino Henrique Fernandes – que foram construídos pelos moradores em mutirão, com pneus e blocos – quanto nos simples encontros e conversas nas portas e janelas das casas. Como não sobrou espaço em muitas residências para a construção de quintais, é comum ver mulheres e crianças pendurando as roupas em varais coletivos e compartilhados nas ruas.

**Figura 34: Quilombo II, na rua Coronel Celestino Henrique Fernandes**



Fonte: Google Street View.

Mesmo se sentindo integrados pelo processo de urbanização da área, uma coisa ainda distancia os moradores do Quilombo II do restante do bairro: a posse legal da residência e do terreno. Há anos, os moradores aguardam que a prefeitura retome a negociação com o antigo proprietário para que seja emitido os títulos definitivos de posse. “As casas são todas bem acabadas, com alvenaria e até portão automático. Nós temos varrição de rua, coleta seletiva, controle de dengue, tudo. A gente quer acabar com aquele vestígio de favela porque isso não é bom para ninguém. A gente quer que seja integrado ao bairro”, diz Francisco.

Geraldo, da Secretaria Municipal de Habitação de Santo André, confirmou em entrevista que mesmo a área sendo pública a regularização fundiária ainda está em processo, que já dura pelo menos cinco anos.

*Essa urbanização mudou nossa vida da água para o vinho. Valorizou a casa e a vida da gente. Hoje eu não tenho acanhamento de trazer amigos meus da firma aqui, de falar onde eu moro. Nós temos problemas ainda, mas melhoramos muito. Antes, o menino daqui ia crescendo e via os amiguinhos deles bem vestidos, morando bem e ele em um barraquinho. O que ele pensa? ‘Eu não consigo! Eu sou assim mesmo, nasci para ser marginal e vou ser sempre marginal.’ Com a urbanização ele vai se sentindo diferente (Francisco)*

Figura 35: Área de lazer no Quilombo II, em foto de 2016



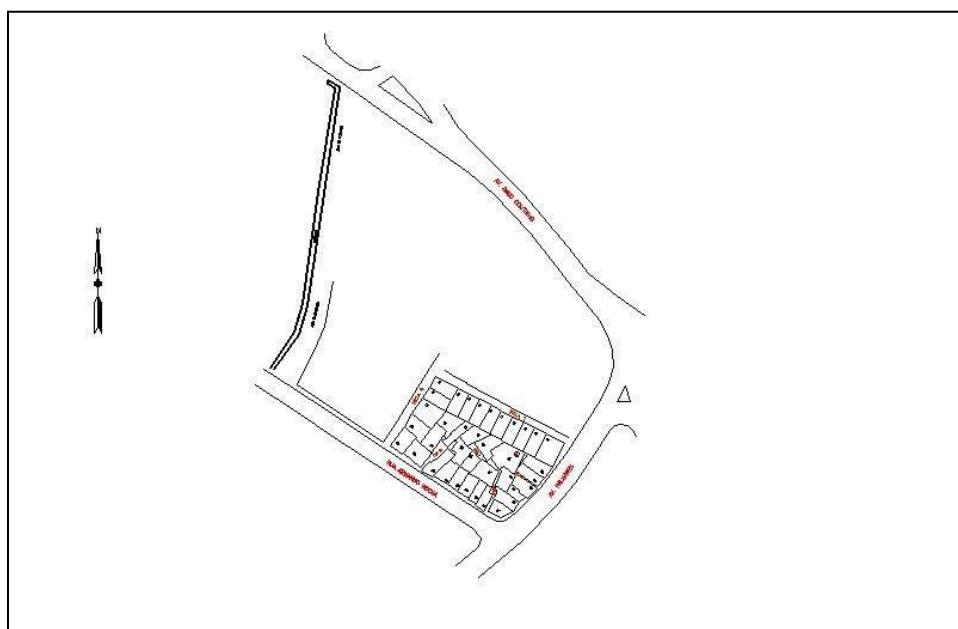
Fonte: Google Street View.

### 3.3 – Quilombo III

Dos três núcleos que compõe o Quilombo dos Palmares, o Quilombo III é o mais atrasado no processo de urbanização. Trata-se de uma área muito pequena, de aproximadamente 40 casas e duas vielas, que foram construídas entre os dutos de óleo instalados no terreno do Quilombo I pertencentes à Petrobras. A faixa por onde passa as tubulações, em formato triangular, seria de uso exclusivo da empresa, mas foi ocupada pelos moradores para mordia, lazer e passagem. Foi difícil conseguir informações fidedignas sobre o Quilombo III, pois havia poucas informações oficiais, que entravam em contradição com as informações concedidas pelos entrevistados.

Apesar disso, sabe-se que a negociação da área do Quilombo III não aconteceu nem em paralelo à negociação do I nem à do II, porque o herdeiro do terreno não tinha atingido a maioridade jurídica na época. “Nós nunca conseguimos entrar neste buraquinho, porque era uma parte não pertencia ao proprietário do terreno do Quilombo I e nós nunca conseguimos descobrir de quem era. Então, fizemos uma curva e o recortamos para fazer a urbanização do Quilombo I”, como explica Gilmar.

**Mapa 7: Quilombo III**



Fonte: Secretaria de Habitação – PMSA

O Pré-Urb propôs a urbanização de toda a faixa do oleoduto, bastante próxima ao Quilombo III. Segundo um levantamento realizado pela prefeitura em 1992, havia um projeto de reurbanização da área, que previa a construção de jardim, praça e parque para crianças no local. A proposta, no entendo, foi alterada em uma negociação com a Petrobras e os equipamentos públicos nunca chegaram a ser construídos. A empresa ficou responsável apenas por recuperar uma escadaria e construir um muro no Quilombo III.

Os moradores, após a realização de duas assembleias, tomaram para si a tarefa de fazer um mutirão para reurbanizar a área. Não havia grande mobilização e devido à ocorrência de erros técnicos orientados pela prefeitura, que forçaram os moradores a refazerem obras, a relação com o poder público se desgastou.

A certa altura, o andamento do projeto dependia fundamentalmente de obras da Petrobras, que não saiam do papel. Soma-se à problemática a falta de materiais de construção, que deveriam ser entregues pela prefeitura, mas nunca chegavam. Como resultado, o projeto foi suspenso. “Vamos supor que você tenha uma chácara. A cidade cresceu em torno dela, como se você tivesse urbanizado uma parte e deixado a outra como uma chácara. Foi mais ou menos o que aconteceu no Quilombo III: o pessoal continuou morando em barraco ali, sem nenhuma expectativa”, conta Francisco.

Segundo Geraldo, da Secretaria de Habitação da prefeitura, existe atualmente a formatação de projeto de reurbanização para o Quilombo III, que já conta com a demarcação legal das duas vielas. Ele afirma que mesmo com a ineficiência do primeiro projeto falta pouco para concluir o processo, por se tratar de uma área bastante reduzida. Fato é que sem luta social e sem ação efetiva do poder público, os moradores do Quilombo III permaneceram até recentemente vivendo em barracos de papelão e madeira, segundo relatos de vizinhos ouvidos nos dois trabalhos de campo realizados na área. Eles não souberam precisar há quanto tempo as casas de alvenaria começaram a ser construídas no lugar dos barracos, mas fica claro que as reformas são resultado do processo nacional de aumento da renda dos trabalhadores verificado nos últimos anos, com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), e

não de projetos da prefeitura. O sentimento de pertencimento dos moradores do Quilombo III à uma comunidade é tão primário que a maioria não soube diferenciá-lo do I, por isso, mesmo com um mapa foi bastante difícil identificar quais casas de fato pertenciam ao III. Apenas uma residência permanece de madeira, mas os moradores afirmam que a área do Quilombo III continua sendo um terreno privado.

Bem ou mal, os moradores do Quilombo III ainda permanecem condenados à favela, formula de sobrevivência, que acaba por representar uma economia nos gastos com habitação e com transporte, já que se ela localiza mais perto do centro e dos postos de trabalho do que os bairros mais afastados, para onde são empurrados os trabalhadores espoliados.

Vale atentar que o aumento do valor da terra urbana e a redução dos salários, questões centrais no processo de favelização, dificultam ainda mais a autoconstrução da casa própria, de forma que os mais pobres não conseguem arcar com os custos da produção e permanecem condenados à favela como única opção de moradia, o último reduto dos mais pobres.

Fica claro que ter acesso ao direito à moradia é, para os mais pobres, fruto de um árduo e incerto processo de reivindicações, que precisam ser cada vez mais vigorosas e inovadoras. O mesmo vale para a conquista de bens e serviços de consumo coletivo, que permitiram aos trabalhadores disfrutar de parte da riqueza que constroem nas suas horas de trabalho. Porém, se a reivindicação é o único caminho para a conquista de direitos básicos assegurados até pela Constituição, sua possibilidade de defesa é reduzida pelo fato de se tratar de um favelado, um indivíduo desqualifica socialmente, visto como um usurpador da propriedade privada, em uma lógica que ignora todo o histórico de apropriação de terras no Brasil e de consolidação do espaço urbano.

## Conclusão

O modelo de desenvolvimento econômico escolhido e levado a cabo nas metrópoles brasileiras a partir da segunda metade do século XX teve reflexos extremamente negativos para os mais pobres: possibilitou altas taxas de exploração da mão de obra e incutiu sobre a classe trabalhadora a privação de direitos sociais, entre eles o acesso à cidade.

O crescimento econômico criou uma sociedade de consumo altamente restritiva, com significativa parte da produção industrial voltada para bens de consumo duráveis de luxo, que são direcionados para os segmentos de renda alta e média, justamente os mais beneficiados pelo crescimento econômico. As camadas com renda menor são privadas do acesso à riqueza que elas mesmas produzem.

Neste contexto, este trabalho se propôs a buscar subsídios, ainda que modestos, para pensar como a luta de classes se materializa no acesso à moradia em Santo André e seu ônus social para os mais pobres. O estudo se centrou no caso da favela Quilombo dos Palmares, mas a partir do histórico do local, da bibliografia e da documentação pesquisadas é possível traçar uma linha transversal entre esta favela e diversas outras populações faveladas do país, que lutam pelo direito à habitação digna nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, que não oferecem praticamente nenhuma possibilidade de melhoria de vida para os trabalhadores.

Em Santo André, a instalação de indústrias, que atingiu seu auge na década de 1970, durante o chamado “Milagre Econômico”, enriqueceu uma minoria e trouxe consigo um processo violento de valorização do preço da terra que privou os mais pobres do acesso à moradia. A industrialização, fortalecida por uma política de incentivos fiscais, impulsionou a segregação sócio-espacial, que se materializou como o antagonismo entre um centro bem dotado de infraestrutura e uma periferia carente de tudo quanto é necessário para a reprodução dos trabalhadores. É neste contexto de chegada do capital estrangeiro, de desemprego, de rebaixamento de salários, formação de um grande exército de reserva e de entendimento da terra como mercadoria que se desenrola a luta do Quilombo dos Palmares.

É fácil notar que é o capital e não os trabalhadores quem deteriora a vida metropolitana, uma vez que para ele a cidade e classe trabalhadora são apenas fontes de lucro, enquanto que para os habitantes mais pobres o meio urbano é o espaço onde poderão desenvolver suas potencialidades e assegurar o mínimo das condições materiais necessárias para sua manutenção e reprodução. Entre esses dois mundos há um abismo, cercado de um deserto de contradições e antagonismos.

Como foi possível observar no decorrer da pesquisa, o Estado tem um papel fundamental no processo de exclusão, espoliação e privação de direitos que recai brutalmente sobre os mais pobres. É ele quem opta por criar a infraestrutura necessária para a instalação e expansão das indústrias em detrimento das políticas sociais, agindo inclusive como investidor econômico ao propiciar financiamentos facilitados. A acumulação de capital acaba sendo o elemento prioritário na hora de decidir onde instalar os bens de consumo coletivo, que garantiriam a reprodução da força de trabalho e que são na origem uma obrigação do poder público e um direito das pessoas.

O Estado é, portanto, um sujeito determinante no processo de especulação imobiliária e segregação social porque é ele quem injeta dinheiro na cidade e escolhe onde vai aplica-lo, o que por sua vez determina a valorização diferencial da terra. Em Santo André esse processo se deu quando o poder público decidiu priorizar a criação de infraestrutura para a expansão industrial, em detrimento da construção de serviços de consumo coletivo, conforme foi demonstrado na pesquisa.

Assim, quando os recursos estatais se voltam para a acumulação de capital em detrimento do bem estar coletivo, eles acirram a espoliação urbana e a pauperização da classe trabalhadora, como o ocorrido no processo de formação da favela Quilombo dos Palmares, durante a década de 1960. Vale frisar que esse descompasso da ação estatal não decorre apenas do favorecimento à acumulação capitalista, mas de também de uma decisão política.

Pela realidade espoliadora e excluente de Santo André, é fato que quando o poder público cria melhorias em um determinado local, ele imediatamente cria também, como consequência, um exército de desalojados e desapropriados que são

obrigados a ceder seu lugar de moradia para os estratos de renda mais alta, que podem pagar o novo preço da terra e da especulação imobiliária. Isso porque a chegada de melhorias urbanas aumenta o preço da terra e reduz o ônus social, causando a valorização da área. Não há outro resultado possível senão a expulsão daqueles que não podem pagar o reajuste dos aluguéis ou o aumento das taxas e impostos para locais mais distantes e desprovidos de serviços públicos, até o dia que, com o crescimento da metrópole, serão novamente expulsos.

Em Santo André, este processo de expulsão e de favelização da classe trabalhadora seguiu o caminho da industrialização de forma que os mais pobres foram obrigados a se amontoarem próximo ao mercado de trabalho até que a pressão imobiliária os alcancem e empurre para áreas mais precárias, onde o preço da terra ainda não foi elevado. É natural, então, que os trabalhadores encontrem nas favelas a única forma possível de subexistir na cidade, por ser a opção mais barata e ao mesmo tempo a última possibilidade de moradia, pelas condições extremamente precárias de vida que a que seus habitantes estão sujeitos.

Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (...) Pobre dentre os pobres, os favelados – camada super-espoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem as riquezas que não são suas. (KOWARICK. 1979: 86; 97)

É de se esperar, então, que as favelas representem um problema quando se situam em locais que passam a ter alguma serventia para o capital ou quando geram um incomodo para as classes mais abastadas. Se aí começa a pressão para que esses trabalhadores deixem suas casas se acirra, na favela Quilombo dos Palmares – primeira do ABC, localizada em um eixo central que interliga os três principais municípios da região – foi dado um exemplo de resistência e de mobilização pelos moradores.

A área, ocupada em 1964 durante o processo de loteamento da Fazenda Boa Vista pelas famílias extremamente pobres que não tinham condições de pagar aluguel ou de adquirir um lote que já era desvalorizado por estar em um bairro operário sem nenhuma infraestrutura. As famílias se arranjavam, então, em barracos feitos com restos de madeira, papelão e plástico. Frente às investidas de demolição dos barracos e reintegrações de posse, os moradores optaram por resistir para garantir seu direito à moradia e lutar contra a condição de sub-cidadania do qual são vítimas.

Todo esse processo ocorreu durante os anos repressivos da Ditadura Militar e acabou sendo um meio de pressão política e de reivindicações, que interferiu nos processos decisórios do governo municipal e influenciou o processo de redemocratização do país, ao apoiar e fomentar a luta dos trabalhadores organizados em sindicatos e ao dar as bases de movimentos sociais que surgiam na época, entre eles o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) – atual Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF) – que por sua vez influenciou o surgimento de outros movimentos, incluindo o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

Assim, os moradores da Favela Quilombo dos Palmares foram uma vanguarda na luta contra o rebaixamento salarial, o aumento do custo de vida, a valorização desigual do espaço urbano, a especulação imobiliária e a espoliação urbana. A corajosa e inteligente atuação política desses trabalhadores os condenou a um processo árduo e intenso de luta social, mas que resultou em uma mobilização e uma conquista inédita no país.

Após a conquista do terreno se iniciava então um outro desafio: o loteamento e a autoconstrução das residências, em um contexto de crescente inflação, que insidia nos preços dos materiais de construção, tornando-os muitas vezes inalcançáveis para a classe trabalhadora. A alternativa que sobrou para os moradores da favela Quilombo dos Palmares, em especial dos Quilombos I e II, como de muitas outras espalhadas nas nossas metrópoles do subdesenvolvimento, a autoconstrução de suas residências, muitas vezes nas horas de folga, em um período de sobretrabalho não remunerado, que os livra do aluguel e permite que as empresas mantenham seus salários

rebaixados. Apesar disso, a casa autoconstruída acaba muitas vezes sendo a única possibilidade de investimento, já que o gasto com aluguel não traz qualquer retorno.

Além disso, a casa autoconstruída representa um abrigo seguro para as intempéries do espaço público, que a acumulação capitalista transformou em um espaço excludente e, portanto, violento. Pode-se argumentar que se trata de um projeto conversador, que fortalece e valoriza a propriedade privada, mas que inegavelmente ainda é um sonho massivo, baseado em toda uma carga de fatores socioculturais que faz da moradia local onde se realiza a socialização primária do indivíduo, onde se constituem os laços familiares e onde se estruturam valores, um direito humano.

Convém frisar que a espoliação urbana decorre do processo de acumulação do capital e que ela pode ter maior ou menor impacto dependendo da resistência dos moradores, da sua dinâmica de luta social para o acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo. Porém, é comum que as pessoas em condição de maior vulnerabilidade, justamente pelo seu histórico de privação de direitos, acabem por não ter conhecimento total dos seus direitos, incluindo o de moradia, e dos canais de reivindicação a que recorrer. Além disso, os moradores de favelas acabam, comumente, tendo a chamada “consciência de proibição”, designada por Kowarick: ser obrigado a estar em uma situação ilegal e vulnerável de moradia acaba por fazer com que eles se percebam no espaço urbano como ilegais e sem direitos. Por isso é comum que os movimentos nasçam atrelados a uma liderança ou a um grupo de lideranças, que no caso de Vila Palmares era o padre Rubens e posteriormente os seminaristas por ele aglutinados. Registra-se aqui o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da teologia da libertação como um norte filosófico e como um elemento aglutinador dos moradores.

O problema habitacional, assim como outras privações de direitos que a classe trabalhadora enfrenta, ganhará poder de resolução quando movimentos populares urbanos derem um xeque mate na dominação tradicional, pelo Estado e pelo capital, que opõe os mais pobres e condensa uma sociedade desigual. É evidente que os movimentos de luta popular assustam os grupos dominantes porque o atendimento

das reivindicações significará, por consequência, a perda de privilégios historicamente concentrados em uma minoria.

A conquista de espaço pelos mais pobres pressupõe confronto e desgaste, mas é esse o caminho para construir um futuro democrático e equilibrado. Este projeto menos desigual implica necessariamente em as classes mais pobres abrirem caminhos – que serão necessariamente conflituosos – para aumentar seu processo de participação nos centros de poder. Neste percurso combativo poderão surgir novas organizações sociais ou partidos políticos que consigam aglutinar os movimentos sociais e os trabalhadores para responder e combater politicamente a luta de classes.

É fato que neste trabalho algumas questões não foram tratadas com a profundidade devida à problemáticas tão fundamentais na vida dos trabalhadores, muitas vezes até pela dificuldade de encontrar documentação. Porém entendo que é importante recuperar o máximo possível da história de luta e resistência do Quilombo dos Palmares para que não se perca o registro dessa experiência histórica, que ajudou a pautar a luta social brasileira e o processo de redemocratização do país. Não se trata apenas da conquista de um lote e do desejo de possuir uma moradia, mas sim da conquista do direito à cidade e às riquezas que eles mesmos constroem.

## **Referencias bibliográficas**

### **Livros:**

- ALMEIDA, Antônio de. **Movimentos Sociais e História Popular: Santo André dos Anos 70 e 80.** Editora Marco Zero-CNPQ, 1992.
- ALVARES, Isabel. **A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy.** (Dissertação de Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- BARBOSA, Jorge Luiz (org.); BITELI, Mariane de Oliveira (org.); FERNANDES, Fernando Lannes (org.); SILVA, Jailson de Sousa e. **O que é Favela Afinal?** Observatório de Favelas, 2009.
- BOLL, Armando. **Quilombo dos Palmares: A Luta pela Conquista da Moradia.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas por Moradia.** Edições Loyola. São Paulo, 1991.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** Editora 34. São Paulo, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco.** Editora 34. São Paulo, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Editora Centauro. São Paulo, 2001.
- MEDICE, Ademir. **Migração, Urbanismo e Cidadania: A História de Santo André Contada por seus Personagens.** Prefeitura Municipal de Santo André. Santo André, 1992.
- PMSA. **Santo André: Direito à Cidade.** Santo André, 1992.

### **Publicações:**

- PMSA. Secretaria de Habitação. **Quilombo I - Terra: "Desejo, Necessidade, Vontade". O Direito à Moradia na Ação do Pré-Urb,** 12 de setembro. 1992.
- PMSA. **Caderno de Planejamento de Bairro.** Santo André, 1992.
- PUNTEL, Joana T. **Favela: Um Produto da Exploração.** Família Cristã, junho. 1979.

**Jornais:**

FUKUSHIMA, Francisco. **Favelados Chegam a 280 mil na Região.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 29 de setembro. 1984. Pg. s/p.

MEDICI, Ademir. **Vilas Palmares, Príncipe de Gales e Sacadura Cabral.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 13 de fevereiro. 1977. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Alfabetização teve Início e, 1965.** *Palmares - Jornal Documento*, Santo André, 17 de dezembro. 1990. Pg 3, 4, 5 3 7.

REDAÇÃO. **Aumenta a População nas Favelas.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 8 de abril. 19790. Suplemento especial, p. 16.

REDAÇÃO. **Barracos Continuam a Ser Derrubados.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 15 de agosto. 1979. P. 3

REDAÇÃO. **Favelados Constroem Suas Casas aos Poucos.** *Diário do Grande ABC*, 21 de janeiro de 1981. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Lema da Paróquia de Vila Palmares: Levar à Frente Construção de Moradias.** *Diário do Grande ABC*, 31 de outubro de 1979. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Moradores Também Discutirão Orçamento.** *Diário do Grande ABC*, 3 de setembro de 1983. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Prefeitura Lança Taxas sobre Área Invadida.** *Diário do Grande ABC*, 7 de novembro de 1981. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Problemas Serão Discutidos Domingo.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 21 de agosto. 1979. P. 3

REDAÇÃO. **Prontas Primeiras Casas dos Favelados.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 8 de junho. 1980. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Saída de Cestari Mobiliza Favelados.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 14 de agosto. 1979. P. 3

REDAÇÃO. **Surgem Casas no Lugar de Barracos.** *Diário do Grande ABC*, 3 de outubro de 1979. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Uma Nova Vida Para dos Favelados da V. Palmares.** *Diário do Grande ABC*, 1 de janeiro de 1980. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Vila Palmares, a comunidade que deu certo.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 de dezembro de 1980. Pg. s/p.

REDAÇÃO. **Vila Palmares quer Inclusão no Orçamento.** *Diário do Grande ABC*, 3 de agosto de 1983. Pg. s/p.

**REDAÇÃO. I Encontro de Favelas Repudia Grillo.** *Diário do Grande ABC*, Santo André, 21 de agosto. 1979. P. 3

### **Jornais Eletrônicos:**

**DURAN, Sérgio.** **Favela de Santo André vira "cartão-postal"**. Folha de S. Paulo, 1 de junho. 2001. Caderno Cotidiano, p. XX. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0106200122.htm>>. Acesso em: 3 de outubro. 2014.

**GUERREIRO, Vanessa.** **Projeto dá R\$ 23 mi para favelas de Santo André**. Folha de S. Paulo, 1 de junho. 2001. Caderno Cotidiano, p. XX. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/ci2801200104.htm>>. Acesso em: 3 de outubro. 2014.

### **Sites:**

**PMSA. História de Santo André.** Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre/historia>> Acesso em: 5 de outubro. 2014.

**PADRE RUBENS e “Tijolo”** (José Carlos de Souza). Disponível em: <<http://www.sitiopolemico.com/?p=49>> Acessado em: 5 de outubro. 2014.

**LEI Nº 8836.** Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sp/s/santo-andre/lei-ordinaria/2006/884/8836/lei-ordinaria-n-8836-2006-institui-a-lei-de-uso-ocupacao-e-parcelamento-do-solo-da-macrozona-urbana>> Acessado em: 14 de outubro de 2014.

**LEI ORGÂNICA DE SANTO ANDRÉ.** Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-santo-andre-sp>> Acessado em: 14 de outubro de 2014.

**PLANO DIRETOR DE SANTO ANDRÉ.** Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sp/s/santo-andre/lei-ordinaria/2012/940/9394/lei-ordinaria-n-9394-2012-altera-a-lei-n-8696-de-17-de-dezembro-de-2004-que-institui-o-plano-diretor-no-municipio-de-santo-andre-atendendo-o-art-181-que-preve-a-revisao-do-plano-diretor?q=plano%20diretor>> Acessado em: 14 de outubro de 2014.

## ANEXOS

### Fotos

**Ferroviários da São Paulo Railway na oficina junto a vagões de locobreque da São Paulo Railway em Paranapiacaba, s/d.**



Fonte: Coleção Maria Helena Fornero Sennati. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

**Ferroviários da São Paulo Railway em Alto da Serra, atual Paranapiacaba, final do século XIX início do XX.**



Fonte: Coleção Maria Helena Fornero Sennati. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

**Estação Ferroviária do Alto da Serra (atual Paranapiacaba), ao fundo se vê o castelinho.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

**Antiga cocheira localizada à Rua das Pederneiras no Bairro Palmares - s/d. Coleção PSA.**



Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Fachada do Grupo Escolar da Vila Palmares, 1939. Reprodução Vangelista Bazani.



Fonte: Coleção Vangelista Bazani. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

**Manifestantes em greve da Rhodia, com o apoio do Sindicato Químicos do Abc, provavelmente a Rua Antonio Cardoso.**



Fonte: Foto Roberto Parizotti. Coleção MSAOAG.

**Vista aérea da região central de Santo André, com destaque para o Viaduto Juscelino Kubitschek, os antigos jardins de Burle Marx, Avenida José Amazonas, Viaduto Antonio Adib Chamas, Viaduto Acisa e Centro Cívico, 21/06/1990.**



Fonte: Foto Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

**Quilombo II antes das obras de reurbanização**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

**Comissão da União Europeia visita obras de reurbanização do Quilombo II**





Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

**Equipe da prefeitura de Santo André responsável pelas obras de reurbanização do Quilombo II**



Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

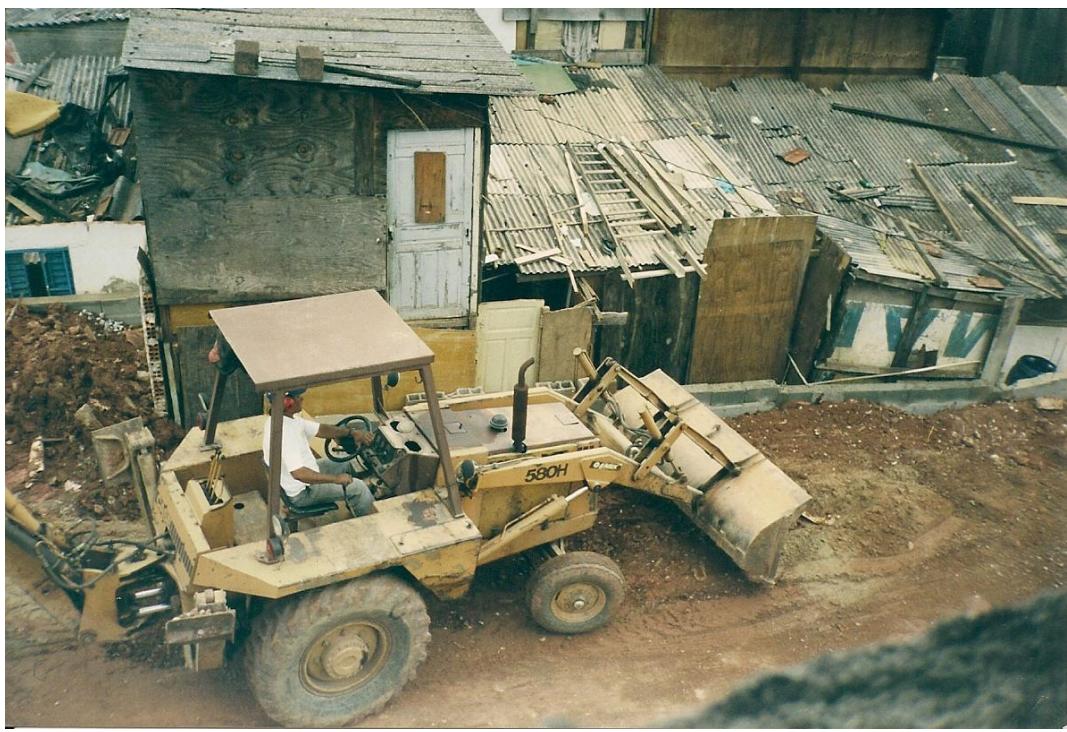
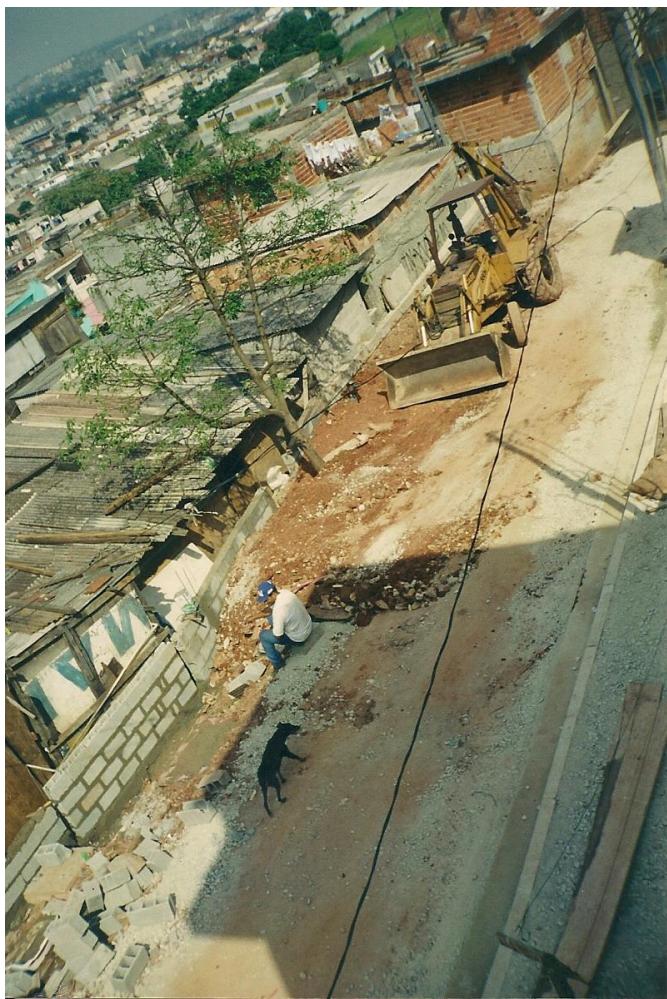
**Obras em casas particulares para reurbanização do Quilombo II**

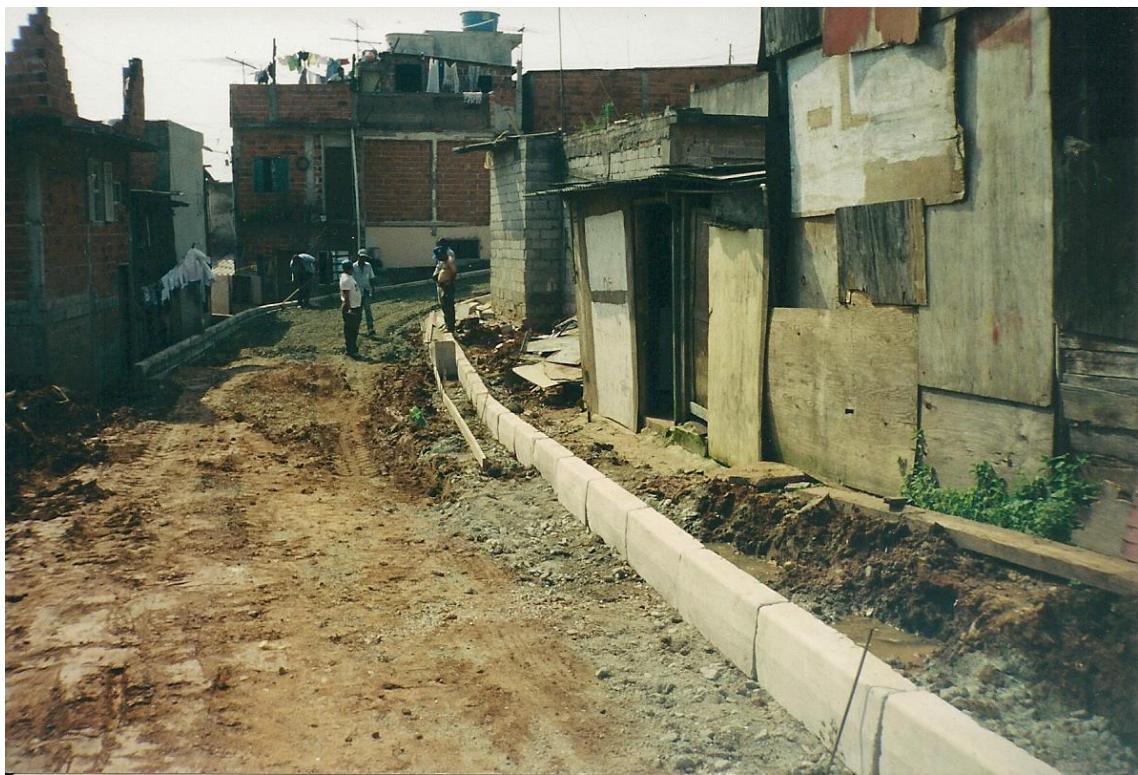




Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

**Abertura do viário para reurbanização do Quilombo II**





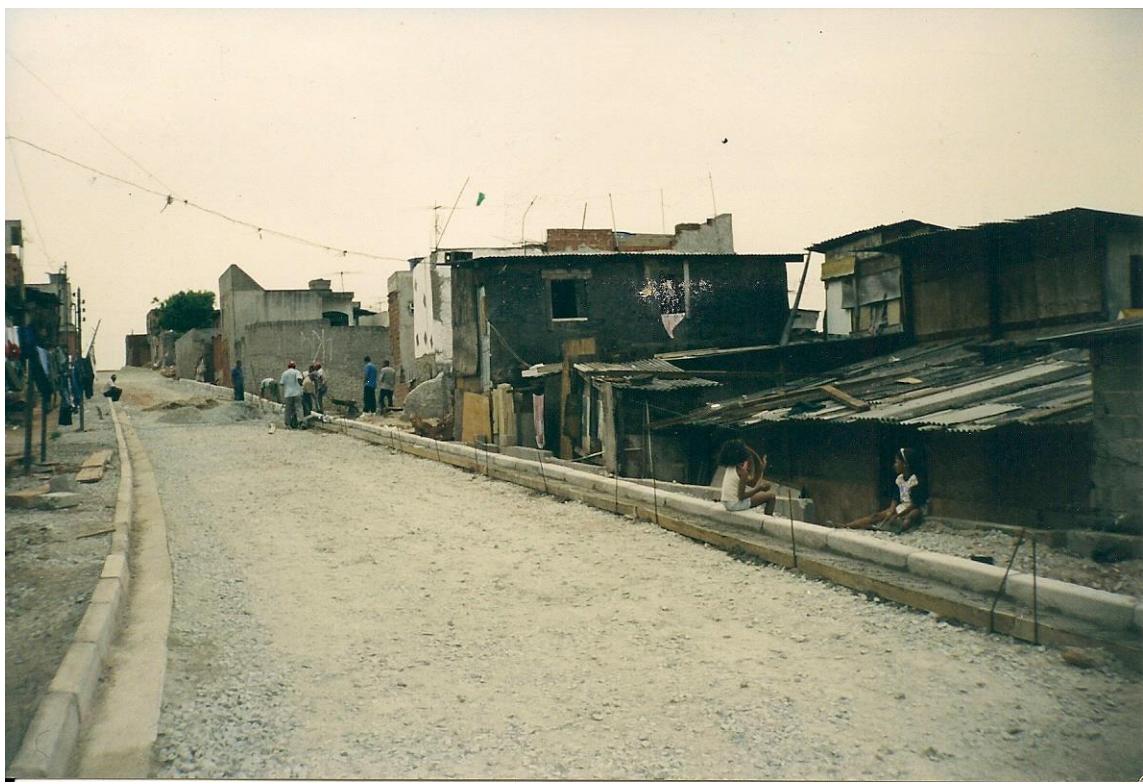




Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

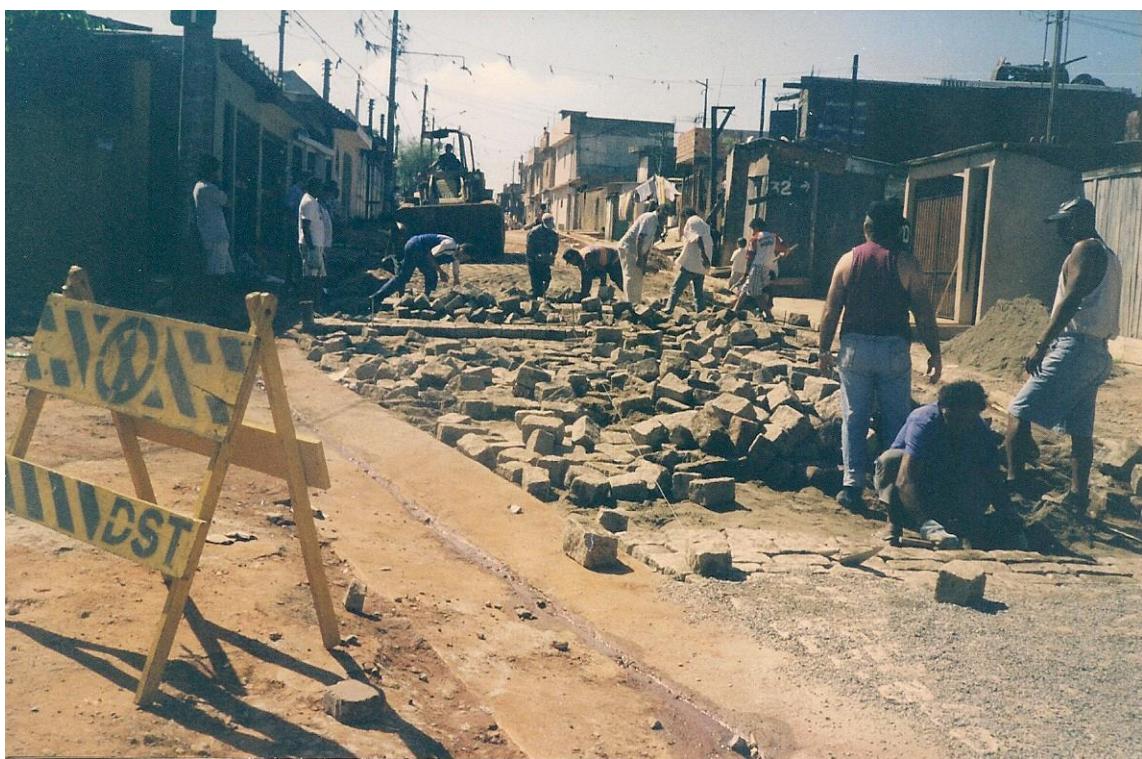
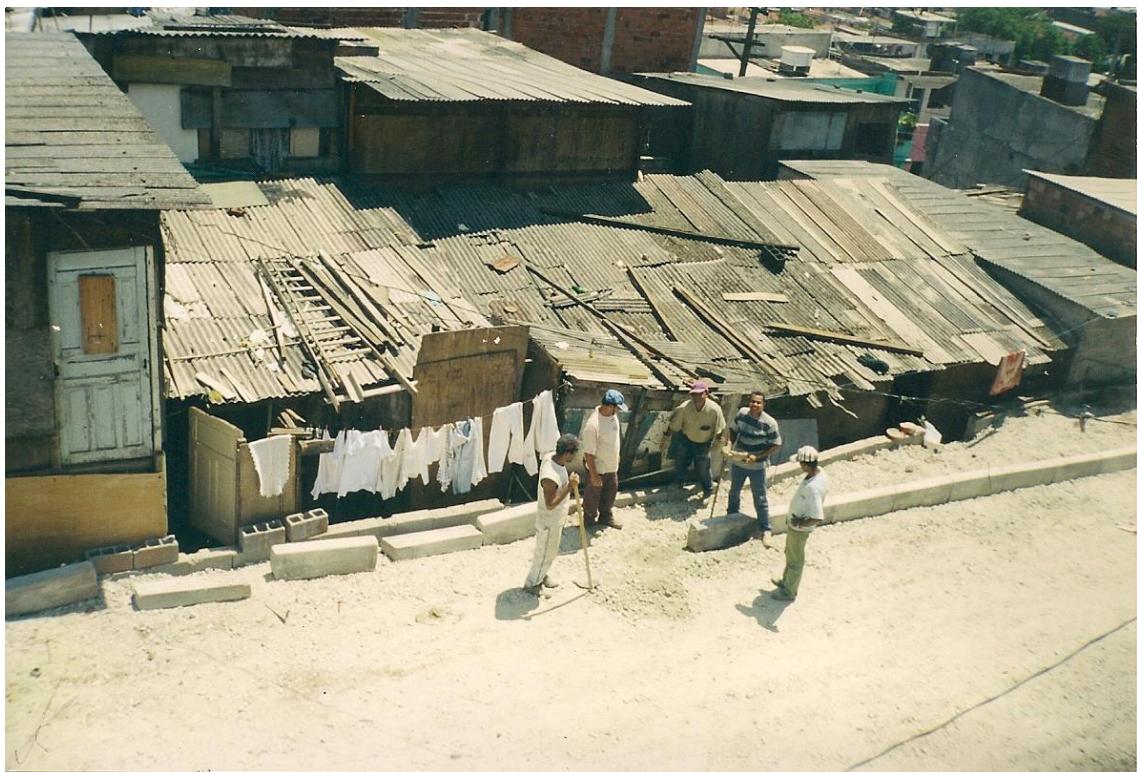
**Mutirão para calçamento do viário no Quilombo II**



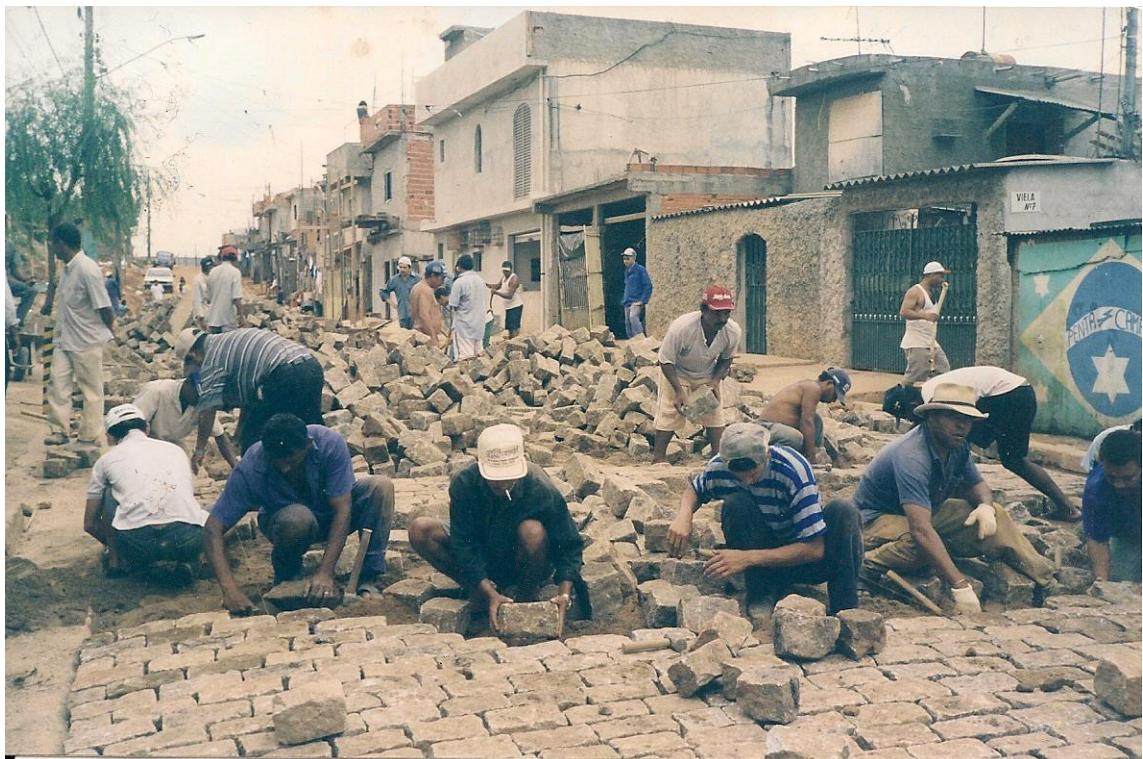


Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

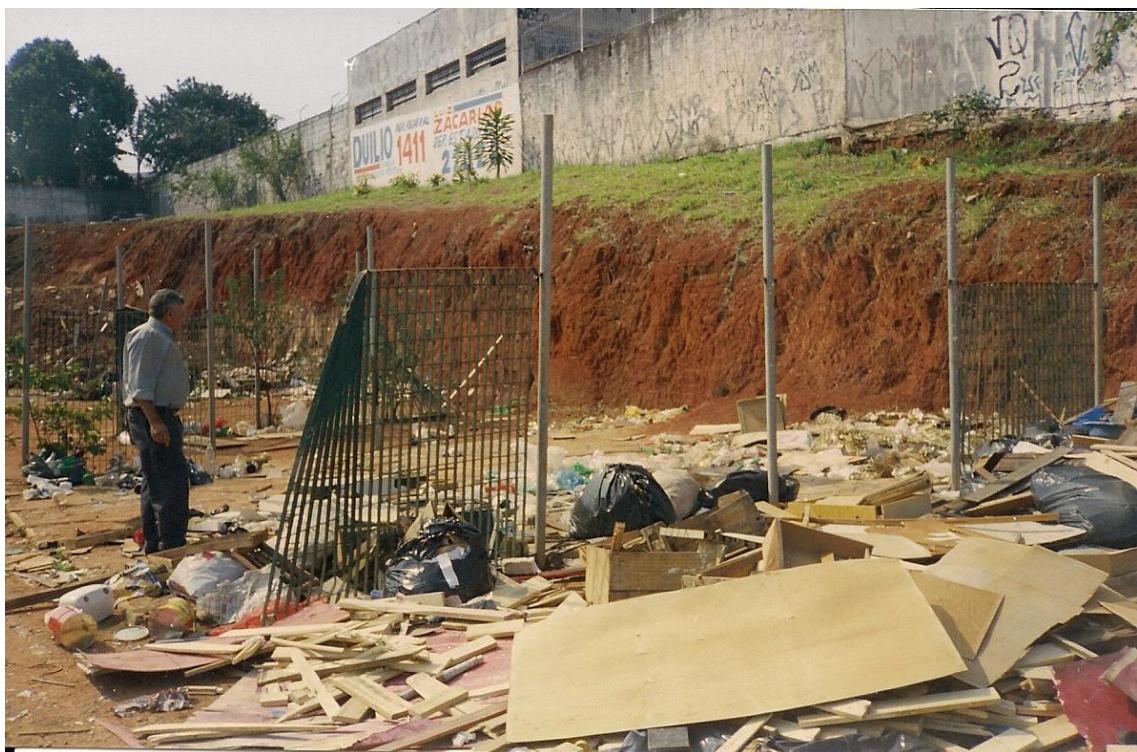
**Mutirão dos moradores para obras de reurbanização e construção de praça no Quilombo II**













Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

**Obras de reurbanização do Quilombo II**

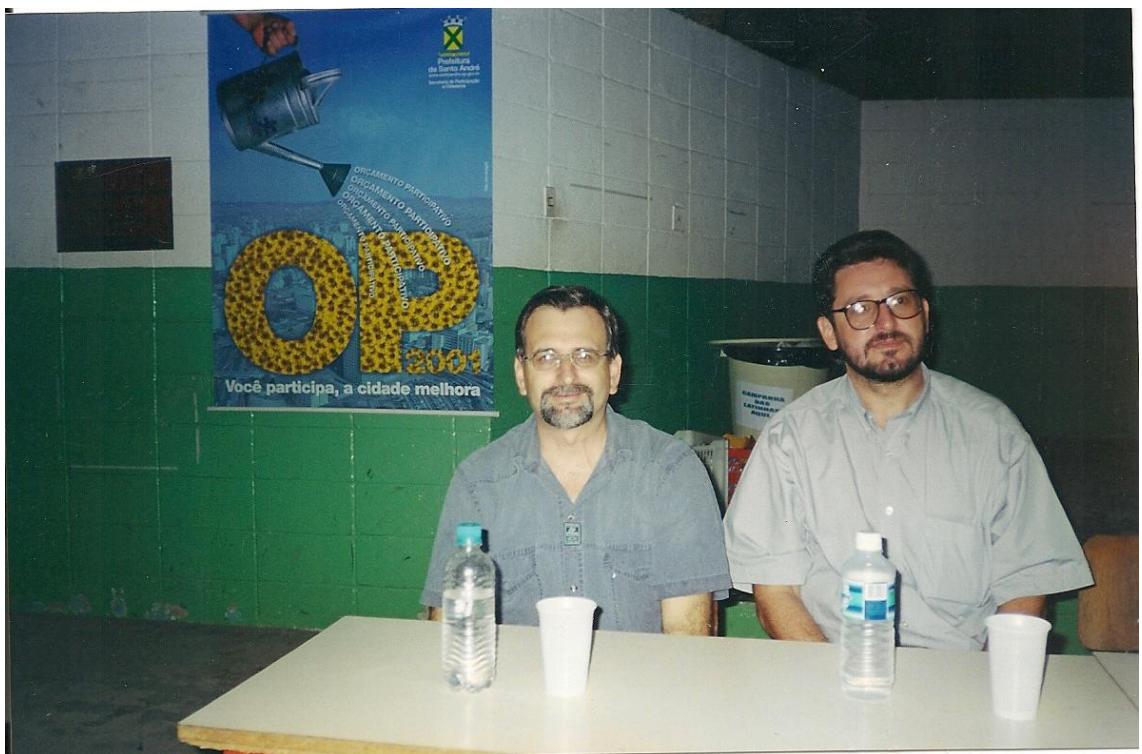




Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

**Reunião dos moradores do Quilombo II**







Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.

Festa de inauguração da praça no Quilombo II







Fonte: Francisco dos Santos. Arquivo pessoal.